

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MICHELLE REIS DE MACEDO

Recusa do passado, disputa no presente

**Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto
da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)**

Niterói

2012

MICHELLE REIS DE MACEDO

Recusa do passado, disputa no presente

**Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da
redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)**

Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação
em História da Universidade Federal
Fluminense, como requisito para obtenção do
grau de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ferreira

Niterói
2012

MICHELLE REIS DE MACEDO

Recusa do passado, disputa no presente

Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)

Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Jorge Ferreira – Orientador
UFF

Américo Oscar Guichard Freire
CPDOC-FGV

Marco Aurélio Santana
UFRJ

João Trajano Sento-Sé
UERJ

Karla Guilherme Carloni
UFF

Ricardo Antonio Souza Mendes – Suplente
UERJ

Andrea Casa Nova Maia – Suplente
UFRJ

*Para minha irmã e amiga Ana Paula e minha sobrinha
Ana Laura, com todo meu amor e carinho*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de externar aqui meus sinceros agradecimentos àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o resultado desta tese de doutorado. Foram 4 anos de intenso trabalho e, durante todo esse período, muitas pessoas fizeram parte dessa trajetória. Sem a ajuda e o apoio delas ficaria difícil concluir.

Primeiramente, agradeço às instituições que viabilizaram a realização da pesquisa, lembrando que elas não teriam vida sem o trabalho das pessoas. Agradeço à Biblioteca Nacional, em especial aos funcionários do setor de periódicos, que além de se dedicarem às minhas solicitações, foram companhias agradáveis nos momentos de descontração entre uma pesquisa e outra. Alguns problemas iam surgindo ao longo da pesquisa, o que me deixava ainda mais preocupada com o prazo para o término da tese; no entanto, o esforço das pessoas em resolvê-los me confortava. Agradeço também ao Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), em especial aos funcionários Luiz Carlos Barreiros e Luis Alberto Zimbarg, que se tornaram grandes amigos em apenas uma semana de pesquisa devido à simpatia e à gentileza com que me receberam. Sou também grata aos funcionários do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, que sempre me atenderam com bastante atenção.

Agradeço a Maria Paula Nascimento Araújo, Ana Maria Mauad e Fernando Dumas, professores que ministraram os cursos que frequentei e que debateram comigo meios de melhorar meu projeto de pesquisa. A Américo Freire, Marco Aurélio Santana, João Trajano Sento-Sé e Karla Carloni por aceitarem o convite para participar da banca

examinadora de defesa do meu doutorado e, sobretudo, pela leitura aguçada e interessantes sugestões, que sem dúvida, proporcionaram crescimento à tese.

Nos agradecimentos, os amigos merecem destaque pelo apoio e companheirismo. Indubitavelmente, meu maior amigo e companheiro nessa jornada foi o professor Jorge Ferreira, meu orientador de tantos anos. Em relação ao crescimento profissional, ele costuma dizer que me conheceu “criancinha” e que, me acompanhando de perto, percebeu o quanto eu evolui enquanto historiadora. Sinto-me lisonjeada em ouvir tal elogio de um profissional tão competente e qualificado e tenho o orgulho imenso de afirmar com convicção que, sem ele, o meu crescimento não seria possível. Mesmo com tantos tropeços, dificuldades e desesperos, eu consegui chegar ao final da tese, simplesmente porque Jorge Ferreira estava ali sempre disposto a me levantar e me incentivar. Ao meu amigo e orientador, meus sinceros agradecimentos e minha admiração.

Aos meus amigos e historiadores Gabriel Onofre, Rafaela Mateus e Tássia Lima, que estavam sempre ao meu lado e, com paciência, ouviam constantemente os meus desabafos e preocupações com os prazos. Além disso, debatiam comigo questões sobre o meu tema, mostrando interesse e vontade de contribuir para o desenvolvimento da tese.

Numa trajetória de 4 anos, quase impossível tudo ocorrer dentro do planejado anteriormente. Contratempos existiram e que poderiam comprometer a qualidade da tese se eu não pudesse contar com a ajuda de pessoas especiais: Thiago Romero, Rodrigo Cavalcanti, Raquel Carvalho e Verônica Marra. Da resolução de problemas a palavras de conforto, eles demonstraram ter apreço por mim e torceram pelo meu sucesso.

Aos meus amigos da academia, pertencentes ao projeto de pesquisa Cientistas do Nosso Estado, que acompanharam comigo a trajetória da tese, trocando experiências e superando desafios. Dentre eles, quero aqui destacar uma grande amizade que cultivei e continuarei cultivando: Ana Maria Evangelista, que diversas vezes se comportou como uma irmã pra mim. Obrigada Ana!

As palavras serão sempre insuficientes para agradecer aos maiores responsáveis pela minha trajetória até aqui: meus pais João Batista e Rosângela. Agradeço pelo esforço de anos investindo na minha educação; por acreditarem no meu crescimento profissional; pelo amor e carinho dedicados a mim; por compreenderem meus momentos de mau-humor e desespero; por respeitarem meus momentos de silêncio e concentração durante a produção da tese; por não desistirem de estar sempre ao meu lado me amparando. Aos

meus avós Nair, Ercília e Geraldo, por terem me acolhido e acalentado durante os momentos difíceis. Sem dúvida, foram os que mais fizeram propaganda da minha tese de doutorado, sobretudo para os seus médicos e vizinhos. Mesmo não sabendo muito bem o significado de ter o título de doutorado em História, eles me admiram e se orgulham de mim porque reconhecem o valor que isso tem para a minha vida.

Por fim, assim como foi no mestrado, minha irmã Ana Paula foi companhia indispensável para que eu chegasse ao fim da tese de doutorado. Em momentos de tensão, era ela que se oferecia para me amparar, acompanhando de perto todos os meus dilemas e dificuldades. Entre um choro e outro, ela me proporcionava momentos de prazer e muitas risadas. Muito obrigada, minha irmã e amiga.

Resumo

A tese propõe-se a analisar as memórias de setores das esquerdas sobre o trabalhismo, formuladas durante o período de transição para a democracia, nas décadas de 1970 e 1980. Através de discursos publicados em jornais, essas esquerdas pretendiam (re)construir sua identidade a fim de legitimar seu projeto político como o melhor para a conjuntura brasileira. Para isso, disputavam entre si e com o trabalhismo de Leonel Brizola a hegemonia no movimento de oposição contra a ditadura e o título de porta-voz dos trabalhadores. Muitas vezes, a estratégia utilizada foi desqualificar a tradição trabalhista e a trajetória política do seu único herdeiro naquele momento.

Palavras-chaves: Trabalhismo, memória, esquerdas

Abstract

This thesis proposes to analyse left groups' memories about labourism, during the period of democratization in the decades of 1970 and 1980. Though speeches published in newspaper, these left groups had intended to (re)construct their identity so they could legitimize their political project as the best to the Brazilian political conjuncture. As a way of doing that, they disputed against each other and against Leonel Brizola's labourism the hegemony in the opposition movement towards the dictatorship and the main role as laborers voice. Many times, their strategy was to disqualify labourist tradition and the Brizola's political trajectory.

Key-words: Labourism, memory, left groups

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 — ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE: A TRAJETÓRIA DO TRABALHISMO BRASILEIRO	21
1.1 O SIGNIFICADO DE UM CONCEITO	21
1.2 TRABALHISMO COMO IDEOLOGIA, TRADIÇÃO POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA	27
1.3 TRABALHISMO E GETULISMO: O PRIMEIRO MOMENTO	32
1.4 TRABALHISMO REFORMISTA: O SEGUNDO MOMENTO	41
1.5 TRABALHISMO E BRIZOLISMO: O TERCEIRO MOMENTO	57
CAPÍTULO 2 — <i>EM TEMPO</i> DE MEMÓRIA: A “NOVA ESQUERDA” E A REINTERPRETAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TRABALHISTA NO BRASIL	68
2.1 ORIGEM E PROPOSTA	68
2.2 NA LUTA CONTRA A HERANÇA VARGUISTA	72
2.3 O PODER DA MEMÓRIA: AS ESQUERDAS NO BRASIL CONTAM SUA HISTÓRIA	91
2.4 PT X PDT: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PARTIDÁRIA	97
CAPÍTULO 3 — MEMÓRIAS EM <i>MOVIMENTO</i>: A TRAJETÓRIA DO TRABALHISMO CONTADA PELO “JORNAL DOS JORNALISTAS” SOB HEGEMONIA DO PCDoB	106
3.1 ORIGEM E PROPOSTA	106
3.2 O PTB VISTO COMO REPRESENTANTE DOS INTERESSES DA BURGUESIA	114
3.3 O TRABALHISMO “POPULISTA” E A PRÁTICA DA MANIPULAÇÃO	123
CAPÍTULO 4 — A VOZ DO PCB: <i>VOZ DA UNIDADE</i>, LEONEL BRIZOLA E AS ELEIÇÕES DE 1982	142
4.1 O PCB E A REDEMOCRATIZAÇÃO	142
4.2 <i>VOZ DA UNIDADE</i> E A PROPOSTA DE FRENTE DEMOCRÁTICA	148
4.3 A CAMPANHA ELEITORAL DE 1982 NO RIO DE JANEIRO: OS COMUNISTAS E O “VOTO ÚTIL”	157
4.4 <i>VOZ DA UNIDADE</i> E A VITÓRIA DE LEONEL BRIZOLA	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
BIBLIOGRAFIA	179

INTRODUÇÃO

Funerais são rituais carregados de emoções e significados religiosos, em que a trajetória de vida do morto é constantemente recordada entre os entes queridos. Despede-se do corpo, mas imortaliza-se na memória. Quando o morto é uma personalidade política, o caráter de ritual cívico do funeral é potencializado. Na avaliação de Angela de Castro Gomes, consagra-se a vida do morto ao imortalizar alguns de seus “feitos” através de um trabalho de memória, ou seja, resgata-se o que quer ser lembrado de sua trajetória política e da forma como se quer que as pessoas lembrem.¹ Assim ocorreu por ocasião da morte de Leonel Brizola, em 21 de junho de 2004, considerado o último herdeiro da tradição política do trabalhismo.

Tanto Brizola quanto o trabalhismo marcaram a história recente da política brasileira, suscitando ânimos, polêmicas, debates não somente entre seus simpatizantes, mas também entre seus adversários. Apesar de uma carreira política atuante e vigorosa, em suas últimas disputas eleitorais, antes de morrer, não estava conseguindo obter êxitos como os do passado; não era mais uma grande referência para as esquerdas como nos anos anteriores ao golpe de 1964. Parecia enfraquecido politicamente. Todavia, de acordo com João Trajano Sento-Sé, as horas posteriores à sua morte revelaram o equívoco desse diagnóstico.² O grande número de comentários, reportagens, artigos, homenagens de autoridades políticas e de populares demonstrou o quanto essa figura histórica ainda provocava paixões. Houve uma significativa manifestação popular de admiração por ele e

¹ GOMES, Angela de Castro. “Brizola e o trabalhismo”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.11, n. 19/20, 2004.

² SENTO-SÉ, João Trajano. “A era do líder popular”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

pelo passado que ele representava. Um passado ressignificado a fim de associá-lo a um aspecto da Nação, destacando “um certo atributo especial que possuíam em vida e que passa a estar ligado a eles de maneira definitiva após a morte.”³

Observando o comportamento de muitos brasileiros diante do funeral de Brizola, bem como analisando parte do que foi escrito pela imprensa sobre o assunto, Angela de Castro levanta a hipótese de que o líder trabalhista foi lembrado no momento da morte como um defensor dos valores democráticos e, a partir daí, o episódio da Campanha da Legalidade de 1961 ganhou relevo. Mesmo que seu caráter autoritário em determinados episódios políticos também tenha sido citado, a ênfase voltou-se para a imagem de Brizola como um líder da luta pela democracia no Brasil. Como todo mecanismo de (re)construção de memória é justificado pelos interesses do presente e não do passado, a morte de Brizola e os debates em torno do fato contribuíram para reforçar e exaltar os valores democráticos da sociedade brasileira.

Entretanto, Leonel Brizola nem sempre foi recordado dessa maneira, já que o sentido atribuído ao passado muda de acordo com as interpretações feitas pelos agentes sociais que produzem a memória, bem como se relacionando às condições do momento presente em que ela está sendo produzida. Por ser integrante do trabalhismo, muitas vezes seus adversários lhe atribuíram o adjetivo, nada elogioso, de “populista”. Ser um líder carismático, com grande capacidade de comunicação com as pessoas simples, era uma característica que lhe custou a acusação de político demagogo e manipulador através do uso de um discurso persuasivo e de promessas vazias, cujo único objetivo era obter votos. Diferente da hipótese levantada por Angela de Castro acerca do momento de sua morte, a memória em destaque sobre Leonel Brizola nos anos de 1970 e 1980 não lhe era favorável. Tanto setores da esquerda autointitulada revolucionária quanto personalidades ligadas ao regime militar reservavam-lhe duras críticas e consideravam-no incompatível com o momento histórico de transição democrática, já que a tradição que ele representava teria marcado a fragilidade das instituições democráticas da República entre 1946 e 1964. Portanto, seu modelo de fazer política estaria se esgotando no contexto de amadurecimento dos valores democráticos no Brasil.

O objetivo da tese foi o de analisar as memórias sobre o trabalhismo construídas

³ GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p.14.

por alguns setores da esquerda brasileira durante o processo de redemocratização entre os anos de 1970 e 1980, além de compreender o lugar concedido a Leonel Brizola nessas memórias. Defendo a ideia de que contextos de transição política são sempre momentos de intensos embates entre diferentes projetos políticos e que, para afirmar sua legitimidade como melhor projeto para o futuro do país, os grupos sociais em disputa resgatam representações do passado; memórias que tem como meta afirmar uma certa identidade no presente.

Ao escolher determinadas memórias das esquerdas marxistas como objeto de estudo, adoto a definição de Beatriz Sarlo de que a memória

“se compõe com o que um sujeito se permite ou pode recordar, o que esquece, o que cala intencionalmente, o que modifica, o que inventa, o que transfere de um tom ou gênero a outro, o que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, o que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral do presente [...]”.⁴

Apesar da volatilidade e da falta de objetividade da memória, não faz parte do ofício do historiador ter a pretensão de usar seus métodos de pesquisa para “corrigir” supostos erros e equívocos da memória. Isso ocorre quando se pressupõe que a história tem o compromisso com a “verdade” dos fatos e autenticidade dos relatos, como se a memória fosse uma simples “invenção do passado” e a pesquisa histórica, o “real” comprovado cientificamente. Tal abordagem estimula a crença ingênua de que o real seria passível de ser apreendido e o único qualificado para a tarefa seria o historiador. Embora o historiador tenha a intenção de buscar a maior objetividade possível no seu trabalho, o seu papel como sujeito na construção do conhecimento interfere no resultado da pesquisa, atribuindo à história um certo grau de subjetividade.

Por outro lado, a supervalorização indiscriminada da memória pode desembocar na sacralização, transformando-a em uma fotografia imaculada dos fatos ocorridos. Neste caso, a memória é utilizada como recurso para a investigação histórica, obtendo, através dela, “dados” sobre o passado.

⁴ SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Siglo XXI: Buenos Aires, 2005, p. 79 e 80.

Portanto, minha intenção não é tentar “desmentir” memórias e muito menos atribuí-las tamanha autoridade a ponto de tomá-la como manifestação fiel dos fatos. Preferi uma terceira via: convertê-las em objeto de investigação da história, analisando criticamente seus conteúdos e tentando compreender suas interpretações do passado; pois, como afirma Elizabeth Jelin,

“a memória é uma fonte crucial para a história, mesmo (e especialmente) em suas tergiversações, deslocamentos e negociações, que colocam enigmas e perguntas abertas a investigação. Nesse sentido, a memória funciona como estímulo na elaboração da agenda da elaboração histórica. Por sua vez, a história permite questionar e provar criticamente o conteúdo das memórias, e isto ajuda na tarefa de narrar e transmitir memórias criticamente estabelecidas e provadas.”⁵

Para desenvolver uma pesquisa histórica tendo como objeto de estudo a memória é preciso distinguir as três temporalidades: passado, presente e futuro, promovendo uma reflexão sobre a primeira e o seu sentido para as duas últimas instâncias temporais. O passado a qual a memória se refere, a interpretação que é feita a partir dos interesses do presente e o projeto para o futuro que se quer legitimar, implicando, a partir daí, a redefinição e a afirmação de uma identidade social. Por trás da elaboração de uma memória, há a intenção dos sujeitos de legitimar o significado “do que são” a partir “do que foram” e “do que querem ser”. Além disso, reformular a própria identidade também consiste em se diferenciar do “outro”. Nesse imbricamento de temporalidades, pretendi identificar o passado trabalhista a qual a memória das esquerdas se referia e analisar as interpretações feitas sobre ele no momento da redemocratização, destacando os projetos que essas esquerdas queriam afirmar, em disputa com outros, sobretudo, com o projeto de resgate do trabalhismo de Leonel Brizola.

Cada grupo social entrou no embate defendendo o seu próprio sentido do passado e, no que se refere aos setores de esquerda, isso significava uma disputa, em geral, pela hegemonia do campo das lutas oposicionistas ao regime militar e, em particular, pela representação das demandas dos trabalhadores e populares. Cada qual, da sua maneira, pretendia legitimar sua identidade como liderança nas lutas democráticas e como porta-vozes dos trabalhadores e populares, disputando a titulação entre elas e, sobretudo, com o

⁵ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria. Colección Memorias de la represión*. Siglo veintiuno de Argentina editores, 2002, p. 75.

projeto trabalhista de Brizola. Nesse esforço de construção da identidade, a narrativa de cada uma sobre o passado implicou necessariamente numa seleção, ou seja, no processo de elaboração de uma memória, escolhe-se o que se quer lembrar e, conseqüentemente, o que se quer esquecer. Portanto, o esquecimento é tão importante quanto a lembrança para a compreensão de uma memória. Lembrar e esquecer são mecanismos próprios da necessidade sócio-política de um determinado momento, o que faz o conteúdo da memória ser datado historicamente.⁶

Como fonte histórica, optei trabalhar com jornais alternativos por considerá-los importantes meios de produção e divulgação das memórias construídas pelas esquerdas no período de desmanche da ditadura militar. Através deles, tive acesso a discursos produzidos por essas esquerdas, que usaram a imprensa para propagar seus projetos de luta pelos ideais democráticos, bem como (re)definir e reforçar suas identidades e fronteiras com os “outros”. Nessa pesquisa histórica, o “outro” é o projeto político proposto por Leonel Brizola; portanto, o foco da tese é dar destaque às críticas e ressalvas ao líder trabalhista feitas por alguns setores da esquerda.

A recorrente escolha de jornais como fonte para a pesquisa histórica é algo bastante recente. A explicação para esse receio durante muito tempo, sem dúvida, tem relação direta com a tradição da historiografia de se buscar a verdade dos fatos, através de fontes supostamente objetivas e neutras. Seguindo esse raciocínio, os jornais eram considerados reféns de interesses e paixões do presente em que eram produzidos, divulgando não o ocorrido, mas sim imagens parciais e distorcidas do real.

No entanto, essa concepção veio mudando radicalmente a partir dos anos finais do século XX. Os diálogos com outras disciplinas, como a Sociologia, a Antropologia, a Linguística e a Psicanálise, alargaram o campo de estudos historiográficos, permitindo a ênfase a novos objetos e abordagens da História. Nesse processo de mudança na historiografia, merece destaque a História cultural, trazendo a tona discussões acerca de práticas e representações sociais. Juntamente com o reconhecimento da importância de elementos culturais, a micro-história, a renovação do marxismo e a “história vista de baixo” deram ênfase a temas, abordagens e grupos sociais antes ignorados. Esse novo olhar alterou até mesmo a própria concepção de documento histórico, bem como a crítica feita a

⁶ Sobre a importância do esquecimento, ver: HUYSEN, Andreas. *Resistência à memória. Os usos e abusos do esquecimento público*. Porto Alegre: Intercom, 2004.

ele. Segundo o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam”; interessam até mesmo pelo que “não dizem”, ou seja, pelas suas zonas de silêncio.⁷ Somado a isso, a História política renovada trouxe muitas contribuições que amenizavam cada vez mais o desprezo à imprensa.

Diante dessas modificações no “fazer história”, considero os periódicos importantes fontes históricas para a compreensão das representações e idealizações sociais, bem como a identificação de conflitos entre elas. Como afirma Tania Regina de Luca,

“a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.”⁸

Portanto, a ida aos jornais alternativos tem como objetivo analisar criticamente as estratégias das esquerdas de elaborar seus discursos sobre o trabalhismo e, sobretudo, sobre essa tradição política brasileira encarnada na figura de Leonel Brizola; refletir sobre a forma como os fatos são relatados, no sentido de se opor, ou até mesmo desqualificar, o trabalhismo e a própria trajetória e atuação política de Brizola no momento de abertura do regime militar, principalmente após a lei da anistia e o seu retorno do exílio. Parto do pressuposto de que no momento de transição para a democracia, os grupos de esquerda passaram a disputar um lugar social na liderança da luta contra a ditadura militar, bem como o status de representante dos setores populares da sociedade brasileira, sobretudo a classe trabalhadora. Como as lideranças trabalhistas exerceram um atuante papel na política até 1964, mostrando ser capaz de angariar apoio popular, o retorno de Leonel Brizola e o seu projeto de reformular o trabalhismo criava desconforto em determinados setores das esquerdas que se diziam revolucionárias, desejosos de (re)conquistar seu espaço e que, para isso, optaram por se opor ao trabalhismo de vertente brizolista. A principal estratégia desses grupos foi, de alguma forma, anunciar a falta de ambiente fértil

⁷ Citado por: LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 114.

⁸ Idem, p. 139.

para o retorno dos ideais do trabalhismo. Vejamos quais foram essas esquerdas selecionadas.

Sobre a organização dos capítulos, optei por reservar cada um por inteiro para a análise de um periódico, tentando destrinchar a origem do jornal e do grupo político que o compunha. Mas antes disso, julguei necessário reservar logo o primeiro capítulo para a análise da história do trabalhismo no Brasil desde sua origem em fins do Estado Novo, tendo como mentor o presidente Getúlio Vargas, até o projeto de retorno e renovação dessa corrente político-ideológica proposto por Leonel Brizola, a fim de se compreender melhor a história e as características desse modelo de fazer política, considerado ultrapassado para o momento de reconstrução da democracia no país.

Sob o título “Entre tradição e modernidade: a trajetória do trabalhismo brasileiro”, o primeiro capítulo inicia-se com o debate sobre o conceito de populismo e o seu uso para desqualificar lideranças carismáticas, em particular, os trabalhistas. Em seguida, o conteúdo negativo desse conceito é questionado a partir da premissa de que o trabalhismo é uma ideologia, entendida como um conjunto de representações e visões de mundo, que conquistou parcelas significativas da sociedade, inclusive trabalhadores. Dessa forma, foi traduzida em práticas sociais, compatíveis com interesses daqueles que a adotaram, tornando-se uma cultura política.

Ao examinar a trajetória trabalhista no primeiro capítulo, procurei apresentar as suas várias facetas existentes durante a experiência democrática no Brasil, de 1945 a 1964, com destaque para a leitura feita pelo brizolismo. Além disso, adotei a divisão feita por Angela de Castro Gomes, que define três momentos do trabalhismo. O primeiro corresponde ao período compreendido entre sua criação no Estado Novo e a morte de seu mentor em 1954, em que a ideologia do trabalhismo era diretamente vinculada ao getulismo, ao nacionalismo e ao Estado protetor que Vargas representava. Até então, os direitos sociais eram desvinculados dos direitos políticos; no entanto, após 1945, esse aspecto mudou, pois o PTB surgiu para abrigar tal ideologia, a qual passou a conviver com as regras liberal-democráticas, isto é, votos, eleições, partidos, etc. De 1954 a 1964, abriu-se o segundo momento do trabalhismo. Com a morte de Vargas, emergiram várias lideranças disputando a hegemonia na reconfiguração do seu conteúdo programático. Além disso, o trabalhismo e o PTB deram uma indiscutível guinada à esquerda, acrescentando em sua pauta de reivindicação as reformas de base. Por fim, o terceiro momento do

trabalhismo corresponde à sua tradução do que ficou conhecido como brizolismo. No contexto da anistia em 1979, com o retorno de Brizola, considerado o último herdeiro dessa tradição, o trabalhismo mais uma vez se renovou, assumindo a defesa da democracia e definindo um caminho para o socialismo brasileiro, mas mantendo a defesa dos direitos do trabalhador e do nacionalismo, seus antigos patrimônios.

Os demais capítulos foram reservados para as análises dos periódicos alternativos, definidos como jornais porta-vozes de setores das esquerdas, que mesmo ainda vivendo num clima de ilegalidade, encontraram nesse tipo de imprensa, um meio de expressar seus projetos e suas reivindicações no momento de transição para a democracia. Uma dessas demandas era disputar com outros grupos, em especial com o trabalhismo de Leonel Brizola, a vanguarda da classe trabalhadora, falando em nome dela, na luta pelos valores democráticos, mas sem abrir mão de projetos revolucionários.

O segundo capítulo chama-se “*Em Tempo* de memória: a ‘nova esquerda’ e a reinterpretação da experiência trabalhista no Brasil”. Aqui, o jornal *Em Tempo* é a fonte histórica exclusiva. Esse periódico surgiu a partir de um racha do jornal *Movimento*, em 1977, em que correntes trotskistas discordaram da hegemonia do PCdoB e romperam com ele. Portanto, *Em Tempo* foi um jornal controlado por organizações trotskistas, que se autodenominavam de “nova esquerda”, em contraposição a uma “velha esquerda”, associada aos vícios do “populismo”. Nas páginas do semanário, essas organizações expressaram suas ideias, programas e propostas para a sociedade brasileira e, a partir daí, definindo sua identidade como esquerda. Nesse processo, não hesitaram em usar um discurso bastante desqualificador para se referir às tradições de esquerda formuladas por comunistas e trabalhistas no período anterior a 1964. Na disputa pelo lugar de porta-voz dos trabalhadores, a “nova esquerda” teve que lidar com a volta de Leonel Brizola do exílio e sua proposta de construir um “novo PTB”, já que o trabalhismo era uma tradição com fortes ligações com o movimento operário nas décadas de 1950 e 1960. Propagaram o discurso de que o trabalhismo, enquanto “populismo”, era inviável para o momento de exaltação dos ideais democráticos, em que suas práticas autoritárias e manipuladoras não fariam sentido e nem teriam forças para alavancar, já que o movimento operário já teria conquistado a consciência de luta por autonomia. Por outro lado, mostraram, em alguns artigos, um certo temor com relação ao retorno do trabalhismo durante a redemocratização, afirmando que, caso se fortalecesse, poderia ameaçar o avanço do processo democrático.

Para o terceiro capítulo, reservei a análise exclusiva do jornal *Movimento*. Sob o título “Memórias em *Movimento*: a trajetória do trabalhismo contada pelo ‘jornal dos jornalistas’ sob hegemonia do PCdoB”, o capítulo visa a examinar criticamente a leitura que o PCdoB fazia da história do trabalhismo no Brasil e do projeto de Leonel Brizola de resgatar essa tradição através dos discursos publicados em *Movimento*. Cabe destacar que esse setor da esquerda brasileira, naquela conjuntura de transição, adotou uma postura de autocrítica em relação à sua estratégia anterior de luta armada contra a ditadura militar. Sendo assim, passaram a defender a via institucional através da aliança com a frente democrática, liderada pelo MDB. De certa forma, a denominação do PCdoB como “nova esquerda” era algo complicado, já que essa organização política, dissidência do PCB, também fez parte do passado histórico que se queria rejeitar. A partir daí, sua estratégia era elaborar um discurso que pudesse prestigiar sua atuação histórica de esquerda – em especial a guerrilha do Araguaia – na luta contra o regime militar, mas, ao mesmo tempo, afirmar sua nova proposta de luta pela via democrática. Ademais, o PCdoB reivindicava para si, em disputa com o PCB, o legado de “verdadeiro” representante do partido comunista criado em 1922. Portanto, destacava-se um passado de vanguarda da classe trabalhadora, mas um passado glorioso de lutas pelos “reais” interesses dos trabalhadores, e não um passado manchado pelo “populismo”. Esse era reservado para os comunistas do PCB e os trabalhistas do PTB. Nesse sentido, a crítica ao passado era um trabalho mais cauteloso para o PCdoB do que para os setores da “nova esquerda”. Era preciso distinguir o seu passado do passado populista, de manipulação e controle dos trabalhadores. Entretanto, assim como *Em Tempo*, *Movimento* reservou duras críticas ao trabalhismo e ao projeto brizolista de resgatá-lo naquele momento, por também considerá-lo superado historicamente.

Intitulado de “A voz do PCB: *Voz da Unidade*, Leonel Brizola e as eleições de 1982”, o quarto capítulo se propôs a refletir sobre as posições políticas do PCB durante o processo de redemocratização através da análise do discurso presente no periódico *Voz da Unidade*, último jornal oficial dos pecebistas. Numa análise dos discursos produzidos pelas esquerdas, o PCB, como um grande expoente desse grupo, não poderia ficar de fora. Todavia, a princípio, tive alguma dificuldade para trabalhar essa leitura, tendo em vista que caí na armadilha de buscar nas páginas de *Voz da Unidade* um discurso desqualificador do passado trabalhista, assim como encontrei nos dois outros jornais. Na verdade, o que

encontrei foi o uso de uma linguagem bem mais moderada para se referir ao trabalhismo e a Leonel Brizola como seu representante. Isso não significa dizer que os comunistas do PCB não participaram da disputa pela hegemonia no campo das esquerdas. Muito pelo contrário, o PCB, mais que qualquer partido, lutava para reconquistar um lugar que, segundo seus integrantes, era seu por direito: a mais importante organização das esquerdas brasileiras, bem como a "verdadeira e única" vanguarda do proletariado. Sendo assim, o trabalhismo brizolista também lhe pareceu, nesse contexto de redemocratização, um adversário em potencial. Entretanto, atacar um passado "populista" era tarefa complexa para o PCB, já que este partido era visto por outros setores da esquerda como um fio de continuidade com esse passado. Tanto o trabalhismo do PTB quanto o comunismo do PCB foram alvos de duras críticas ao ser considerados parte de uma experiência histórica negativa, ligados à proposta "populista" de "colaboração de classes".

Mas, por outro lado, o PCB também pode ser visto como opositor do trabalhismo brizolista na disputa pelo título de porta-voz das esquerdas e, sobretudo, dos trabalhadores, restringindo suas críticas políticas às atuações de Brizola no presente. Para refletir sobre esse embate político, optei por analisar os debates, presentes em *Voz da Unidade*, em torno das campanhas eleitorais para as eleições de 1982 no Rio de Janeiro. Enquanto Leonel Brizola se tornou candidato pelo PDT para disputar o cargo de governador do estado, o PCB, ainda ilegal, escolheu apoiar o candidato Miro Teixeira, lançado pelo PMDB. Após a vitória do líder trabalhista, que mostrou ainda possuir uma grande capacidade de conquistar eleitores, o PCB passou a fazer ressalvas a algumas estratégias de governo adotadas pelo novo governador.

Para estabelecer a ordem dos capítulos referentes aos jornais, segui a lógica do grau de contundência das críticas feitas ao trabalhismo e a Leonel Brizola, isto é, escolhi examinar primeiro o *Em Tempo*, propagador de um discurso bem radical ao condenar a experiência trabalhista no Brasil. Em seguida, o jornal *Movimento*, representando as opiniões do PCdoB, cujo conteúdo apresentou-se igualmente crítico ao passado trabalhista, porém mostrando preocupação em se desvincular dos aspectos negativos dessa tradição. Por fim, o PCB, através de *Voz da Unidade*, restringindo suas críticas, mais comedidas, à proposta política defendida por Brizola naquele momento de redemocratização.

Em suma, a partir do exame dos discursos presentes nesses três jornais alternativos, procurei caracterizar o projeto político de cada grupo da esquerda mencionado e o processo

de (re)construção das identidades de cada um em oposição ao trabalhismo brizolista, disputando com ele o lugar de representante dos trabalhadores e setores populares da sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1

Entre tradição e modernidade: a trajetória do trabalhismo brasileiro

1.1 – O significado de um conceito

Um conceito é criado quando há a necessidade de reunir em uma única palavra representações de uma realidade. Portanto, traz sempre um amálgama de significados que se misturam e, ao mesmo tempo, se organizam sistematicamente para traduzir o mundo vivido. É também uma categoria linguística construída historicamente, ou seja, traz marcas do tempo em que foi elaborado, o que não o impede de atravessar conjunturas diversas e tornar-se, em parte, a-histórico. Há conceitos que surgem em ambientes intelectuais e lá permanecem; mas também existem aqueles que ultrapassam fronteiras, chegam aos meios de comunicação de massa e passam até mesmo a fazer parte de um vocabulário cotidiano. O termo “populismo” e seus derivados inserem-se no segundo caso. Como atesta Angela de Castro Gomes, o populismo

“se trata de um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional.”¹

Sua incorporação ao imaginário coletivo ocorreu com a função de estigmatizar personagens que atuaram na política brasileira no período compreendido entre 1930 e 1964. Pejorativamente, o termo pressupõe que o político “populista” teria uma

¹ GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 20.

predisposição deletéria em persuadir trabalhadores e pessoas humildes a fazerem escolhas “erradas”, isto é, votar em políticos demagogos e apoiar práticas políticas que, ao invés da libertação social, ofereciam medidas paliativas responsáveis por uma maior subjugação. O sucesso do “populismo” seria garantido ao encontrar, como objeto de manipulação, pessoas incultas, fáceis de serem enganadas.

Essas ideias já haviam sido esboçadas em 1945, embora o conceito em si tenha emergido apenas na década de 1950. Acreditando numa “natureza liberal-democrática” do operariado brasileiro, os liberais opositores do Estado Novo foram surpreendidos pelo queremismo, movimento popular de apoio a Getúlio Vargas, num momento de exaltação aos valores liberal-democráticos. Portanto, a explicação para esse fenômeno não poderia ser outra senão o resultado do investimento de Vargas em ações manipuladoras através de uma propaganda política mentirosa, fazendo trabalhadores e populares acreditarem inocentemente numa face bondosa do Estado, não enxergando a realidade ditatorial e autoritária em que viviam. Em paralelo, os operários mais combatentes teriam sido eliminados pela repressão, evitando a mobilização dos demais. Com esse conjunto de argumentos, os liberais tentaram desqualificar a figura de Vargas e desmerecer o movimento queremista, sobretudo por meio da imprensa.² Anos mais tarde, esses argumentos reuniram elementos teóricos para a construção da categoria “populismo”.

No início da década de 1950, intelectuais passaram a se reunir com o propósito de refletir acerca dos problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil. Tratava-se do chamado Grupo de Itatiaia, que identificou no “populismo” um empecilho para o desenvolvimento do país.³ Segundo esses intelectuais, a origem da classe operária brasileira ocorreu com o êxodo rural intensificado durante o processo de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, ao longo dos anos 1920. Logo, os trabalhadores urbanos seriam herdeiros de camponeses desprovidos de experiências de luta e adeptos de tradições arcaicas, o que dificultava a elaboração de uma consciência sobre sua real condição de exploração. Combinado a isso, seria a perda da hegemonia política da

² Para uma análise dos argumentos antiqueremistas dos liberais publicados em jornais, ver: MACEDO, Michelle Reis. “Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros, o movimento queremista e a transição democrática de 1945.” In: FERREIRA, Jorge (org). *As Repúblicas no Brasil*. Política, sociedade e cultura. Niterói: Editora da UFF, 2011.

³ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.” In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo...* Op. cit.

classe dirigente, que, sem condições de controlar o aparelho de Estado, apelou para uma liderança carismática capaz de conquistar e controlar a sociedade.

A partir de 1964, após o golpe civil-militar que depôs João Goulart, político trabalhista também definido como “populista”, a preocupação dos intelectuais em explicar o fato histórico permitiu a consolidação do conceito de populismo, que ganhou mais consistência no seu teor negativo. A República de 1946 a 1964 passou a ser acoplada ao adjetivo “populista”, referindo-se a uma época de personalismos, fraudes, manipulações e instituições partidárias fracas, ou seja, uma fracassada tentativa de implementar a democracia. Devido a sucessivos malogros, a República “populista” acabou sucumbindo ao golpe de 1964. Versões históricas das direitas e versões históricas das esquerdas concordavam quanto ao caráter danoso das práticas “populistas” aplicadas à sociedade brasileira nesse período.⁴

Com uma pitada de marxismo, o populismo foi considerado o responsável pelos “desvios” da classe operária em sua trajetória rumo à revolução socialista. Como uma ideologia, no sentido de “falsa consciência”, teria bloqueado o “verdadeiro” caminho, alienando-a do sistema produtivo e impedindo-a de enxergar a intensa exploração que sofria. Equivocados, os trabalhadores teriam aderido à proposta corporativa do Estado, responsável pela ocultação das condições que provocariam a luta de classes. A partir daí, o discurso do poder convencera os trabalhadores de que o melhor a se fazer seria conciliar seus interesses com os da burguesia, ou melhor, de que esses interesses seriam os mesmos, já que ambos estariam trabalhando para o desenvolvimento da nação. Conforme diziam os críticos do “populismo”, esses interesses seriam mais que diferentes, seriam irreconciliáveis. Portanto, mais cedo ou mais tarde esse modelo de exploração se esgotaria. Essa explicação se desenrolou com mais afinco depois de 1964.

No esforço de entender as razões que levaram ao golpe, o “populismo” ocupou o lugar de réu e, diante do julgamento, novamente foi culpado. Mas dessa vez não pelo seu sucesso, e sim pelo seu fracasso. O populismo teria entrado em colapso, pois as condições sociais que permitiram o controle e a manipulação exauriram-se. Além disso, a incompetência de João Goulart em controlar os ânimos radicalizados e a inércia das

⁴ GOMES, Angela de Castro. “Jango e a República de 1945-1964. Da República Populista à Terceira República.” In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Mitos, projetos e práticas políticas*. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

lideranças comunistas, também cooptadas pelo “populismo”, teriam abalado ainda mais as estruturas de um sistema político condenado ao fim.⁵

O golpe civil-militar de 1964 teria liquidado a democracia “populista”, assim como seus representantes. No entanto, não apresentara alternativas adequadas. Previa-se o afogamento da sociedade nas agruras de um sistema de desigualdades aprofundadas a medida que o governo se afastava do povo e não se empenhava em resolver os problemas econômicos e sociais. A partir daí, acreditava-se que os trabalhadores desenvolveriam sua consciência de classe e assumiriam seu lugar de agente da revolução. As esquerdas revolucionárias adotaram essa teoria para justificar suas ações armadas. Para elas, o impasse estava montado. Com o “populismo morto”, o caminho estava livre para a luta de classes. Equivocaram-se. Nas palavras de Daniel Aarão, durante a ditadura civil-militar,

“o capitalismo deu um salto para a frente, modernizou-se e cresceu, e continuou oferecendo, para muita gente, oportunidades de todo tipo e, sobretudo, amplas perspectivas de mobilidade social. Assim, longe de se isolar, a ditadura neutralizou, atraiu, incorporou. Esfumou-se o impasse.”⁶

Naquele contexto, a opção pela luta armada não encontrou eco na sociedade. E, para o desgosto de muitos, somava-se a isso resquícios do tão odiado “populismo”, como a sobrevivência do modelo sindical corporativista e as tendências nacional-estatistas do presidente militar Ernesto Geisel. Sobretudo em fins dos anos de 1970, o fantasma do “populismo” voltaria a assombrar.

O clima de abertura política abriu brechas para o retorno dos inimigos do regime. Desse grupo, Leonel Brizola não podia ficar de fora, já que era uma das personalidades políticas mais combatidas pela ditadura. Ainda no exílio, já conjecturava sua volta e, em momento algum, mostrou hesitação em ocupar seu espaço na política brasileira. Ao contrário, foi logo delineando as diretrizes de um “novo PTB”. O circo estava montado. O “populismo” havia ressuscitado e estaria tentando recuperar fôlego para novamente mostrar suas garras. A teoria que corroborava para o seu colapso em 1964 perdeu o

⁵ Sobre a teoria do colapso do populismo, ver: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁶ AARÃO REIS FILHO, Daniel. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.” In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo...* Op. cit., p. 360.

sentido. Portanto, foi necessário concentrar forças no combate a esse mal que tanto assolara a sociedade brasileira e impedir que ele ameaçasse o processo de fortalecimento da classe trabalhadora, que vinha conquistando sua autonomia na luta contra a ditadura, em conformidade com movimentos sociais pela democracia.

Na conjuntura de críticas ao autoritarismo, o ditador e mentor do “populismo”, Getúlio Vargas, voltou a ser o centro dos ataques – se é que em algum momento deixou de ser. Surgiu um novo termo, parente próximo do “populismo”, que associou diretamente o Estado Novo aos governos de Hitler e Stalin: totalitarismo – mais um *ismo* para designar um tipo de relação entre Estado e sociedade, em que esta não teria espaço algum para se manifestar e negociar suas demandas, tendo em vista que aquele, extremamente poderoso, interviria de forma violenta em todos os seus aspectos, impedindo qualquer possibilidade de interação.

No entanto, em fins dos anos de 1970, vozes isoladas começaram a esboçar questionamentos acerca da tendência maniqueísta da teoria do populismo: de um lado haveria um Estado mau ou políticos de má índole prontos para atacar suas vítimas com discursos vazios, porém, sedutores e, de outro, a sociedade, em especial os setores populares, que devido à sua ingenuidade e ignorância, entregaram-se ao canto da sereia do “populismo”. Ingenuidade é acreditar na pura passividade e apatia da sociedade como se ela não possuísse suas próprias demandas e estratégias para alcançá-las.

A partir das críticas aos paradigmas estruturalistas no âmbito internacional somadas ao contexto de grandes mobilizações sociais anti-ditaduras no âmbito interno, abriu-se um espaço para reflexões mais complexas sobre o fenômeno político chamado de “populismo”. Através de um olhar teórico mais apurado e do trabalho empírico, percebe-se, com pouca dificuldade, que não existe qualquer relação de poder sem interação entre as partes, mesmo sendo uma relação politicamente desigual. Não é viável supor que um grupo social, por ser dominante, possui a capacidade de impor suas normas ao conjunto da sociedade.

Contribuindo para o desenvolvimento da história cultural, Roger Chartier ensinou aos historiadores que a “força com a qual os modelos culturais impõem sentido não anula o

espaço próprio da sua recepção, que pode ser resistente, matreira ou rebelde”.⁷ Essa constatação faz pensar que há uma determinada distância entre a intenção de se impor algo e a recepção dessa imposição, ou seja, os setores sociais dominados, mesmo em posição de desvantagem, também são agentes da história e se apropriam dos próprios meios destinados a se sobrepor às suas ideias e crenças para afirmar suas identidades e o modo como interpretam a realidade social. Portanto, existe um intercâmbio de ideias e práticas sociais entre dominantes e dominados, o que torna descartável a noção de imposição total da ordem dominante assim como a ideia de passividade da classe dominada.

Se não há passividade, o tempero marxista acrescentado à teoria do populismo também passa a ser alvo. Não há mais razão para acreditar na existência de populares alienados, detentores de uma “falsa consciência”. Até porque se existisse uma “falsa consciência”, existiria uma “verdadeira” a qual a classe trabalhadora deveria alcançar. Mas, ao tentar aplicar à prática um modelo teórico pré-estabelecido, perde-se de vista a historicidade da realidade social. Enriquecendo tal abordagem, Edward Thompson, ao dirigir seu enfoque para a formação das classes sociais, afirma que estas não são apenas fruto das relações econômicas, tendo em vista que os elementos culturais são fatores precípuos para seu processo de constituição. Portanto, conclui-se que classe é uma categoria histórica, construída a partir e durante as experiências vividas pelos seus integrantes.⁸ Ao fazer escolhas políticas, eles partem do próprio referencial construído ao longo dessas experiências, dando luz a determinados valores que fundamentam a leitura do real feita por eles. Referencial este que pode ser definido como uma cultura política. Logo, as razões e motivações dos sujeitos devem ser procurados na dinâmica interna do processo social, e não em uma suposta manipulação externa. Sem negligenciar o conflito, essa abordagem sofisticada o estudo das relações de dominação, pois abre espaço para o âmbito das negociações.⁹

O conceito de populismo traz um outro problema: serviu para designar políticos de diferentes tendências e partidos, que defendiam projetos políticos diversos e atuaram em distintos contextos históricos e espaciais. Reuni-los em uma só categoria conceitual

⁷ CHARTIER, Roger. “Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995.

⁸ THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979.

⁹ GOMES, Angela de Castro. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate.” *Estudos Históricos*. 2004, vol.2, n.34, p.157-186.

significa anular suas especificidades: Vargas, Lacerda, Juscelino, Collor, entre muitos outros. Todos são apresentados no mesmo conceitual analítico, perdendo suas características e os projetos políticos que estiveram inseridos.

E dentro desse conjunto de lideranças “populistas”, a bibliografia aponta o iniciador de todo processo, Getúlio Vargas nos anos 1930 e 1940. Na lógica da teoria do populismo, o sucesso do trabalhismo deveu-se a mecanismos de repressão e persuasão levado a cabo pelo Estado Novo e, depois, institucionalizado no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Todavia, em termos teóricos e históricos, não há controle e propaganda alguma que sustente o êxito de um projeto político e suas adesões por muito tempo; ele precisa fazer sentido para os seus adeptos. O trabalhismo tornou-se uma tradição política de peso na vida de brasileiros, em especial trabalhadores e populares.

Para melhor compreensão do sucesso do trabalhismo, o próximo passo será um balanço histórico da sua trajetória política, começando por sua origem nos últimos anos do Estado Novo, passando pela criação e pelo crescimento do PTB durante a República de 1945 a 1964, o impacto sofrido com o golpe civil-militar e, por fim, o seu reflorescimento em fins da década de 1970 e início dos anos de 1980. Nessa análise dos acontecimentos, a figura de Leonel Brizola terá destaque como um dos personagens que incorporou o projeto trabalhista e interpretou-o a sua maneira, mobilizando milhares de pessoas a lutar pela justiça social e pelo desenvolvimento nacional, contra a espoliação do capital externo. Radicalizando o trabalhismo, Brizola antes de 1964 assumiu um discurso contundente e tornou-se um líder consagrado pelas esquerdas. Em fins da década de 1970, voltou do exílio com uma postura bem mais moderada, mas com igual poder de incitar paixões políticas. Seus críticos não hesitaram em rotulá-lo de “populista”; afinal, como ele poderia ter tanta popularidade se não pelo uso do discurso manipulador? Veremos que a explicação para o fenômeno do brizolismo, tanto nos anos 1960 quanto nos anos 1980, é muito mais complexa do que supõe os teóricos do populismo.

1.2 – Trabalhismo como ideologia, tradição política e cultura política

Em 1937, foi implementada no Brasil a proposta de organização de um Estado forte, capaz de manter a ordem e levar o país ao progresso. A conjuntura internacional

vivia uma crise do liberalismo econômico e a desvalorização da democracia liberal e, como solução, apontava-se para a construção de sistemas políticos autoritários. Portanto, o Brasil não era um caso isolado no mundo.

Sob a alegação do combate ao comunismo, o golpe de 1937 foi consumado e o Estado Novo consolidado, aplicando à sociedade um projeto autoritário: interventores nos estados, censura às manifestações contrárias ao regime, repressão aos opositores, partidos e Congresso abolidos e, por fim, propaganda maciça do Estado e do presidente Getúlio Vargas – estratégias de legitimação. As prisões, as torturas e os exílios não foram poucos, sobretudo após o levante de 1935 e a Lei de Segurança Nacional. Quem se opusesse ao projeto do Estado, era silenciado. Com relação ao mundo do trabalho, o regime trouxe inúmeras mudanças. Leis trabalhistas foram esboçadas e alguns sindicatos aceitos, porém somente aqueles atrelados ao Ministério do Trabalho. Entretanto, a partir de 1942, novos ares passaram a circular na atmosfera brasileira, apontando para uma necessária reorientação do Estado Novo. A aproximação com populares e trabalhadores foi se aprimorando e de tornando mais nítida. As palavras de Maria Helena Capelato confirmaram esse processo de mudança:

“Considerando o povo brasileiro inepto para a participação política (a grande massa de analfabetos servia de reforço para esse argumento), os ideólogos do poder, que organizaram o Estado pelo alto, tinham a preocupação de conquistar as elites, consideradas peças importantes na construção de um novo país. A proposta de consenso era mais dirigida a elas. No entanto, pouco a pouco, através de medidas que atendiam às reivindicações populares, os apelos para que dessem apoio ao governo foram frutificando: entre os trabalhadores, Getúlio Vargas acabou ganhando muitos adeptos. A novidade da política de massas consistia no fato de que esses atores foram chamados a estar presentes, ainda que sob controle, na cena política.”¹⁰

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados assumiu um significado decisivo para as configurações da política interna. Associava-se a necessidade de lidar com as questões da liberal-democracia e do comunismo; afinal, o Brasil estava lutando ao lado de nações que sustentavam esses modelos políticos e contra países autoritários, semelhante ao que vigorava aqui. As estratégias tiveram que ser revistas e

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano*. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 137.

alterações foram feitas na cúpula administrativa. Figuras associadas ao autoritarismo e simpáticas ao nazifascismo foram afastadas do cargo, como Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal e Lourival Fontes, dirigente do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); enquanto Alexandre Marcondes Filho foi estrategicamente escolhido por Getúlio Vargas para assumir o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Responsável pela execução do projeto político estatal do pós-1942, o novo ministro visava a angariar uma base de apoio no seio das classes populares, sobretudo dos trabalhadores, através da representação sindical. De acordo com Angela de Castro Gomes, no contexto pós-1935, houve um esvaziamento do movimento sindical do cenário político; mas a partir de 1942, o ministro do Trabalho assumiu a tarefa de tornar o movimento sindical representativo para o operariado.¹¹ Reelaborando a proposta de organização da classe trabalhadora, o governo inventou o trabalhismo, um projeto político capaz de sobreviver ao esgotamento do regime que o criou.

Antes de tudo, o trabalhismo é uma ideologia. Não no sentido marxista de “ilusão da realidade”, adquirida por meio do convencimento como instrumento de dominação; mas um conjunto de ideias, crenças e visões de mundo. Orientando as ações estatais a partir de 1942, o projeto trabalhista tinha como alvo principal a classe trabalhadora.¹²

Desde os anos 1930, o Estado, representado pelo presidente Getúlio Vargas, vinha consolidando sua posição de regulador das relações entre capital e trabalho. Leis sociais não só foram aprovadas como também garantidas por uma Justiça do Trabalho – demandas que estavam na pauta de reivindicação dos próprios trabalhadores antes de 1930. No entanto, somente teria o usufruto dos benefícios sociais aquele trabalhador que fosse membro de um sindicato legalizado no Ministério do Trabalho. No primeiro momento, mesmo reconhecendo as vantagens das leis trabalhistas, houve muitas reações à política de sindicalização ou, em muitos casos, apenas a não-adesão. A lógica utilitária por si só não conseguia se sustentar na tentativa de organização da classe trabalhadora. Foi preciso elaborar um discurso que atrelasse a ela uma lógica simbólica. Os benefícios materiais

¹¹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

¹² Sobre o papel da ideologia na manutenção da configuração política do Estado Novo, ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

foram articulados a um conjunto de valores elaborados pelos próprios trabalhadores antes de 1930, mas ressignificado pelo Estado após 1930.¹³

Antes de 1930, o trabalho no Brasil ainda carregava o peso da escravidão e, por isso, era associado a ideias negativas e preconceituosas. Lutando contra esse estigma, o movimento operário exigia, além de leis de proteção ao trabalho, uma identidade positiva que fosse reconhecida pelos demais grupos sociais. Angela de Castro desenvolve a ideia de que o êxito do trabalhismo explica-se pelo fato de que o Estado Novo incorporou elementos simbólicos do discurso do movimento operário anterior a 1930, adaptando-os a um novo contexto, sem ao menos mencionar esse passado de luta.¹⁴ Os trabalhadores receberam esse discurso, absorveram a sua maneira e reconheceram nele demandas antigas. Trata-se de um processo de reconhecimento mútuo. Portanto, a consciência de classe construída a partir daí nada tem de ilegítima.

As ideias que circulavam no projeto político do Estado atribuíam um caráter democrático ao regime, mas democracia considerada no plano social, que criava um conceito de cidadania baseada em direitos sociais, e não civis e políticos. A Revolução de 1930 teria iniciado um período de valorização das necessidades do povo e da nação brasileira, diferente da República liberal, que se baseava em valores europeus. Em conformidade com a natureza brasileira, o novo conceito de democracia, ao tratar a questão social com políticas públicas, deixou de ver o trabalho como castigo. Ao cumprir com sua função, o trabalhador, seja manual ou intelectual, estaria não só buscando o sustento de sua família, mas também colaborando para o crescimento da Nação. Portanto, trabalhar passou a incorporar valores positivos, sinônimo de honestidade e dignidade.

De acordo com esse ideário, o Estado afirmou ser o grande administrador na distribuição das riquezas nacionais, a fim de evitar a exploração e o conflito de classes. Antecipando as exigências dos trabalhadores, o Estado estaria poupando-os de se desgastarem em lutas contra o patronato. Doar benefícios sociais era sua missão, o que proporcionava satisfação ao trabalhador.

No entanto, como provedor do bem-estar do povo, o Estado deveria ser retribuído. Forjou-se, a partir daí, a noção de pacto social e, como todo pacto, os dois elementos envolvidos teriam deveres a cumprir. O Estado como doador de benefícios sociais

¹³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. cit..

¹⁴ Idem.

comprometer-se-ia a satisfazer as demandas do povo, que, por sua vez, retribuiria com gratidão. Nessa troca entre Estado e classes populares, o reconhecimento foi mútuo: o primeiro obteve apoio do segundo, cuja antiga vontade de ser respeitado e considerado relevante para a sociedade foi realizada.

Todo esse conjunto de representações sociais, que compunha a ideologia do trabalhismo e sustentava o projeto político do Estado Novo, foi propagado por eficientes mecanismos de propaganda política. Nesse processo, o ministro do Trabalho Marcondes Filho revelou-se como peça chave. Por meio de transmissões radiofônicas, assumiu o papel de ministrar palestras, cujo tema principal era a legislação trabalhista. Num tom pedagógico, Marcondes Filho divulgava as realizações do Estado, atribuindo-as ao caráter bondoso do presidente Getúlio Vargas, sujeito de todas as ações. Para reforçar a aproximação do povo com Vargas, foi criado também um calendário festivo, em que o presidente era o centro das comemorações. Com destaque, o 1º de maio criava sempre uma grande expectativa, já que nesse dia Vargas anunciava o decreto de mais um benefício para o trabalhador – um presente.

Em 1930, Vargas era apenas um dos atores da Revolução que findou a Primeira República. Porém, ao longo da era em que ocupou a presidência, especialmente o período ditatorial, adquiriu a qualidade de mentor de todo o processo transformador sofrido pela sociedade brasileira. Configurou-se o mito Vargas, elemento essencial do trabalhismo. Para Raoul Girardet, o mito é uma fabulação, deformação ou interpretação do real¹⁵, o que não significa ser uma formulação falsa ou mentirosa. Para vigorar, o mito precisa ter fundamentos reais. O mito Vargas foi bem-sucedido porque, de alguma forma, o presidente e suas políticas públicas fizeram a diferença na vida das pessoas. Getúlio Vargas consagrou-se como um modelo político exemplar, modelo digno de ser copiado e seguido.

Por meio de várias estratégias, a ideologia trabalhista conseguiu conquistar setores significativos da sociedade, fazendo-os aderir ao projeto político do Estado. Porém, essa adesão não pode ser vista como uma imposição de cima para baixo, sem diálogo. O trabalhismo fora articulado pelo Estado, mas teve como substrato ideias produzidas pela própria sociedade, motivo pelo qual deixou marcas profundas alcançando o *status* de tradição política. E como afirma Angela de Castro, “ideologias e tradições fazem parte das

¹⁵ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

culturas políticas de uma sociedade e devem ser pensadas como construções intelectuais possuidoras de uma dinâmica e de uma história próprias.”¹⁶ Por conseguinte, elas não estão fora e nem acima da sociedade. O trabalhismo como ideologia e tradição política passou a integrar uma cultura política muito compartilhada após a queda do Estado Novo.

Segundo Serge Bernstein, cultura política é um conjunto coerente de elementos que se relacionam entre si, definindo uma determinada identidade e uma certa visão de mundo responsáveis por uma idealização do que seria uma “boa sociedade”.¹⁷ Grande parte dos brasileiros, a partir dos anos 1940, acreditava que a “boa sociedade” passaria pela transformação do presente, que levaria a um desenvolvimento nacional preocupado com a justiça social. Essa crença orientou atos e pensamentos políticos e o trabalhismo foi um dos projetos alimentados por ela.

1.3 – Trabalhismo e getulismo: o primeiro momento

Como ideologia, o trabalhismo foi uma criação do Estado Novo, vinculando-se às políticas públicas de expansão do setor público, do desenvolvimento econômico, dos direitos sociais e da imagem de Vargas como o presidente que “doou” as leis trabalhistas. Logo, sua origem insere-se num contexto em que elementos da democracia representativa foram desprezados, como partidos, eleições, parlamentos, etc.. Mas isso não foi empecilho para o apoio de trabalhadores, populares e lideranças sindicais a Vargas. Com todas as limitações de um governo autoritário, esses grupos sociais relevaram o trabalhismo, que, para eles, transformou-se em um instrumento de participação política e ganhos sociais. As ideias que eles recebiam de cima eram apropriadas de acordo com seus critérios culturais e interesses políticos. Em diversos momentos, esse tipo de comportamento foi demonstrado.

Analisando correspondências enviadas a Getúlio Vargas enquanto presidente nas décadas de 1930 e 1940, Jorge Ferreira comprovou que pessoas comuns se apresentavam como pobres e, utilizando elementos do próprio discurso estatal, faziam críticas e exigências. O mito do “Pai dos pobres” foi utilizado com frequência para pedir ajuda ou

¹⁶ GOMES, Angela de Castro. “Brizola e Trabalhismo”. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.11, nº 19/20, jan./dez. 2004.

¹⁷ BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

proteção, o que qualquer pai não recusaria a seus filhos. Outras cartas eram enviadas para expressar gratidão pelo reconhecimento de suas necessidades, uma verdadeira demonstração de carinho ao presidente. Mais interessante ainda era a prática, criada pelo Estado, de respondê-las, mostrando mais uma vez o canal de comunicação que foi aberto entre essa esfera de poder e o povo.¹⁸

Nessa mesma linha de raciocínio, Berenice Abreu de Castro Neves conta a saga realizada em 1941 por quatro trabalhadores de uma colônia de pesca que navegaram de Fortaleza ao Rio de Janeiro em uma jangada. O objetivo era denunciar ao presidente suas péssimas condições de vida e de trabalho, bem como a exploração de particulares da região. O episódio mostrou o quanto eles confiavam na justiça do presidente e acreditavam que iriam ser contemplados. E foram. Três dias depois, o governo incluiu os jangadeiros no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos e estabeleceu, para essa categoria de trabalhadores, um salário-base não inferior ao salário mínimo local.¹⁹

Indubitavelmente, uma das maiores demonstrações de sucesso do trabalhismo e protagonismo dos trabalhadores e populares foi o queremismo. Organizado e manifestado ao longo do ano de 1945, o movimento se inseriu num contexto de crise da ditadura estadonovista e transição para um sistema político liberal-democrático. A princípio, revelou-se como reações esparsas contra manifestações estudantis de insulto a Vargas e ao Estado Novo, mas logo adquiriu um caráter mais coordenado. Organizaram-se em comícios de maiores dimensões e investiu-se maciçamente em propaganda, comprando páginas de jornal, distribuindo boletins e inundando as cidades com cartazes do “Queremos” e fotografias do presidente. Os queremistas estavam mesmo dispostos a levar a frente sua reivindicação e insistir na candidatura de Getúlio Vargas para as eleições presidenciais que estavam agendadas para o fim do ano.

Era um período de retorno a uma política eleitoral e partidária. Por conseguinte, os opositores de Vargas não titubearam em se aproveitar do momento e lançar imediatamente uma candidatura própria: o brigadeiro Eduardo Gomes, amparado por uma frente recém-criada, a União Democrática Nacional (UDN). Os udenistas uniram-se em torno de preceitos básicos do liberalismo, como liberdade de imprensa e associação, anistia,

¹⁸ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

¹⁹ NEVES, Berenice Abreu de Castro. *Do Mar ao Museu*. A saga da jangada de São Pedro. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

sufrágio universal e restabelecimento da ordem jurídica.²⁰ Para eles, o contexto externo de vitória dos Aliados e o interno de crise da ditadura eram-lhes favorável. Portanto, acreditavam na inevitabilidade de sua vitória, embora desconfiassem de manobras continuístas do ditador.

No ano de 1945, viveu-se no país a transição democrática. Diante da pressão das oposições, os situacionistas também se organizaram num partido e lançaram seu candidato. O Partido Social Democrático (PSD) foi composto por interventores estaduais, abarcando a cúpula governamental do Estado Novo e escolheu o general Eurico Gaspar Dutra para disputar as próximas eleições presidenciais.²¹ A criação do PSD indicou o fracasso da vontade inicial de se criar um partido que englobasse todas as bases de apoio ao presidente. Nesse sentido, a origem do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) já estava dada. Não era mais possível ignorar a mobilização da classe trabalhadora, em parte, resultado da implementação do projeto político estatal através das ações do ministro do Trabalho Marcondes Filho. Em sua formação, o PTB ficou sob o comando de cúpulas sindicais constituídas durante os últimos anos do Estado Novo e sua intenção era recrutar os trabalhadores e canalizar suas reivindicações, particularmente a manutenção das leis trabalhistas. Portanto, a criação desse partido adveio da necessidade de se estabelecer em uma instituição partidária o prestígio alcançado por Vargas entre os trabalhadores durante as décadas de 1930 e 1940.²²

Sem dúvida, Getúlio Vargas foi figura definidora no processo de transição para a democracia, seja pela adesão, seja pela oposição. Tanto o PSD quanto o PTB, a despeito de suas diferentes bases de apoio, tinham como fonte de inspiração o prestígio do ditador e estavam ligados a ele. Por outro lado, a imagem do presidente também fundamentou, pela crítica e pelo ódio, a formação da UDN, o partido adversário.

A estrutura partidária já estava montada e as regras eleitorais confirmadas a partir da criação de um Código Eleitoral. Porém, o movimento queremista corria às margens dessa legislação, mobilizando quantidade cada vez maior de brasileiros e atingindo

²⁰ BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 22.

²¹ Sobre o PSD, ver: HIPOLITO, Lúcia P. *De raposas e reformistas*. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

²² Para maiores detalhes sobre a formação e o crescimento do PTB, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989; D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996; BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: CEDEC/Brasiliense, 1989.

diversos estados do país. A grandiosidade do movimento ultrapassara o limite da preocupação; sua composição essencialmente popular assustou as elites tanto da UDN quanto do PSD. Ademais, o próprio presidente não agia no sentido de neutralizá-lo, apesar de, desde sempre, afirmar publicamente que não seria candidato. Mas recebia e discursava para os queremistas, alimentando o movimento e criando expectativas.

A grande mobilização de setores populares dava sinais de que a solução para a crise política fugiria do cerco elitista. Sem controle da situação, restava aos opositores as enunciações desqualificadoras sobre Vargas e suas obras, especialmente as leis trabalhistas. Os liberais não entendiam a validade dos direitos sociais num regime autoritário. Isso porque, de acordo com seus valores, a cidadania civil e política seria o direito supremo do ser humano e, sem ela, nada poderia ser positivo. Entretanto, os valores dos populares engajados no projeto queremista eram outros. A falta de liberdade política não os incomodou e, para eles, o estatuto de cidadania fora conquistado por meio das leis de amparo ao mundo do trabalho. A situação de carestia, agravado com o “esforço de guerra” com a suspensão de algumas dessas leis, não os impedia de louvar o presidente.²³

Incompreensível para os liberais! A única explicação que possuíam debruçava-se na noção de manipulação decorrente do trabalho de uma sofisticada propaganda política e a repressão através da polícia política. Além disso, o sucesso do projeto estatal teria sido facilitado pela ingenuidade e ignorância das classes populares, envolvidas por promessas vazias e, por isso, incapazes de enxergar a realidade em que viviam – substrato para a posterior teoria do populismo.

Ao olhar para o queremismo com mais atenção e fazendo uso de fontes históricas produzidas pelos seus próprios integrantes, é possível detectar outras razões. A lembrança que possuíam do período anterior à chegada de Vargas à presidência estava associada à exclusão política, à exploração social, à repressão policial, ao descaso, enfim, um mundo sem leis, garantias e proteção ao mundo do trabalho. Com Vargas, eles conquistaram a

²³ No período de guerra, o governo pedia o sacrifício da sociedade para auxiliar as tropas brasileiras a derrotar o inimigo externo – momento denominado “esforço de guerra”. Para aumentar a produção nacional, determinou-se o retorno da jornada de 10 horas, a suspensão da lei de férias, da lei que estabelecia o pagamento de horas extras e da lei que regulamentava o trabalho noturno de crianças e mulheres. Além disso, o aumento da exportação de gêneros alimentícios para os países em guerra causou escassez de oferta, contribuindo para o aumento da inflação, que solapava cada vez mais o poder de compra dos salários. Mas foram justamente os setores sociais mais atingidos pelo “esforço de guerra” que incrementaram as fileiras do movimento de apoio a Getúlio Vargas.

cidadania social e aprenderam a lidar com suas vantagens. Mas o contexto de crise da ditadura anunciava a volta do regime liberal. Retornariam ao período anterior a 1930 quando os direitos sociais ainda não tinham sido conquistados? A saída de Vargas do poder anularia os benefícios adquiridos? Não queriam correr riscos. Projetavam no presidente a única possibilidade de garantir as leis sociais e, por isso, queriam a sua permanência no poder.

Contudo, com o desenrolar dos acontecimentos, os queremistas perceberam que os valores liberal-democráticos invadiram a cena política; logo, não era mais possível ignorá-los. Do slogan “Queremos Getúlio” passou a “Constituinte com Getúlio”. Antes, personificavam a política na pessoa de Getúlio; com a nova pauta de reivindicação, passaram a reconhecer a importância de uma Assembléia Nacional Constituinte.²⁴ A ideia era institucionalizar as leis trabalhistas na nova Constituição para que não dependessem da contingência dos governantes. Mesmo assim, consideravam a presença de Vargas indispensável, pois seria ele a garantia de que a cidadania social fosse acrescentada à nova Carta Constitucional.

Durante meses de sua existência, o movimento queremista mostrou-se bastante dinâmico, evoluindo e adquirindo maiores proporções. E para o desespero das elites, recebeu a participação ativa dos comunistas. Foi Luiz Carlos Prestes que, inclusive, formulou o lema “Constituinte com Getúlio”. Trabalhistas e comunistas juntos, pela primeira vez, uma aliança que se repetiria em outros contextos. Temerosos, os partidários das candidaturas oficiais uniram-se e reagiram: depuseram o presidente Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945; afinal, ele havia ultrapassado os limites do conservadorismo das elites brasileiras. Já estava mais que na hora de frear o avanço do radicalismo popular.

Após a deposição de Vargas, os udenistas demonstraram confiança ainda maior na vitória. Comemoraram antes do tempo, pois o trabalhismo agiu novamente. Uma semana antes das eleições, Vargas, mesmo longe da cadeira presidencial, convocou a população brasileira a cerrar fileiras em torno da candidatura Dutra. A partir daí, iniciou-se uma nova campanha, trazendo fôlego ao candidato do PSD. A mensagem “Ele disse: vote em Dutra” foi impressa juntamente com a fotografia de Getulio Vargas e distribuída em todo o país.

²⁴ FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores ‘querem’: política e cidadania na transição democrática de 1945.” In: *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Resultado: Dutra foi eleito. A vitória era dele, mas a demonstração era queremista.²⁵ Nas palavras de Angela de Castro, duas constatações foram feitas: o nome de Vargas era avassalador e os trabalhadores despontaram como ator no cenário das lutas políticas brasileiras.²⁶

Mas um movimento com tamanha capacidade de mobilização não poderia ficar sem orientação. Antes mesmo das eleições, Vargas havia recomendado aos queremistas o ingresso nas fileiras do PTB. O trabalhismo sofreu modificações. Do desprezo aos preceitos liberal-democráticos, passou a reconhecê-los e a atuar no jogo político da democracia representativa. O PTB foi fundado por sindicalistas sob orientação de técnicos do ministério do Trabalho. O objetivo era a participação dos assalariados urbanos em um partido de trabalhadores, defendendo o projeto trabalhista no âmbito do jogo liberal-democrático. Se antes o estatuto de cidadania reivindicado pelo trabalhismo passava apenas pelas conquistas dos direitos sociais; a partir daí, os direitos políticos deixaram de ser negligenciados – um processo de aprendizado da cidadania política que se iniciou no queremismo.

Desde sua origem, o PTB esteve diretamente ligado ao prestígio de Vargas, considerado seu grande idealizador. Para ele, a nova agremiação política teria o papel de promovê-lo e legitimá-lo junto aos trabalhadores, além de angariar votos desse setor social, disputando o espaço da arena política ao lado de outros partidos – PSD e UDN – representantes de outros grupos sociais. Ao longo da República democrática, o PTB transformou-se em um dos maiores sustentáculos das reivindicações dos trabalhadores. Já nas eleições para o Legislativo em 1946, havia conquistado um número significativo de cadeiras e a tendência foi aumentar esse espaço.

Além da defesa dos direitos trabalhistas, Getúlio Vargas acrescentaria aos apelos do PTB um projeto nacionalista. Por conseguinte, consolidou-se como proposta do partido a defesa do trabalhismo e do nacionalismo, ambos vinculados às políticas públicas getulistas dos anos 1930-40. O PTB, no dizer de Maria Celina D'Araújo, nasceu sob a égide do partido carismático.²⁷

²⁵ Sobre o movimento queremista, ver: MACEDO, Michelle Reis de. *Trabalhadores e cidadania no Brasil: o movimento queremista e a democratização de 1945*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

²⁶ GOMES, Angela de Castro. *A invenção...* Op. cit., p. 292.

²⁷ D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos...* Op.cit., p.26.

Em seus primeiros momentos, o PTB contribuiu para a renovação e continuidade do prestígio do ex-ditador e, juntamente com outros getulistas, esforçou-se no processo de mobilização em torno da candidatura de Vargas à presidência da República. Depois da vitória eleitoral e da posse do cargo, o novo presidente colocou em prática uma política de conciliação, oferecendo ao PTB apenas o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e reservando as demais Pastas para outros partidos. Era uma escolha estratégica já que o PTB continuaria sendo o suporte de Vargas junto ao movimento sindical, com a função de sustentar seu apoio popular. Seu objetivo era que os petebistas não somente aumentassem essa popularidade, mas também mantivessem o controle sobre sindicatos e manifestações populares. Foi nesse setor do governo que começou a despontar outra personalidade de destaque no trabalhismo: João Goulart.

O governo Vargas de 1951 a 1954 foi de difícil gestão. A tentativa de estabelecer uma política de negociação com a UDN não obteve êxito, já que não conseguiu neutralizar a desconfiança das oposições com relação a ele devido ao caráter ditatorial do seu último governo. Além disso, cultivou desafetos em setores conservadores com sua política de ataque ao capital estrangeiro. Na economia, herdara de seu antecessor uma grave crise. Outra gastara praticamente toda reserva de riquezas, acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial, com importações inúteis. Com saldo negativo na balança de pagamentos, o fenômeno da inflação voltou a solapar a economia brasileira. Devido a isso, o poder de compra da população, sobretudo dos setores mais carentes, foi fortemente engolido pelo aumento dos preços, criando insatisfações e motivando greves. Foi nesse contexto que Vargas escolheu João Goulart para assumir o Ministério do Trabalho em junho de 1953, na tentativa de amenizar os conflitos e recuperar o apoio popular, abalado com a crise política econômica. Na concepção de Jorge Ferreira,

“sua tarefa, à frente do partido, era reverter o descontentamento nas bases de legitimidade política do presidente: unificar o PTB, reduzindo os conflitos e as disputas internas, e aproximar-se do movimento sindical, indicando a disposição do governo em abrir canais de negociação.”²⁸

²⁸ FERREIRA, Jorge. “O ministro que conversava: João Goulart no Ministério do Trabalho.” In: *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 102.

De fato, Goulart inaugurou um novo modelo de política para lidar com o movimento sindical: preferiu o método da negociação em detrimento da intervenção e repressão à estilo dos seus antecessores no Ministério de Trabalho. Ademais, procurou aproximar trabalhistas e comunistas e apoiar dirigentes sindicais que tivessem maior representatividade junto às bases e não aqueles que se resumiam a seguidores das diretrizes do governo. Outra iniciativa permitiu a reformulação de relação entre Estado e sindicatos: a convocação de líderes sindicais, do PTB e do PCB, para a gestão dos recursos da Previdência Social. Todas essas práticas foram repudiadas pelos opositores e interpretadas como “demagógicas”. Porém, citando novamente Jorge Ferreira,

“mobilizar o movimento sindical, incentivar as lideranças autênticas dos operários, aproximar-se das esquerdas e patrocinar a participação dos trabalhadores nos negócios do Estado necessariamente não se anulavam, ou entravam em contradição, com a política de cooptação, de distribuição de empregos e de práticas fisiológicas. Para compreender o sucesso do trabalhismo na política brasileira seria contraproducente elogiar uma dessas dimensões e lamentar a outra – ou denunciar o suposto jogo duplo.”²⁹

Mesmo com a intenção do governo de controlar, não há razões para acreditar no total controle, já que é possível observar nas próprias enunciações dos sindicalistas a realização de demandas e satisfações quanto à política do ministro. Fortalecendo e inovando o trabalhismo, Jango sinalizou para uma maior autonomia do movimento sindical, embora reforçasse sua ligação com o Estado e mantivesse seu estilo personalista. De qualquer forma, a aproximação com os trabalhadores e a preocupação em reorganizar sindicatos verdadeiramente representativos de sua base, fizeram João Goulart se afirmar como um líder trabalhista capaz de se tornar o maior destaque do PTB após a morte de Vargas. Como partido de origem carismática, o PTB adotou Goulart como personagem central no PTB a partir daí.

No entanto, o processo de afirmação do “jeito Jango de fazer política” no trabalhismo não ocorreu sem embates. Lucília de Almeida Neves identificou três tendências principais do trabalhismo no interior do PTB: os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas. O primeiro grupo foi hegemônico nos anos iniciais de atuação do PTB. Seu principal aspecto era o enorme culto a Vargas, a

²⁹ Idem, p. 111.

ponto de se confundir com o personalismo varguista e, a partir do carisma de Vargas, mobilizar trabalhadores a lutar pela manutenção das leis trabalhistas já conquistadas e ser base de apoio das políticas governamentais. O segundo grupo representava intelectuais que reivindicavam uma maior independência do projeto trabalhista com relação à burocracia estatal e defendia uma maior proximidade com a social-democracia, contrapondo-se ao comunismo ou qualquer aliança política com esse ideário. Seu maior interprete foi Alberto Pasqualini, crítico do excessivo personalismo getulista presente até então no PTB. A acirrada disputa entre as duas correntes perdurou até a morte de Vargas, dando início à ascensão de propostas reformistas da terceira corrente, cujo um dos maiores expoentes foi João Goulart. Os pragmáticos reformistas tentaram conciliar as duas outras tendências: manter o mito Vargas, adotando algumas propostas de Pasqualini, como a diminuição da dependência do trabalhismo petebista com relação ao Estado.³⁰

A terceira tendência, portanto, começou a ganhar notabilidade com a ascensão de João Goulart na presidência do PTB em 1952, bem como sua posse no Ministério do Trabalho no ano seguinte. Como visto anteriormente, ainda fazia uso do paternalismo inerente à Vargas, afinal, “tratava-se de *dar* participação aos sindicatos”³¹, mas ao mesmo tempo, focava na justiça social e no distributismo salarial à moda Pasqualini. O maior exemplo desta prática, talvez o de maior impacto, foi o aumento de 100% do salário mínimo, levando a elite brasileira à forte oposição e o governo Vargas a uma crise política mais profunda até culminar com a demissão de Goulart do ministério do Trabalho em fevereiro de 1954.

Após a notícia do falecimento de Vargas em agosto daquele ano, mobilizações e protestos ocuparam as ruas do Brasil em verdadeira demonstração de amargura. Mais uma vez, o trabalhismo atuou no protagonismo de setores populares na sociedade brasileira, contribuindo para a frustração dos anseios de uma elite conservadora. Mais um fato histórico que oferece elementos para o historiador compreender a construção da identidade da classe trabalhadora fundamentada no trabalhismo e na rejeição ao projeto udenista. Toda e qualquer propaganda da oposição era destruída pela fúria da população, que não hesitava em atacar símbolos de políticos da UDN. Entre revoltas e lamentos, a multidão

³⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 20.

³¹ Idem, p. 197.

fazia questão de prestar homenagem ao presidente morto. O tiro no seu próprio peito foi sua última jogada política, mobilizando uma enorme multidão que fez recuar a intervenção militar, convocada pela oposição.³²

O idealizador do trabalhismo já não mais existia de corpo presente. O partido criado por ele para abrigar essa ideologia não possuía nenhuma outra liderança de peso; aliás, o nome de Getúlio Vargas e seu personalismo eram mais forte do que o próprio partido. Qual seria o destino do PTB sem Vargas? Difícil tarefa... Mas o trabalhismo já se afirmara como tradição política e compunha uma cultura política consolidada. Além disso, Vargas não deixou de preparar o terreno antes de morrer. Escolheu Jango como herdeiro e ele aprendeu seus passos, caminhando em estilo próprio. Além dele, outras lideranças regionais despontaram no cenário político, tornando-se muitas vezes, referências nacionais. Dentre elas, merece destaque Leonel Brizola, por ser a personalidade política central dessa pesquisa histórica e por ser, indubitavelmente, um dos principais atores da política nacional no processo de crise que culminou com o golpe civil-militar de 1964.

1.4 – Trabalhismo reformista: o segundo momento

Após o falecimento da principal referência do trabalhismo, acirrou-se a disputa pelo poder dentro do PTB e em torno da redefinição de suas principais doutrinas e propostas. Em contrapartida, o PTB crescia em âmbito nacional, se afirmando em esferas estaduais e municipais. O projeto trabalhista manteve a defesa dos direitos do trabalhador e de um Estado intervencionista e protetor, baseado no ideal do nacionalismo. Mas, por outro lado, tomou a frente do movimento de reivindicação por uma série de reformas, que visava a mudar a estrutura sócio-econômica do Brasil levando a uma maior e melhor distribuição de riquezas. O trabalhismo deu uma guinada à esquerda, conquistando espaço via eleitoral e via ação direta, encabeçando diversos movimentos de trabalhadores, sindicalistas, estudantes, políticos e militares nacionalistas.³³

³² FERREIRA, Jorge. “O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto.” In: *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB...* Op.cit..

O segundo momento do trabalhismo iniciara já num ambiente de crise, radicalismos e incertezas alimentado pelo suicídio de Vargas. As eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955 inseriram-se nesse contexto. De um lado, a candidatura de Juscelino Kubitschek lançada pelo PSD, causando divisão no partido, cuja ala mais conservadora considerava o candidato um tanto “esquerdista”. A polêmica foi acirrada quando Juscelino compôs uma chapa com o PTB, confirmando Jango como seu candidato a vice. De outro, a UDN encontrava-se numa situação bastante delicada: já havia perdido duas eleições com Eduardo Gomes e teve seus planos políticos decapitados com a morte de Vargas. Ao mesmo tempo, os udenistas, receosos com uma possível vitória da aliança PTB-PSD, encabeçaram a Frente de Renovação Nacional, uma aliança entre o Partido Democrata Cristão, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Libertador, e lançaram a candidatura de Juarez Távora. Configurou-se, mais uma vez, uma disputa política entre dois projetos políticos antagônicos: o trabalhismo, pregando a ideia de um Estado interventor e defendendo os direitos sociais e o interesse nacional diante das investidas do capital externo, *versus* o udenismo, lutando pelo triunfo do liberalismo, tanto econômico quanto nas relações trabalhistas, e defendendo as vantagens advindas do capital estrangeiro.

Quando a UDN pensou que a força do trabalhismo havia sido enterrada com seu idealizador, viu-se diante da possibilidade de seu retorno. Um dos políticos mais influentes do partido, Carlos Lacerda, iniciou, quatro meses antes, uma campanha contra as eleições que seriam realizadas em outubro de 1955, alegando sua ilegitimidade e exigindo uma intervenção militar para impedi-las. O problema, segundo os antigetulistas, era ainda maior do que a aliança entre JK e Jango. A preocupação era a maneira como os assalariados estavam exercendo sua cidadania política, comprometida pelas leis sociais resultantes de políticas interpretadas como demagógicas e corruptas.³⁴ Em outras palavras, a cidadania social promovida por lideranças “caudilhescas” estaria comprometendo a cidadania política, pois orientaria os trabalhadores a escolherem errado na hora de votar.

Líder da campanha de suspensão das eleições, Lacerda apresentava-se cada vez mais ousado em seu discurso quanto ao desejo de golpe militar. Por sua vez, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott procurava acalmar os ânimos e minimizar os

³⁴ FERREIRA, Jorge. “Trabalhadores e soldados do Brasil: a frente de novembro.” In: *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 219.

boatos de golpe por meio da imprensa. Além das investidas do general, a população, grande parte da imprensa e até mesmo empresários também repudiavam a tentativa de ruptura da ordem institucional. Mesmo assim, Carlos Lacerda dava continuidade às suas conspirações e escolheu João Goulart como alvo principal, acusando-o de estocar armas e tramar uma guerra civil com apoio do governo argentino de Perón. Apesar de todo esforço lacerdista para adiar as eleições, a aliança JK-Jango obteve a vitória eleitoral. Mas a tensão política não pararia por aí. A luta agora era pela impugnação da posse dos candidatos eleitos, com o argumento de que receberam o apoio do ilegal Partido Comunista e não atingiram a maioria absoluta do total de votos.

Os militares estavam divididos. A ala golpista era contrabalanceada pelos chamados “nacionalistas de esquerda”, grupo que apoiava o ministro da Guerra. Lott estava decidido a defender a legalidade, contrapondo-se aos ministros da Marinha e da Aeronáutica. Com apoio de todos os generais do Exército brasileiro, agiu através de uma intervenção militar, alegando defesa da democracia. Representantes do PSD e do PTB, sindicatos e outras organizações civis logo manifestaram publicamente apoio a Lott, que conquistou grande popularidade. O episódio demonstrara que não somente os udenistas possuíam base de sustentação nos quartéis. Os trabalhadores aproximaram-se dos militares e viram neles grandes aliados na luta pelas reformas. A partir daí, “as Forças Armadas deixaram de ser identificadas com o sentimento antigetulista, antitrabalhista ou antipopular.”³⁵

Nesse processo eleitoral tumultuado, cabe destacar a força do projeto do trabalhismo, representado principalmente na figura de Jango. O herdeiro de Getúlio Vargas obtivera maior número de votos do que seu companheiro de chapa, fato possível já que se votava para presidente e para vice separadamente. Embora haja uma memória consolidada que associa Jango apenas à imagem do “presidente deposto em 1964”, ele desempenhou importantes papéis na arena política, como ministro do Trabalho e vice-presidente de JK. Diferente do que ocorre hoje na política brasileira, ser candidato a vice implicava em fazer campanha e mobilizar votos, em paralelo à campanha do candidato à presidência. Portanto, a eleição de Jango foi um atestado de legitimidade da sua liderança política nos círculos trabalhistas.

³⁵ Idem, p. 269.

Analizando a trajetória dos governos da República de 1945 a 1964, o governo JK foi, sem dúvida, o mais bem-sucedido na experiência democrática, conseguindo atingir um grau relativamente satisfatório de estabilidade política. Levou a cabo um expressivo desenvolvimento econômico, associado à tranquilidade das instituições democráticas e seu mandato entrou para a história com a imagem romanceada dos “Anos Dourados”. No entanto, é impossível compreender esse período de relativa tranquilidade democrática sem considerar as ações de Jango enquanto vice. Encarregado de negociar com as lideranças sindicais, assumiu com talento a tarefa, obtendo êxitos em resolver diversos conflitos no mundo do trabalho.

Seguindo sua tendência pragmática reformista, Jango equilibrava-se entre estimular o movimento sindical, procurando atender suas demandas, e controlar atitudes mais radicais que pudessem comprometer a estabilidade política e a ordem social. Muitas greves ocorreram no governo JK, mas todas elas tiveram suas demandas negociadas politicamente. Ademais, os próprios líderes sindicais aproveitaram-se do momento e da proximidade com o vice para ganhar notoriedade entre as bases ao conquistar benefícios materiais e simbólicos para os trabalhadores.³⁶ Se, por um lado, essa relação concedeu ao movimento sindical um maior poder de ação; por outro, fez crescer a liderança política de Jango e as expectativas quanto ao fortalecimento do projeto trabalhista. Prova disto foi sua reeleição para vice-presidente no pleito seguinte.

Para as eleições de 1960, foi lançado Jânio Quadros para a sucessão presidencial pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN). Enquanto isso, o PSD e o PTB mantiveram a aliança e escolheram o nome do marechal Lott para disputar o cargo de presidente e João Goulart para o cargo de vice, pela segunda vez. Diante da vigência da aliança PSD-PTB, a UDN se aproximou da candidatura Jânio Quadros, vendo nele um potencial para derrotar a herança varguista de uma vez por todas. Ratificando a força do movimento não-oficial Jan-Jan – Jânio para presidente e Jango para vice – Jânio Quadros venceu e, por outro lado, a chapa opositora conseguiu eleger o vice.

Desde o início do seu governo, Jânio assumiu uma postura suprapartidária, criando descontentamentos sobretudo nos integrantes da UDN, partido que outrora o apoiara. As insatisfações udenistas se acirraram devido à sua política de defesa da Petrobrás e de

³⁶ GOMES, Angela de Castro. “O vice de JK.” In: *A trajetória política de João Goulart*. Dossiê publicado no site do CPDOC (www.cpdoc.fgv.br).

controle das remessas de lucro para o exterior e, principalmente, à adoção de uma política externa independente, voltada para o terceiro-mundismo. Para os ministérios militares, escolheu oficiais conservadores e adotou uma política econômica recomendada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), desagradando trabalhadores, classes médias e os próprios empresários. Em pouco tempo, instalou-se um clima de tensão entre o Executivo e o Legislativo, culminando na renúncia do presidente, o que provocou uma das maiores crises políticas da República brasileira.

Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros abdicou do cargo, dando início à polêmica em torno da posse do vice-presidente João Goulart. Herdeiro de Vargas, marcado por sua proposta de 100% do salário mínimo quando ministro do Trabalho e por sua política de negociação e estímulo ao movimento sindical enquanto vice de JK, Jango não era bem visto pelos setores conservadores da sociedade brasileira. A Constituição garantia sua posse, mas os ministros militares vetaram-na, apoiados por uma parcela da sociedade civil. Alegavam que sua posse ameaçaria a ordem democrática e institucional devido à sua suposta ligação com o comunismo internacional. Como agravante, Jango estava de visita à China comunista no instante da renúncia, aumentando ainda mais as suspeitas. Entretanto, a tentativa de golpe dos ministros militares não ecoou de forma satisfatória, nem mesmo entre grupos que possuíam ressalvas à política janguista. O momento era de legalidade dentro e fora do Parlamento, o que não impediu conflitos e a radicalização dos fatos. Foi naquele contexto que emergiu uma outra grande liderança do trabalhismo: Leonel Brizola, cuja trajetória merece uma atenção especial.

Sua carreira política começou ainda nos tempos de estudante de engenharia quando ingressou, em agosto de 1945, para o recém-formado PTB.³⁷ Era época de transição política e o jovem simpatizante de Getúlio Vargas já estava nas ruas ajudando a hastear a bandeira no novo partido: a garantia das leis trabalhistas e sindicais. Mesmo após a deposição de Vargas, em outubro do mesmo ano, a popularidade do presidente entre os trabalhadores consolidou-se ainda mais e viu-se, a partir daí, representada no PTB. Foi pelo partido político herdeiro do prestígio de Vargas que Leonel Brizola elegeu-se deputado estadual para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em janeiro de 1947.

³⁷ Os dados biográficos de Leonel Brizola estão presentes em: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, versão em CD-Room.

Ao aproximar-se do fim do mandato do presidente Eurico Dutra em 1950, iniciou-se a corrida política das candidaturas para a sucessão presidencial. No estado do Rio Grande do Sul, Brizola foi um dos articuladores do lançamento da campanha presidencial de Getúlio Vargas pelo PTB. Lado a lado com a UDN e o PSD, o PTB afirmava-se como um partido de grande projeção nacional, em especial com a eleição de Vargas à presidência da República. Simultaneamente, a figura de Brizola crescia. Reelegeu-se deputado estadual no pleito de 1950, liderou a bancada do PTB na Assembléia Legislativa e foi nomeado Secretário de Obras no governo trabalhista do Rio Grande do Sul. Logo depois, candidatou-se à Prefeitura de Porto Alegre, mas perdeu a eleição com a diferença de apenas 1% dos votos majoritários.

O ano de 1954 foi marcado pela comoção nacional por conta do suicídio de Getúlio Vargas. O episódio frustrou a tentativa de golpe udenista, o que não significou sucesso absoluto para o PTB. Todavia, Brizola elegeu-se, em 1954, para a Câmara Federal, onde deu início à sua conflituosa relação com o udenista carioca Carlos Lacerda, também eleito deputado federal. Um ano depois, voltou para a política regional como prefeito de Porto Alegre. Fiel aos preceitos do trabalhismo, Brizola procurou conduzir sua gestão em harmonia com as demandas populares, investindo maciçamente na construção de escolas primárias e na melhoria dos transportes coletivos. Do ponto de vista popular, Brizola foi bem-sucedido como prefeito da capital gaúcha, o que foi decisivo para a disputa do governo estadual em 1958. Com mais da metade dos votos, ele foi eleito governador do Rio Grande do Sul, derrotando a chapa coligada do PSD e da UDN. Em sua gestão, Brizola procurou expandir para todo o estado sua política pública aplicada na capital. Além disso, encampou duas empresas norte-americanas, o que o marcaria, aos olhos dos Estados Unidos e do empresariado brasileiro, como uma das lideranças de esquerda mais ameaçadoras no Brasil. Medidas como estas fortaleceram a imagem de Brizola como liderança entre os grupos de esquerda, até mesmo entre facções do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mas foram os tensos acontecimentos de agosto e setembro de 1961 que consolidaram sua imagem entre as esquerdas, a do político compromissado com as demandas populares e com o desenvolvimento autônomo do Brasil; e, entre os conservadores, a do líder ameaçador da ordem.

Do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola liderou uma resistência armada, convocando a população de Porto Alegre e a polícia estadual a evitar o golpe e garantir a

posse de Jango na presidência. O movimento entrou para a história como a Campanha da Legalidade. Utilizando-se de uma cadeia radiofônica, ele proferiu ousados discursos para o restante do país e até mesmo para o exterior, defendendo a ordem democrática. Assim, conseguiu traduzir as demandas de diversos grupos políticos e sociais.

O Palácio Piratini foi tomado de expectativas. Milhares de pessoas concentravam-se na Praça da Matriz, em frente à sede do Governo do Estado. O clima tornou-se mais alarmante quando Brizola recebeu o aviso de que o III Exército, seguindo ordens dos ministros militares, preparava-se para silenciá-lo. Decidiu resistir. Mobilizou a população gaúcha e armou-a. Estima-se que em frente ao Palácio reuniram-se cerca de 100 mil pessoas.³⁸ Apesar da tensão, não houve conflito armado: o comandante do III Exército decidiu preservar a Constituição e garantir a posse de João Goulart. Entretanto, os grupos conservadores jamais perdoaram Brizola pelos gestos tão ousados. A partir deste episódio, ele confirmou seu lugar de liderança entre as esquerdas.

Enquanto isso, no Congresso, os debates avançavam para evitar uma guerra civil. A solução para a crise surgiu quando o PSD e a UDN, juntamente com os militares legalistas, decidiram garantir a posse de Goulart sob um regime parlamentarista. Apesar de se contrapor à proposta de intervenção dos ministros militares, os setores legalistas das Forças Armadas também desconfiavam de certas concepções políticas do novo presidente. Sendo assim, o parlamentarismo atenderia à demanda do momento: manteria as regras constitucionais, mas restringindo os poderes do presidente. Percebendo a grave divisão política do país, Goulart aceitou a mudança de regime. O golpe foi sustado ao não encontrar terreno fértil para vingar; mas, devido ao processo de radicalização política, o mesmo não ocorreria em 1964.

Como pano de fundo, o contexto externo de Guerra Fria caracterizava-se pela disputa ideológica entre capitalismo e socialismo, mas também pelos debates em torno do terceiro-mundismo, componente importante das relações internacionais até os anos 1970. Na América Latina, os conflitos acirraram-se principalmente após a Revolução Cubana de 1959. Eufóricas, as esquerdas apostavam na propagação e no sucesso dos ideais da Revolução. Nacionalismo, traduzido pela luta contra as forças imperialistas, e reformismo, exigindo mudanças sociais profundas, davam o tom aos seus discursos. No Brasil, à

³⁸ BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

medida que estas ideias atingiam os ânimos populares, as elites conservadoras alarmavam-se cada vez mais, temendo a suposta “ameaça comunista”.³⁹ Obviamente, nem as esquerdas brasileiras eram fantoches do comunismo internacional, nem as direitas brasileiras eram mero instrumento do imperialismo norte-americano. Entretanto, o Brasil não fugiu à influência do clima de Guerra Fria, em que progressivamente o significado de política foi se associando a confronto de forças. O projeto nacional-estatista, definido como a defesa do desenvolvimento nacional autônomo e da justiça social, que deveriam ser garantidos pela ação de um Estado interventor na economia e regulador nas relações entre as classes sociais, assustava as direitas. Neste contexto nada amistoso, seria difícil resolver as divergências pelo diálogo.⁴⁰

O compromisso com o parlamentarismo teve curta duração. Os ministros conspiradores contra Jango ficaram desorientados com o fracasso do golpe. Já para os mais radicais do PTB, partido do presidente, a solução significava uma vitória apenas parcial, pois freava as propostas de reformas políticas e sociais mais profundas, uma vez que o Congresso, com a maioria avessa a tais mudanças, adquirira um maior poder de decisão. Brizola não se conformou com a solução negociada, tendo em vista que, segundo ele, “Goulart já tinha condições de assumir a Presidência da República, na crista do movimento popular e com o apoio da maioria das Forças Armadas, sem precisar fazer qualquer concessão.”⁴¹ Havia ainda aqueles pessedistas e udenistas preocupados com as eleições presidenciais de 1965. Além disso, já no discurso de posse, Jango desmereceu o regime parlamentarista e destacou a necessidade de um plebiscito que decidisse o retorno ou não do presidencialismo. Ou seja, forças de todos os cantos uniram-se em uma coalizão antiparlamentarista. Rapidamente, esse regime definhou diante da empenhada campanha pela antecipação do plebiscito, cuja realização estava legalmente prevista para nove meses antes do término do mandato de João Goulart. A consulta pública visava à decisão em manter o parlamentarismo no Brasil ou retornar ao regime presidencialista. Sem alguma

³⁹ Em geral, as elites conservadoras defendiam um modelo de desenvolvimento para o Brasil diferente do nacionalismo popular. Este outro projeto desenvolvimentista baseava-se nos preceitos do liberalismo econômico, defendendo a aproximação com o capital externo, sobretudo norte-americano, e combatendo a herança popular e nacionalista de Vargas.

⁴⁰ Para uma análise sobre o conceito de nacional-estatismo e sua relação com as discussões sobre o terceiro-mundismo, ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

⁴¹ Trecho da entrevista de Leonel Brizola a Moniz Bandeira. Ver: BANDEIRA, Muniz. *Brizola...* Op. cit., p. 84.

difficuldade, o Congresso aprovou a proposta que marcava o plebiscito popular para 6 de janeiro de 1963.

O otimismo esquerdista fora incentivado diante dos resultados obtidos nas eleições parlamentares em outubro de 1962 e no plebiscito no início do ano seguinte. De fato, o PTB quase dobrou seu espaço na Câmara dos Deputados; no entanto, os setores conservadores continuaram ocupando a maior parte das cadeiras no Congresso. Quanto ao referendo, contribuiu para uma falsa sensação de que as reformas seriam implementadas facilmente. Ao contrário da interpretação das esquerdas reformistas, a vitória do presidencialismo não significou uma posição pró-reformas. Os interesses envolvidos eram institucionais: restabelecer o regime presidencialista. Portanto, para a realização das reformas, era preciso negociar. Mas naquela conjuntura, o próprio partido defensor do programa reformista não conseguia atingir um consenso entre seus correligionários. O presidente da República era seu líder máximo, no entanto, estava perdendo controle sobre a ala mais radical do PTB, aprofundando a instabilidade do governo.⁴² Para os petebistas mais a esquerda do partido, canais alternativos de luta eram essenciais para promover seus interesses. Nesse sentido, a ala do PTB mais a esquerda, liderada por Brizola, estabeleceu como estratégia a ação direta, mobilizando sindicatos, soldados, sargentos, estudantes, operários e camponeses para pressionar o governo e o Congresso Nacional a agilizar a aprovação das reformas de base. Em conformidade com essa estratégia, desencadearam-se intensos movimentos sociais: greves econômicas e políticas, protestos, manifestações, comícios e invasões de terra. Um dos que se destacaram foi a revolta dos sargentos ocorrida em setembro de 1963, em Brasília, como reação à decisão da Justiça Eleitoral de negar os mandatos de alguns suboficiais eleitos no pleito de 1962.

Enquanto isso, o governo procurava estabelecer medidas que superasse a crise econômico-financeira e, ao mesmo tempo, aumentasse sua base de apoio. Para isso, o ministro do Planejamento, Celso Furtado, elaborou o Plano Trienal, cujas metas consistiam em combater a inflação e, logo depois, promover reformas econômicas e institucionais para sustentar o desenvolvimento. Todavia, os meios traçados para se atingir os fins não agradaram nem a gregos, nem a troianos: a política de restrição salarial despertou a ira sindical e a política de limite de créditos e preços desagradou grupos comerciais e

⁴² Sobre as divergências entre correntes políticas no interior do PTB e de que forma esse fator fomentou a instabilidade do governo, ver: D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos...* Op.cit..

industriais. No fim, o que era para ser um ponto de encontro entre interesses diversos passou a alvo de críticas contundentes por parte daqueles que o plano pretendia agradar. Embora concordassem com a necessidade imediata de combater a inflação, nem trabalhadores nem empresários aceitavam perder.⁴³

Com o insucesso do Plano, as discussões voltaram-se para as reformas. O PTB lançou um programa de reforma agrária, mas que aos olhos das elites no Congresso era inaceitável, principalmente porque propunha a desapropriação de terras produtivas e improdutivas sem indenizações, bem como a propriedades urbanas. Por outro lado, o PSD aceitou fazer acordos desde que o projeto sofresse alguns ajustes. Segundo seus integrantes, a reforma seguida de indenizações com títulos de dívida pública seria tolerada, mas que seu valor fosse protegido da inflação e que não fosse estendida a propriedades urbanas. Apesar da rejeição total da UDN, um programa de reforma agrária, mesmo que limitado, poderia ter sido aprovado se o PSD e o PTB estabelecessem um consenso. Este se recusou a fazer qualquer modificação no projeto inicial; aquele, temeroso com as posições radicais de seu aliado histórico, aproximava-se progressivamente dos udenistas. Em meio aos embates, Jango hesitava entre apoiar uma proposta limitada de reforma agrária ou ceder às pressões das esquerdas radicais. Seu objetivo era construir uma base de centro para seu governo a partir da reestruturação da aliança entre PSD e PTB. Mas nenhuma das partes estava disposta a negociar.

Nas ruas, as acusações das esquerdas ao Presidente em manter a aliança do PTB com o PSD no Congresso ganhavam contornos mais contundentes. A partir daí, alternativas de luta extraparlamentares passaram a ser prioridade nos discursos e práticas políticas deste grupo. No início de 1964, já se podia falar num movimento *reformista revolucionário*.⁴⁴

No início da década de 1960, a etiqueta “esquerda” podia ser convenientemente atribuída a organizações, partidos, movimentos, frentes e grupos sociais destinados a lutar por um conjunto de reformas da sociedade, cujo programa ficou conhecido como reformas

⁴³ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas*. Alternativas democráticas à crise política (1961–1964). São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁴⁴ Na avaliação de Daniel Aarão, este termo refere-se a “um processo, ou um movimento, que, embora ainda comprometido com reformas, as apresenta de tal forma que sua realização tende a implicar rupturas revolucionárias.” Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.” In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar*. 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p.35.

de base. Entre elas, o carro-chefe foi a reforma agrária; mas também havia a bancária, fiscal, administrativa, urbana, universitária, além da extensão do direito de voto aos analfabetos e aos subalternos das Forças Armadas e a legalização do PCB, na clandestinidade desde 1947. Constavam também na lista a nacionalização e/ou estatização de setores estratégicos da economia brasileira e o controle da circulação do capital estrangeiro no país. As esquerdas, portanto, concordavam no que diz respeito à necessidade de mudanças estruturais na sociedade brasileira, embora suas estratégias e ideias nem sempre coincidiam, já que se tratava de um grupo bastante heterogêneo.

Começemos pelo PCB. Criado em 1922, o partido de vertente marxista, a partir de 1958, adotou linha politicamente moderada ao defender mudanças graduais de forma pacífica para o socialismo. Por sua vez, a União Nacional dos Estudantes (UNE), representando os estudantes, defendia uma aliança de esquerda entre operários, camponeses, estudantes e militares. No campo, as lutas das Ligas Camponesas pela reforma agrária se acirravam cada vez mais, sob a liderança de Francisco Julião. Entre os trabalhadores urbanos, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ocupava um lugar central, dando direção ao movimento sindical. Também merecem destaque os suboficiais das Forças Armadas, especialmente os sargentos, que passaram a se reunir em associações destinadas a indicar candidatos ao Congresso Nacional e reivindicar o fim das arbitrariedades que sofriam dentro da corporação. Ainda existiam grupos menores, influenciados pelas experiências revolucionárias de China e Cuba, como o PCdoB; o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T); a Organização Revolucionária Marxista, com o jornal *Política Operária* (ORM-POLOP); e a Ação Popular (AP). Por fim, os trabalhistas seguidores de Leonel Brizola que, no PTB, eram conhecidos como nacional-revolucionários.⁴⁵

Quando João Goulart assumiu a presidência da República, as esquerdas brasileiras viram ampliadas as chances de suas demandas se tornarem políticas públicas efetivas e não hesitaram em apostar nisso. Acreditavam que Jango, sustentado somente por elas, possuiria forças suficientes para aprovar as reformas sem precisar se submeter aos trâmites constitucionais do Congresso Nacional. Portanto, a estratégia escolhida foi o confronto

⁴⁵ Para mais detalhes sobre os grupos de esquerda da década de 1960, ver: FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e golpe civil-militar de 1964.” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

com tudo que significasse um freio ao “processo de emancipação do povo e da nação brasileira”.

Naqueles anos, ideias, crenças e projetos das esquerdas foram muito bem sintetizados e disseminados pelos discursos e práticas políticas desencadeadas por Leonel Brizola. Sempre com pronunciamentos incisivos, procurava seguir os ensinamentos do seu mestre, Getúlio Vargas, no que diz respeito à questão social e à defesa do país contra a exploração imperialista. Nas mãos de Brizola, essa lição foi ampliada e aprofundada, dado o contexto em que o “PTB se tornou o principal fórum de agitação e debates do ideário nacionalista e das reformas de base.”⁴⁶ Ainda enquanto governador de seu estado, por ocasião do simples programa de reforma agrária deliberado por seu governo, Brizola já questionava as ações – ou a falta delas – do poder Legislativo. Respondendo a um repórter que o perguntou se a decisão pela aprovação da reforma agrária não deveria ser do Congresso, Brizola não hesitou em destacar a morosidade da instituição:

“Antecipação do Congresso? A composição do atual Congresso só votaria tal lei após uma nova tentativa de golpe como ocorreu durante a crise de agosto. Se o Governador esperar por uma solução do Congresso, veremos aqueles milhares de colonos do ‘Banhado do Colégio’ transformando seus instrumentos de trabalho em armas de fogo e o País convulsionado.”⁴⁷

Naquela ocasião, a popularidade de Brizola já havia se alastrado por todo o país, sobretudo no Rio de Janeiro, o que era significativo para a decolagem de sua carreira política naquela cidade. Embora não fosse mais o centro político-administrativo, o Rio de Janeiro certamente continuou sendo o centro político-cultural do país, irradiando tendências ideológicas e repercutindo todas as mudanças vividas pela sociedade brasileira.

Seu mandato como governador estava chegando ao fim e para se candidatar ao Senado ou à Câmara dos Deputados pelo Rio Grande do Sul, precisava se desincompatibilizar seis meses antes das eleições de outubro de 1962, o que não era interessante para ele. A princípio, fora convidado pelo Paraná para se candidatar a deputado federal, mas elementos do PTB carioca, encabeçados por José Gomes Talarico, o

⁴⁶ D’ARAÚJO, Maria Celina. “Partidos Trabalhistas no Brasil: Reflexões atuais.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6. 1990, p. 199.

⁴⁷ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1962, p.2.

convenceram de disputar a vaga na Câmara pelo então Estado da Guanabara.⁴⁸ O resultado foi surpreendente: foi eleito com 269.084 votos, a maior votação registrada até então para o cargo. Chegou a Brasília no início de 1963, mas lá não ficou por muito tempo quando logo denunciou a paralisia do Congresso. Já na sua primeira intervenção em plenária, afirmou que o povo não queria formalismos, mas sim decisões e que ele não estava ali por prazer. Termina seu discurso, dizendo: “Não permanecerei aqui. Vou-me embora.”⁴⁹ Em agosto, solicitou 95 dias de licença e nunca mais voltou à Câmara como deputado. Definitivamente, passou a priorizar a ação direta.

No início de 1963, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Brizola. Era uma organização extraparlamentar de caráter reformista e nacionalista, além de concorrente da ala do PTB janguista fora do Congresso. Nela estavam representados os principais grupos de esquerda: estudantes com a UNE; trabalhadores com o CGT; associações de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais; ligas camponesas; grupos revolucionários marxistas e trotskistas; facções radicais do PCB e do PTB; seguidores de Miguel Arraes.⁵⁰ Baseando-se na política do confronto, os membros da FMP tinham como estratégia pressionar o Congresso Nacional com movimentos de rua – passeatas, comícios, manifestações, greves, etc. O Congresso Nacional era considerado pelas esquerdas uma instituição conservadora e ultrapassada que impedia o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Queriam que o presidente João Goulart rompesse com o PSD, nacionalizasse empresas estrangeiras e implementasse as reformas de base “na marra”. Portanto, diferente do ocorrido em 1961, as esquerdas lideradas por Brizola estavam dispostas a romper com as instituições e, em particular, com o Congresso Nacional, visto como “reacionário”. Os conservadores, por sua vez, defendiam a tese de que a Constituição era intocável.

Naquele momento de radicalização política, as pregações revolucionárias de Brizola encontraram um campo fértil entre as esquerdas. Portanto, com seus discursos ao mesmo tempo reformistas e revolucionários, Brizola refletiu as demandas dos grupos que o apoiaram. Se sua escolha pela via extra-parlamentar e radical obteve repercussão entre políticos nacionalistas, trabalhadores, estudantes e camponeses, reunidos em organizações

⁴⁸ TALARICO, José Gomes. *José Gomes Talarico I (depoimento, 1978/1979)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1982. 156 p. dat.

⁴⁹ LEITE FILHO, F.C. *El Caudillo. Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008, p.222.

⁵⁰ Sobre a FMP, ver: FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

de esquerda, significava que estes setores sociais também optaram pela estratégia extra-parlamentar e radical. Brizola não agiu sozinho; seus discursos e atuações só causaram impactos porque atuaram dentro da cultura política das esquerdas da época, mobilizando crenças, ideias e demandas históricas desses grupos. Sendo assim, culpá-lo pelo desgaste político de Jango significa omitir o papel das esquerdas no processo de radicalização política, o que dificulta a compreensão do período histórico.

A estratégia do confronto encontrou amplo apoio entre as esquerdas, mas Jango preferia a negociação política entre os partidos políticos no Congresso Nacional em busca de reformas pactuadas. A isso, as esquerdas radicais davam o nome de “política de conciliação”.⁵¹ As escolhas do presidente desenvolveram um clima de impaciência entre as esquerdas, as quais combatiam veementemente o que chamavam de “concessões ao conservadorismo.”⁵² Inclusive, ao longo de 1963, Brizola praticamente rompeu com Jango, pois não compreendia sua moderação já que, para ele, o momento era propício para a vitória das esquerdas. Pressionando o presidente e atacando o Congresso, as esquerdas radicalizavam cada vez mais.

Baseando-se em sua estratégia do confronto, em novembro de 1963 Brizola pregou a formação do “grupo dos onze” ou “comandos nacionalistas”, cuja proposta era organizar o povo em grupos de 11 pessoas. O objetivo, segundo palavras do próprio Brizola, era a “defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base (principalmente a agrária) e a libertação de nossa pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na carta-testamento de Getúlio Vargas”.⁵³ A proposta de Brizola foi muito bem recebida entre as esquerdas.⁵⁴ A intenção dele era, em breve, ter uma base de apoio para a formação de um partido revolucionário. Em tempos de Guerra Fria, os “comandos nacionalistas” foram supervalorizados pela imprensa, que disseminou a ideia de um iminente avanço comunista. Mesmo com pouco tempo de existência, o respaldo que este tipo de organização obteve entre as esquerdas demonstrou o crescimento das bases de apoio a Brizola, cuja radicalização incomodava a UDN e o PSD, mas também

⁵¹ Sobre a estratégia da conciliação adotada por João Goulart, ver: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

⁵² Citado em: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart*. As lutas sociais no Brasil (1961- 1964). Brasília: UnB, 2001, p.130.

⁵³ Citado em: FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol.24, n° 47, 2004, p. 199.

⁵⁴ Estima-se que cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em “grupos de onze”. Ver: Idem, p. 200.

grupos moderados do PTB. Certos de que a via institucional era inviável, Brizola e os demais membros da FMP apostaram na pregação das reformas através de discursos nas rádios e emissoras de televisão, além de viagens aos estados da federação organizando protestos, comícios e passeatas.

O cerco fechava-se em torno de João Goulart. Assustados, os pessedistas afastavam-se cada vez mais do presidente e aproximavam-se dos udenistas. Pressionado, o presidente acabou optando pela estratégia das esquerdas, embora ainda se esforçava para evitar a quebra da ordem institucional. O marco dessa escolha foi o famoso comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, em que Jango proclamou a necessidade de mudança na Constituição, que, segundo ele, legalizava uma “estrutura econômica superada, injusta e desumana”.⁵⁵ Diante de 200 mil pessoas, o presidente anunciou as tão esperadas reformas de base, levando os conservadores ao medo. O discurso de Brizola foi ainda mais contundente, defendendo a dissolução do Congresso, então em vigor, e a convocação de uma Assembléia Constituinte composta por trabalhadores, camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas.

Naquela altura dos acontecimentos, a questão em jogo, tanto por parte das direitas quanto das esquerdas, era a imposição de seus projetos políticos. Portanto, a democracia foi posta em segundo plano; o objetivo de ambos os grupos era alcançar suas metas políticas, mesmo que, para isso, fosse necessário sacrificar a ordem democrática. Para as esquerdas, as reformas; para as direitas, impedi-las. Em meio ao acirramento do conflito, a direita civil-militar depôs João Goulart em 31 de março de 1964. Brizola ainda tentou recorrer à resistência, mas não teve o apoio do presidente deposto. Os dois políticos trabalhistas exilaram-se em Montevideu, no Uruguai. A partir daí, o trabalhismo se dividiu entre janguistas e brizolistas.

Com o golpe civil-militar em 1964, os defensores do trabalhismo foram um dos primeiros a sofrerem a repressão e o banimento, principalmente os setores mais radicais. Petebistas e sindicalistas foram perseguidos, as esquerdas brizolistas foram desarticuladas e seu líder exilado. Para os contestadores da ordem, uma dura realidade se abateu no país: liberdades cerceadas, prisões, banimentos, repressão, mortes, torturas, exílios. Cada um teve um destino. Brizola teve o seu. Forçado a sair do país, adquiriu o *status* de exilado.

⁵⁵ Citado em: BANDEIRA, Moniz. *O Governo....* Op.cit., p.163.

Uma experiência um tanto dolorosa; é como ser desconectado de suas próprias raízes. Conforme a definição de Denise Rollemberg,

“O exílio tem, na história, a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo. O exilado é motivado pelas questões do país, envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz *não* a uma realidade.”⁵⁶

Jango e Brizola, cada qual à sua maneira, lutaram para alterar a ordem vigente no país, assim como toda uma geração que se identificava com o projeto das reformas de base. O golpe de 1964, então, veio para parar a engrenagem dessa geração, ou melhor, para fazê-la girar em outra direção ou em direção alguma, sem rumo. Veio para afastá-la, excluí-la, eliminá-la e, acima de tudo, silenciá-la. O projeto trabalhista, seja o de Goulart, mas sobretudo o da sua vertente mais radical, a de Brizola, deveria ser varrida do Brasil. Mas Brizola se negava a aceitar a condição de afastado e excluído e procurou, nos primeiros anos de regime civil-militar, reverter a situação consumada. Poderia ser – e muitos acreditavam – apenas um rearranjo das elites políticas assim como ocorreu em 1945: os militares interviriam, mas logo sairiam de cena. Desta forma, a experiência do exílio seria curta. E poderia ser ainda mais encurtada se os atingidos reagissem. Brizola tentou convencer Jango a não aceitar passivamente o golpe. Tentativa fracassada. Por conta do seu jeito de fazer política, Jango não desejava provocar uma guerra civil e se retirou.⁵⁷ No entanto, Brizola não desistira; optou por um levante armado que partiria de focos guerrilheiros. Conseguiu apenas ações isoladas e sem sucesso, como a guerrilha de Três Passos, no Rio Grande do Sul, em 1965, e a guerrilha do Caparaó, em 1966.⁵⁸ Mesmo assim, continuou conspirando. Embora o governo brasileiro exigisse sua expulsão do Uruguai, Brizola continuou no país, mas foi confinado em Atlântida, próximo a Montevideu. De lá, discutia acerca da organização de uma insurreição popular, treinava tiros e assaltos a baioneta. Não foi bem-sucedido, nem sequer participou dos movimentos de luta armada contra a ditadura no pós-1964. Ao contrário das expectativas, foram 15 anos de exílio.

⁵⁶ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 25.

⁵⁷ O confronto não fazia parte da personalidade política de Jango.

⁵⁸ Sobre a guerrilha do Caparaó, ver: KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Dissertação de mestrado, 1992.

No Brasil, não se ouvia mais falar de trabalhismo, Brizola, reformas de base... Com a lei do bipartidarismo, o PTB deixou de existir. No processo de construção da identidade do novo regime, a memória sobre o passado selecionou o que deveria ser lembrado e, conseqüentemente, o que deveria ser esquecido. Juntamente com suas famílias, João Goulart e Leonel Brizola tiveram que reconstruir, no exílio, suas vidas e esperar o retorno. Enquanto isso, aqui no Brasil, a engrenagem da história continuava...

1.5 – Trabalhismo e brizolismo: o terceiro momento

Entre 1967 e 1973, o Brasil passou por um período inegável de crescimento econômico acelerado, conhecido como “milagre econômico”. Apesar do regime de exceção e da negligência quanto às questões sociais, o índice de aprovação da ditadura era satisfatório, sobretudo entre setores conservadores da sociedade brasileira. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento começou a dar sinais de esgotamento a partir de 1974, aliado a uma reconfiguração das relações políticas internacionais. Diante desse quadro, as condições para uma possível abertura política estavam montadas e, a partir daí, abriu-se um leque de discussão em torno de modelos, metas, ritmos e limites a serem adotados nesse processo.

Algumas características da conjuntura internacional na América Latina já não contribuíam mais para a manutenção de ditaduras militares. Após o fracasso na Guerra do Vietnã, o governo norte-americano tentou recuperar sua hegemonia e prestígio mundial adotando uma postura de defesa dos Direitos Humanos. A eleição do democrata Jimmy Carter para presidente em 1976 fortaleceu ainda mais essa postura por parte dos Estados Unidos. Para ser coerente com seu discurso contrário às violações dos Direitos Humanos, Carter passou a questionar as ditaduras latino-americanas, outrora aliadas aos EUA. No entanto, referente ao caso brasileiro, a relação estremecida entre os dois governos ultrapassava a questão dos Direitos Humanos. O presidente militar brasileiro Ernesto Geisel, no cargo desde 1974, aprovou medidas, como o acordo nuclear com a Alemanha, e assumiu uma política externa de reconhecimento dos governos da China Popular, de Angola e de Moçambique, bem como a condenação da participação de Israel na ONU – decisões que contribuíram para o afastamento entre Brasil e EUA. Seja pela mudança de

comportamento dos EUA diante dos regimes autoritários, seja pelas ações desagradáveis do governo brasileiro, o resultado, para a ditadura, foi a perda de um importante aliado externo.

Internamente, o “milagre econômico” não foi capaz de sustentar uma base sólida devido à dependência externa. Com a crise do petróleo de 1973, o crescimento desacelerou, contribuindo para que o governo perdesse apoio político. Todavia, como constata Francisco Carlos Teixeira da Silva, não foi o choque do petróleo que condicionou a abertura política; a crise apenas acelerou seu ritmo. Quando Geisel assumiu a presidência, a economia ainda crescia mais de 10% ao ano. O projeto de distensão do governo iniciou-se porque era a proposta defendida pelo novo presidente indicado, pertencente à linha castelista.⁵⁹ O objetivo era controlar o processo de reconstitucionalização, enquanto o governo ainda possuía prestígio, de forma “lenta, gradual e segura”.⁶⁰ Pretendia-se garantir o sucessor de Geisel, manter a ordem e evitar a volta de pessoas e instituições anteriores a 1964. Em 1978, o governo pôs fim aos atos institucionais e suspendeu cassações e banimentos. Em contrapartida, o projeto do governo causava desconfianças ao fazer uso de mecanismos de repressão e censura para assegurar o controle do processo de transição. A lei Falcão e o Pacote de Abril foram exemplos de mecanismos como esses. O primeiro refere-se à medida que determinava apenas a exibição das fotografias dos candidatos durante o horário eleitoral e o currículo de cada um deveria ser apresentado *em off*. O segundo, por sua vez, demonstrou sérias preocupações com as eleições de 1978, principalmente para governador. A meta era criar uma emenda que mantivesse as eleições indiretas; mas a Aliança Renovadora Nacional (Arena – partido do governo) não possuía 2/3 do Congresso necessário para a aprovação da emenda, tendo em vista o alarmante sucesso do Movimento Democrático Brasileiro (MDB – partido opositor) nas eleições de 1974.⁶¹ Para solucionar o problema, Geisel fechou o Congresso por 14 dias

⁵⁹ Essa corrente militar defendia a intervenção para por fim à subversão e, logo depois, voltar aos quartéis com glória.

⁶⁰ Sobre o processo de crise da ditadura militar, ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano*. O tempo da ditaduras. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁶¹ Nas eleições de 1974, foram eleitos membros do Congresso Nacional, renovando-se um terço do Senado e todos os assentos da Câmara dos Deputados. O MDB ganhou 16 das 22 cadeiras em disputa no Senado e, dos 364 lugares da Câmara, conquistou 161. O resultado dessas eleições favorável ao MDB foi um importante fator para o desgaste da ditadura militar

e sancionou o Pacote de Abril que determinou, entre outras medidas, eleições indiretas para governador e para 1/3 dos senadores, que ficaram conhecidos como biônicos. Entre avanços e recuos, o governo deixava dúvidas quanto a sua intenção de conduzir o Brasil a um regime democrático. Além disso, os partidários da chamada linha dura, ainda presentes em alguns cargos do governo, atuavam de forma violenta no sentido de impedir a abertura, dando um tom mais dramático ao contexto.

O projeto estatal de abertura não incluía a participação da sociedade civil como um todo. Mas os fatos não desenrolaram como o previsto. O Estado foi obrigado a dialogar com as demandas das oposições e de movimentos sociais cada vez mais organizados na luta pela democracia. Se por um lado o processo de redemocratização acompanhou o projeto de distensão do governo, por outro, teve que lidar com o crescimento das forças de oposição e suas demandas.⁶² A legenda do MDB, que antes era considerado pejorativamente uma oposição “consentida”, passou a ser visto como uma alternativa viável de luta contra a ditadura, o que o aproximou de vários grupos de esquerda. Nas eleições de 1974 em diante, o MDB passou a ter um desempenho significativo, revelando a baixa legitimidade do regime. Isso se deve também ao fracasso militar e político da luta armada, iniciando um processo de autocrática por parte de grupos de esquerda que outrora adotaram essa estratégia de luta.⁶³ Segundo Maria Paula Araújo, a geração dos anos de 1970, diferentemente da geração anterior,⁶⁴ vivia no *ethos* da luta pelos direitos humanos e contra o autoritarismo, exaltando os valores democráticos.⁶⁵

Paralelo ao crescimento do MDB, os movimentos sociais ganhavam expressão nessa nova conjuntura política. O movimento estudantil teve um papel destacado nas lutas democráticas. Parte da Igreja Católica envolveu-se em debates e lutas contra o arbítrio da ditadura. O movimento operário crescia significativamente, mobilizando greves e

⁶² Compartilho com a análise de Maria Paula Nascimento Araújo de que o período tratado (entre 1974 e 1985) foi marcado por um confronto: de um lado, o projeto de abertura do governo, visto pelas esquerdas como uma estratégia de institucionalização da ditadura; de outro, a atuação das esquerdas que procuravam impedir esta institucionalização e alargar os espaços políticos e as conquistas democráticas. Ver: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “Lutas democráticas contra a ditadura.” In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁶³ Sobre a luta armada no Brasil e a autocrítica dessa experiência, ver: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970.* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

⁶⁴ A geração de 1968 foi marcada pela radicalidade e pelo enfrentamento, tendo em vista que a democracia representativa era considerada uma farsa da burguesia e, portanto, era desqualificada.

⁶⁵ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia...* Op. cit., p. 332.

paralisações. A imprensa alternativa foi fundamental na criação de uma opinião pública antiditadura e na propagação de uma cultura de esquerda, ligada aos valores democráticos. Podem ser destacados também os movimentos de bairros e favelas, as associações de profissionais liberais, os movimentos de minorias políticas, enfim, cada grupo social com suas reivindicações específicas, porém inseridas num mesmo contexto de luta democrática contra a ditadura militar. Partidos e organizações de esquerda reorientaram-se também nessa conjuntura, sobretudo sob a expectativa do fim do bipartidarismo e o alargamento de espaço legal de atuação política.

Nesse contexto de aprofundamento das discussões em torno do processo de abertura, a bandeira das lutas democráticas que efetivamente uniu os diversos atores políticos foi a campanha nacional pela anistia. Com grande capacidade de mobilizações, seu conteúdo simbólico atacava a essência da ditadura – perseguições, prisões, torturas, exílios – além de trazer à tona um passado de lutas heróicas contra o regime de exceção. Não era apenas uma união de forças por uma anistia qualquer; exigia-se uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, que contemplasse todas as *vítimas* atingidas por atos discricionários do governo. No crucial desenrolar da transição da ditadura para a democracia, engendrou-se uma “batalha de memória”, cujos protagonistas da luta consistem em diferentes representações do passado a procura de legitimidade.⁶⁶ Nessa disputa, certa memória construída por setores de esquerda ganhou destaque e se solidificou na sociedade.

Depois de anos de ditadura e a adesão a valores democráticos, seria doloroso para a sociedade admitir a participação na construção de um governo autoritário que adotou práticas violentas como política. Igualmente penoso seria, para as esquerdas revolucionárias e mesmo para aquelas da geração anterior a 1964, confessar a opção por ações de confronto e negligentes quanto aos princípios democráticos. Afinal, “sempre quando os povos transitam de uma fase para outra da história, e quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior, há problemas de memória, resolvidos por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento.”⁶⁷ Para atender às demandas do presente, afirmou-se uma natureza democrática da sociedade brasileira, que, ao vestir-se de *vítima*, teria sofrido a imposição de uma ditadura. E as esquerdas que

⁶⁶ REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade... Op.cit..

⁶⁷ Idem, p. 49.

radicalizaram e pegaram em armas transformaram-se, além de *vítimas*, em protagonistas de uma heróica *resistência*. Portanto, entre *vítimas* e *heróis*, todos mereciam a anistia por ter negado um governo autoritário, violento e injusto. O estigma de perpetradores foi deixado somente para os militares “gorilas” desavisados; e os movimentos sociais de apoio à ditadura foram apagados, esquecidos, silenciados. Mas aquela não era hora para brigas e ressentimentos; a *família brasileira* precisava se unir em prol do resgate da democracia. Logo, a lei da anistia sancionada pelo governo anistiou também agentes da repressão que participaram de atos de tortura e assassinato, além de deixar de fora os condenados por crimes de “terrorismo, assalto e sequestro”, o que incluía membros da esquerda armada. Mas mesmo não sendo o que as oposições esperavam, a lei da anistia foi um avanço importante no processo de redemocratização.⁶⁸ O próximo passo seria o fim do bipartidarismo.

O MDB desconfiava da estratégia do projeto de distensão do governo com o estabelecimento da reforma partidária em dividir as oposições, enfraquecendo-as. Porém, seus próprios membros reconheciam a heterogeneidade do partido, que abrangia projetos políticos diversos, e até mesmo contraditórios. De liberais moderados a comunistas, o MDB congregava amplos setores da sociedade através da identificação pela luta contra a ditadura e pelos valores democráticos. De um lado, membros da elite política e econômica, favoráveis ao golpe de 1964 e, durante anos, à continuidade da ditadura, viam-se agora defensores das liberdades democráticas. De outro, organizações políticas da esquerda, como PCdoB e MR-8, abandonaram a estratégia de luta armada para adotar uma luta de *resistência* contra a ditadura reconhecendo a participação eleitoral do MDB. Sendo assim, o partido de oposição oficial legitimava-se cada vez mais entre as forças oposicionistas.

Diante das discussões sobre anistia e reforma partidária, questões como a volta de exilados políticos e a inserção deles na nova conjuntura passaram a ocupar o centro dos debates. Com a lei da anistia aprovada, a expectativa de retorno ao Brasil foi alimentada e abriu-se a possibilidade de findar um tempo de exclusão e iniciar outro: o da inclusão. Baseando-se em depoimentos de exilados, assim Denise Rollemberg definiu o retorno:

“A anistia era, ao mesmo tempo, o fim e o começo. Promoveria a retomada de uma sequência interrompida. [...]. Restabelecer uma identidade perdida, usurpada. [...]

⁶⁸ A lei da anistia foi sancionada em 28 de agosto de 1979.

Reunir partes fragmentadas. Retomar a luta. Reinserir-se na vida política do país. Reintegrar-se a uma história.”⁶⁹

A volta significaria também readaptação à vida política, econômica, social e cultural do país, que não era mais o mesmo. Uma readaptação ao país transformado. Mas o exilado que voltava também não era mais o mesmo, pois trazia na bagagem uma experiência única construída a partir do contato com outras culturas, outras tradições outros valores. Portanto, o exílio também proporcionaria a elaboração de uma nova identidade, mas ao mesmo tempo atrelada à antiga.

Um dos casos mais em evidência foi a volta de Leonel Brizola, que suscitava calorosos e polêmicos debates. Mesmo antes da lei da anistia ser sancionada, o herdeiro do trabalhismo já preparava sua volta não só ao Brasil, mas também à vida política do país. Com a morte de Goulart, Brizola encarnou a ideia da “retomada de uma sequência interrompida” ao definir como meta a reconstrução do projeto político mais combatido pela ditadura e o resgate da legenda do Partido Trabalhista Brasileiro. Recuperar o passado, mas com pitadas do presente a partir da experiência acumulada no exílio e da análise da nova conjuntura em que se passava a sociedade brasileira em fins da década de 1970.

Enquanto isso, entre os que esperavam seu retorno, com alegria ou repulsa, sua imagem era lida de duas formas: aqueles contrários a sua volta enfatizavam sua responsabilidade no acirramento da luta política no início da década de 1960 que levava ao rompimento da ordem democrática; mas, ao ser odiado por um regime que perdera a legitimidade, fazia-o paradoxalmente um mártir vivo, contribuindo para despertar a lembrança do líder na luta pelas reformas de base no pré-golpe.⁷⁰ Incendiário, manipulador das massas, mártir ou intérprete dos anseios populares: símbolos que se misturavam e se associavam à figura de Brizola.

Antigos petebistas, em atividade no Brasil, já se movimentavam para a recriação do PTB. Mas as origens das articulações em torno de Brizola, considerado a principal referência do trabalhismo após a morte de João Goulart em 1976, configuraram-se ainda no exílio. Percorrendo a Europa, Brizola manteve contatos com vários brasileiros exilados e líderes europeus. Sabendo das manifestações contra o seu retorno, procurou ser cauteloso,

⁶⁹ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 264.

⁷⁰ SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 56.

apresentando-se como um democrata preocupado com as questões sociais, sem comprometimento com teses revolucionárias. Apesar das transformações sofridas, o trabalhismo, agora revestido de brizolismo, mostrou mais uma vez sua força em sobreviver aos novos tempos e adversidades. A força da tradição...

Em Lisboa, Brizola participou de um Congresso realizado em junho de 1979 na sede do Partido Socialista Português (PSP), em que foram esboçadas as bases de um novo partido trabalhista no Brasil. Além de trabalhistas históricos, Brizola recrutou até mesmo alguns sobreviventes da luta armada e militantes jovens que apostaram na eficácia do trabalhismo. Foi o conhecido Congresso de Lisboa, evento fundador do que seria o “novo PTB”, do qual Brizola se destacou como líder incontestável, afinal, carregava uma biografia de protagonismos que não deixava dúvidas quanto ao seu lugar de líder nesse processo de resgate do trabalhismo. Ao final do Congresso, a Carta de Lisboa foi redigida - o documento fundador do “novo PTB”. Em suma,

“fundar um novo partido trabalhista, tomando do antigo PTB o que havia de mais positivo, e tendo como liderança principal o herdeiro incontestado do legado fundado por Vargas e continuado por João Goulart, é o objetivo dos brasileiros que se reúnem, em junho de 1979, sob os auspícios do Partido Socialista Português, então no poder.”⁷¹

Para Leonel Brizola, resgatar o trabalhismo significava dar destaque à inspiração legítima do povo brasileiro. Em um trabalho de memória, seus discursos definiam o “antes” de 1964 – momentos de glória proporcionados pelo processo de conquistas trabalhistas – e o “depois” de 1964 – tempos obscuros, responsáveis pela interrupção do processo de emancipação do povo e da nação brasileira. Como herdeiro da tradição trabalhista, sua missão, portanto, seria retomar o fio da história, interrompido pelo golpe militar. Ao resgatar a memória do trabalhismo, uma determinada versão do passado foi reconstruída e adequada às demandas do presente. Lembrando e esquecendo, a tradição trabalhista foi reinventada através dos discursos e das práticas brizolistas, interpretando o contexto político de abertura e, a partir daí, reformulando estratégias e projetos de intervenção na esfera pública. Brizola estava inserindo-se num contexto em que precisava

⁷¹ SENTO-SÉ, João Trajano. “Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PTB.” In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964....* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 434.

“simultaneamente, manter acessa a lembrança de seus feitos passados e afirmar uma mudança substantiva em sua atuação futura.”⁷²

Questões como a defesa dos direitos do trabalhador e o nacionalismo permaneceram como principais pilares do projeto trabalhista, mas foram relidos de acordo com o presente. Novas bandeiras foram hasteadas, em parte, devido à aproximação de Brizola com setores da esquerda européia, em especial a social-democracia, e ao contato com os novos movimentos sociais que ganhavam destaque na Europa ocidental. O pluralismo dos conflitos sociais e a demanda de minorias, como índios, negros e mulheres foram temas contemplados pelo projeto brizolista e raramente debatidos por outras correntes que pretendiam também formar partidos políticos. Eis um trecho da Carta de Lisboa:

“O drama social pungente dessas massas marginalizadas, que humilha e envergonha a Nação Brasileira, afeta, especialmente a quatro categorias de pessoas cujos problemas estão a exigir a atenção prioritária dos trabalhadores. Primeiro, o de salvar os milhões de crianças abandonadas e famintas, que estão sendo condenadas à delinquência; bem como o meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam os dezoito anos de idade analfabetos e descrentes de sua Pátria. Segundo, o de buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira. Terceiro, o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer seus direitos. Quarto, o de fazer com que todos os brasileiros assumamos a causa do povo trabalhador do norte e do nordeste, tanto por uma economia local obsoleta, como por um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da federação e do próprio Governo Federal.”

A partir dessa nova pauta de reivindicação, o “novo PTB” definiu-se como um partido esquerdista de massa, ou seja, sem um caráter classista. Continuará a lutar pelas demandas dos trabalhadores, mas assumirá também a luta pelas necessidades de todos os setores marginalizados da sociedade, como os citados no trecho da Carta de Lisboa.

⁷² SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo...* Op. cit., p. 82.

Portanto, um partido que nega o marxismo, entendida como uma corrente de esquerda voltada somente para as aspirações e necessidades da classe operária.

No âmbito econômico, recuperou-se a ênfase no papel do Estado em proteger as riquezas nacionais contra o imperialismo. Entretanto, as críticas à espoliação do imperialismo deixaram de ter um tom anti-americano e foram transferidas às ações das multinacionais e do capital financeiro internacional. Até porque, a Brizola, não cabia mais retomar os ataques contundentes aos Estados Unidos, típicos dos anos de 1960. O governo norte-americano já revira sua política externa e passara a ser um aliado da democracia. Além disso, fora um dos países a acolher Brizola no exílio.

O período pré-golpe não foi apenas objeto dos discursos brizolistas. Aqueles que possuíam uma concepção crítica desse passado, notadamente grupos e partidos da esquerda revolucionária, também se preocupavam em elaborar sua própria versão sobre ele. As narrativas críticas desqualificavam a experiência trabalhista, considerada arcaica. Sendo assim, ao assumir o papel de resgatar o legado tão combatido, Brizola, junto a sua proposta de reorganização do PTB, ocupou o centro de debates polêmicos.

Devido a sua história de liderança popular, seu retorno ao Brasil e sua inserção política no contexto de redemocratização preocupavam setores das esquerdas revolucionárias, os quais passaram a disputar com ele o lugar de porta-voz legítimo dos anseios populares. Nessa disputa entre projetos, o conceito de “populismo” foi utilizado em larga escala para estigmatizar a trajetória política de Leonel Brizola. Carregando conotações pesadas como demagogia, paternalismo, peleguismo, manipulação e tantos outros sentidos negativos, a tradição trabalhista entendida como “populismo” deveria ser varrida da história do país. Na concepção dos seus críticos, Brizola representava a persistência dessa herança “maldita” de tentar sobreviver aos novos tempos de “sepultamento da Era Vargas”.

Por um lado, as críticas a Brizola feitas por comunistas, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundamentavam-se na sua identificação com o clima de radicalização da primeira metade da década de 1960, que culminaria com o golpe civil-militar. Segundo essa interpretação histórica, Brizola teria sido o maior responsável pela incitação dos ânimos e precipitação da derrocada das instituições democráticas. Por conseguinte, sua intervenção política durante a abertura poderia ser uma ameaça aos avanços da democracia. Por outro, a relação de Brizola com a chamada “nova esquerda”

nesse contexto era repleta de tensões e divergências. O termo “nova” para se referir a essa esquerda significava exatamente a pretensão de romper com o padrão tradicional de relação entre a classe trabalhadora e antigos líderes trabalhistas e comunistas. A “nova” proposta pretendia incentivar a independência política e ideológica da classe operária e a autonomia do movimento popular em relação ao Estado e a estrutura “carcomida” do sindicato chamado de “peleguista.” Nesse sentido, as concepções sobre a figura política de Leonel Brizola entre esses grupos de esquerda, de certa forma, aproximavam-se curiosamente de análises feitas por setores conservadores; isto é, a associação de Brizola aos acontecimentos decisivos para o golpe de 1964 e à herança varguista que deveria ser sepultada de uma vez por todas. Visto como um líder tipicamente “populista”, Brizola foi considerado uma referência negativa para os partidos de esquerda que se reorganizavam a partir da segunda metade da década de 1970.

A resistência a Brizola e a tudo o que ele representava foi, de certo modo, discutida nas páginas da imprensa alternativa, uma categoria de jornais de esquerda que se multiplicou durante o processo de redemocratização. Geralmente em formato tablóide, esses periódicos representavam a busca de espaços por jornalistas que se sentiam limitados pela chamada grande imprensa; mas também supriam, em parte, a necessidade de intelectuais, artistas e estudantes de construir espaços de críticas à ditadura, já que os canais de organização e manifestação política da oposição foram quase todos suprimidos.⁷³ Ao mesmo tempo um fenômeno jornalístico e político, a imprensa alternativa mostrou ser um dos mais importantes meios de luta política da época.

A partir do governo Geisel, a imprensa de oposição ficou mais a vontade para debater temas como eleições, anistia, constituinte e sindicatos; e acabou tornando-se um “caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura”.⁷⁴ Lutando contra a ditadura, mas também almejando conquistar um espaço de representante das demandas populares, esses setores de esquerda, organizadas em periódicos, procuraram desqualificar a trajetória política de Leonel Brizola, estigmatizando-o com o termo “populista”, a fim de barrar o avanço do brizolismo. No entanto, mais uma vez a história atestou o poder da tradição do trabalhismo na sociedade

⁷³ Para uma análise da imprensa alternativa, ver: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

⁷⁴ Idem, p. 16.

brasileira. Nem mesmo a intervenção do governo civil-militar, impedindo que ele recuperasse a liderança da legenda do PTB, conseguiu evitar o fenômeno do brizolismo, que fundamentou a criação de um partido englobando o projeto do novo trabalhismo: o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Para as elites políticas, que queriam uma abertura segura e controlada, era perigoso o retorno daquele PTB radical anterior a 1964, sob a liderança de Brizola. Por outro lado, o trabalhismo brizolista era visto pelas esquerdas como um competidor e não como um aliado. Atacado pela direita e pela esquerda, Brizola manteve-se de pé, alcançando uma enorme popularidade no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, conquistando a vitória eleitoral em 1982 e 1990 para governador do estado.

CAPÍTULO 2

***Em Tempo* de memória: a “nova esquerda” e a reinterpretação da experiência trabalhista no Brasil**

2.1 – Origem e proposta

Numa pequena brecha de liberdade política, os jornais alternativos condenavam o autoritarismo do regime militar, defendendo alternativas democráticas para a sociedade brasileira. Tentando ser coerente com a pauta de reivindicação, seus integrantes esforçavam-se para manter mecanismos formais de democracia nas redações. No entanto, isso não foi o suficiente para evitar divergências ideológicas, interesses partidários e, por conseguinte, “rachas” nas frentes jornalísticas. Foi o que ocorreu em abril de 1977 no interior do periódico *Movimento*, dando origem a um outro jornal: *Em Tempo*.

A ruptura originou-se basicamente de um choque de interesses partidários. Sediada em São Paulo, a direção de *Movimento* era controlada pelo PCdoB, que tentava fazer do jornal um instrumento de divulgação das suas principais ideias políticas. Entre elas, destacava-se a concepção etapista da revolução brasileira. Após a derrota da luta armada, defenderam também a formação de uma frente ampla e democrática contra a ditadura. O PCdoB avaliava que “a revolução brasileira seria feita em duas etapas, sendo que as tarefas imediatas diriam respeito à primeira delas: a revolução democrático-burguesa.”¹ Portanto, no contexto de redemocratização, em fins dos anos 1970, essa proposta significaria o apoio

¹ SALES, Jean Rodrigues. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 170.

ao MDB e a aliança entre os trabalhadores e outros setores sociais descontentes com a ditadura civil-militar. Os demais grupos políticos e os intelectuais independentes que atuavam em *Movimento* sentiam-se prejudicados diante da predominância das teses do PCdoB presentes nas matérias publicadas.

Associado ao conflito político-partidário, o embate ideológico incitou a cisão. Críticos do imobilismo dos partidos comunistas, os trotskistas compuseram a maior parte dos grupos da chamada “nova esquerda” e eram eles que se confrontavam com o PCdoB em *Movimento*. Sustentando a tese da revolução socialista imediata protagonizada por trabalhadores, “rejeitavam a prioridade dada a uma *frente democrática*, que – na avaliação da maioria deles – estava sendo hegemonizada por correntes liberais – burguesas em detrimento da possibilidade de autonomia do movimento operário.”² Após uma reunião do conselho de redação, realizada em abril de 1977, os dissidentes retiraram-se e, organizados numa frente de esquerda, uniram-se para a criação de um novo jornal alternativo: *Em Tempo*.

Dentre os grupos fundadores dessa frente jornalística, a tendência trotskista Centelha foi uma das que mais se destacaram. Estudantes mineiros passaram a se encontrar sigilosamente a partir de 1970 para discutir textos de Lenin e Trotsky e, poucos anos depois, assumiram o controle da sucursal de *Movimento*, em Belo Horizonte. Além das ações em universidades, também estabeleceram contatos com a Oposição Metalúrgica de Belo Horizonte, um conjunto de comissões de fábrica críticas da estrutura sindical atrelada ao Estado. Tal posição política aproximou o grupo Centelha do chamado “novo sindicalismo”, defensor da autonomia e pluralidade sindical. Aliando-se aos mineiros, estudantes do Rio Grande do Sul reunidos na tendência trotskista Nova Proposta, também compuseram a administração de *Em Tempo*. Inclusive, em 1979, Centelha e Nova Proposta criaram a organização política Democracia Socialista (DS), que reivindicava a independência política e ideológica dos trabalhadores, mas acreditava na necessidade de um partido de vanguarda para direcionar a organização operária. Sendo assim, aderiram ao Partido dos Trabalhadores (PT), onde permaneceram como tendência.³

² KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003, p.162.

³ Sobre a Democracia Socialista, ver: ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Paulo: EdUFSCar, 2008.

A corrente trotskista Liberdade e Luta (Libelu) também aderiu a *Em Tempo*, mas apenas através de dois de seus membros. Parte da esquerda armada, militantes do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e da Ação Popular Marxista-Leninista (APML)⁴ também participaram da fundação do jornal, mas não por muito tempo. Diante do domínio trotskista, sentiam-se marginalizados e, já no início, houve a saída de alguns que acusavam *Em Tempo* de ser “aparelhado por grupúsculos”.⁵ Em seu projeto, *Em Tempo* preocupava-se em manter um caráter plural e democrático, reservando lugar para diversas tendências e discussões; e foi por falta desse espaço que seus membros saíram de *Movimento*. Teoricamente, havia um discurso gramsciano, entendendo os periódicos como associações autônomas; mas a prática era ainda muito marcada pela concepção leninista de que o jornal seria um meio de divulgação ideológica do partido. Portanto, cada grupo lutava por maior poder dentro do jornal para fazer dele seu porta-voz. Assim como *Movimento*, *Em Tempo* foi hegemonizado por um grupo, forçando a saída de outros. No início dos anos 1980, tornou-se um jornal de tendência essencialmente trotskista e cuja linha editorial passou a ser definida pela Democracia Socialista.

Embora de composição heterogênea, *Em Tempo* foi criado por militantes da esquerda revolucionária que pretendiam apresentar uma alternativa política à sociedade brasileira na luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, questionando o que chamavam de “reformismo” do PCB e do PCdoB. Combatiam também as medidas de abertura do governo, cujo objetivo, segundo eles, era esconder o caráter autoritário do regime militar. O ponto de encontro das diferentes, e às vezes conflitantes, correntes políticas, era colaborar com a organização dos operários naquele momento de transição política, sem a pretensão de falar em nome deles, a fim de manter a livre expressão das classes trabalhadoras. Reservava-se também espaço em suas páginas para as minorias, em especial negros e mulheres. Todavia, falava-se no negro operário e da mulher operária, enfatizando a condição de classe desses grupos e não suas especificidades enquanto etnia e

⁴ Sobre essas organizações, ver FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵ KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p.406

gênero.⁶ Criticavam o tradicional socialismo soviético e mantinham uma leitura marxista da realidade que viviam.

Como essa convivência de diferentes correntes políticas era apenas conjuntural, era preciso permitir discussões e abrir espaços para críticas. Além disso, pretendia-se assegurar a autonomia dos editoriais e não centralizar a administração. No entanto, o caráter plural não se sustentou por muito tempo, provocando cismas. Como constatou Maria Paula Araújo, *Em Tempo* procurava manter uma proposta difícil: defender a luta democrática, sem cair no “reformismo” e divulgar uma perspectiva socialista sem cair no dogmatismo.⁷ Hora ou outra esse equilíbrio sofreria abalos.

Em Tempo teve seu primeiro editorial em janeiro de 1978; porém, existiram três números experimentais no segundo semestre de 1977. Quanto ao formato, rompeu-se com o padrão tablóide da imprensa alternativa. Adotou-se o formato *standart* com a intenção de ter maior visibilidade e disputar espaço nas bancas com a grande imprensa. Todavia, por ser um jornal sem fins lucrativos, os recursos financeiros eram limitados e, por isso, teve que se adaptar ao tamanho comum aos outros jornais alternativos. Em agosto de 1979, *Em Tempo* explicou a mudança:

“*Em Tempo* foi o primeiro jornal alternativo de oposição a adotar o tamanho standart, quebrando com a tradição tablóide da imprensa combativa, pelo menos se nos limitarmos aos últimos tempos da imprensa brasileira. A partir da próxima edição, contudo, mudaremos o formato do *Em Tempo*. A partir do número 79, o nosso jornal será tablóide. Por que a mudança? [...] O tamanho standart continua nos sendo caro. E caro nos dois sentidos: na valorização da nossa opção inicial, no que ela deixou marca registrada nestes quase dois anos de jornal, e nos custos materiais para a sua produção.”⁸

Beneficiando-se dos primeiros momentos da abertura política, *Em Tempo* discutia temas como eleições, anistia, partidos políticos, constituinte, sindicatos, mortos e desaparecidos, torturadores, dentre outros assuntos que, se tratados em época de maior restrição, sofreria perseguições e censura. Entretanto, foi vítima da própria crise interna do governo. Setores da linha-dura ligados ao aparelho repressor, que se posicionavam contra o

⁶ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 156.

⁷ Idem, p. 151.

⁸ *Em Tempo*. São Paulo, 23 a 29 de agosto de 1979, p. 4.

projeto de distensão de Geisel, passaram a praticar atentados a bomba para desestabilizar o governo e impedir a abertura política. As sedes de *Em Tempo* foram alvos, sobretudo devido à linguagem e às reportagens de combate direto contra a ditadura. Por ocasião da publicação de uma lista de 233 militares e policiais acusados de tortura a presos políticos e manchetes como “É preciso que se dê conta de nossos mortos!”, o grupo paramilitar de direita conhecido como Comando de Caça aos Comunistas (CCC) invadiu a sucursal de Curitiba no dia 24 de julho de 1978, roubou documentos administrativos e pichou as paredes, identificando-se como “Ala Os 233”, em referência aos nomes dos torturadores divulgados. Dias depois, *Em Tempo* foi atacado também em Belo Horizonte. Questionou-se a impunidade e a negligência do governo em relação a esses atos da direita extremista, que os fazia desconfiar cada vez mais do projeto de abertura de Geisel:

“Uma semana depois que os comandos terroristas de extrema direita GAC e MAC arrombaram a saquearam a sucursal de *Em Tempo*, em Belo Horizonte, o governo tomou ainda nenhuma iniciativa para apurar os episódios e punir os responsáveis. O atentado ocorreu três dias após a invasão da sucursal de Curitiba, onde o CCC identificou-se como ‘Ala Os 233’, numa referência direta ao listão de policiais e militares acusados como torturadores por presos políticos, que este semanário divulgou. [...]”⁹

Em Tempo lutava em duas frentes: combatia o autoritarismo do regime militar, mas também pretendia ser o “inédito” nas lutas democráticas. Sendo assim, reservava duras críticas às esquerdas tradicionais, sobretudo comunistas e trabalhistas. No Brasil, a pretensão de ser “novo” e romper com o passado no campo das esquerdas significava necessariamente superar as mazelas do fenômeno chamado populismo.

2.2 – Na luta contra a herança varguista

O conceito de populismo foi uma categoria construída para explicar a trajetória política da América Latina, bem como a formação do operariado urbano e sua relação com as instâncias de poder. No Brasil, serviu para as análises do período histórico de 1930 a 1964, inclusive para compreender o próprio sucesso do golpe civil-militar.

⁹ *Em Tempo*. São Paulo, 7 a 13 de agosto de 1978, p. 6 e 7.

Desde a década de 1940, as classes trabalhadoras vinham estabelecendo uma relação diferenciada com o Estado. Durante o Estado Novo, mais precisamente em 1942, o presidente Getúlio Vargas propôs a construção de um projeto político-ideológico nomeado de trabalhismo e que tinha como centro da arena política os trabalhadores. A partir daí, juntamente com as conquistas trabalhistas, os trabalhadores passaram a protagonizar cada vez mais as discussões de assuntos políticos. Essa participação intensificou-se na década de 1960 devido às agitações sociais em torno dos debates sobre as reformas de base. Para os conservadores, na definição de Daniel Aarão Reis Filho, “pessoas *bregas*, *cafonas*, não se vestiam direito, nem sabiam falar, como poderiam ser autorizadas a fazer política e a frequentar os palácios? Era urgente fazê-las voltar ao lugar de onde nunca deveriam ter saído: o andar de baixo.”¹⁰ Culpa dos populistas! Seja dos mais radicais, como Leonel Brizola, que incitava os ânimos populares; seja do presidente João Goulart, que com sua postura conciliatória, era incapaz de impedir avanços dos movimentos sociais. Era preciso agir rapidamente em nome da ordem e da democracia, mesmo que para isso fosse necessário recorrer à quebra da ordem institucional. Foi o que ocorreu em 1964.¹¹

A palavra populismo não se restringiu ao campo das disputas políticas. Também começou a aparecer nas teses acadêmicas e, na década de 1970, foi um dos temas mais debatidos nas universidades. Interpretava-se o fenômeno a partir da confluência de três condições essenciais para sua existência. A primeira delas trata-se da origem da classe operária. No processo de modernização da sociedade, os trabalhadores vindos do campo teriam se proletariado sem adquirir consciência de classe. A segunda seria a crise de hegemonia da classe dominante, que teria perdido representatividade, abrindo espaço para o terceiro elemento: o líder carismático, capaz de mobilizar os trabalhadores que, inconscientes e manipulados, não agiriam em prol dos seus interesses.¹²

A partir desses elementos, tentava-se compreender a tradição política trabalhista do Brasil, a qual, para os conservadores, significava tudo de desastroso que poderia existir na cultura política: “demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo,

¹⁰ AARÃO REIS, Daniel. “O colapso do colapso do populismo.” In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 344.

¹¹ Idem.

¹² FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.” In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo...* Op. Cit.

irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo.”¹³ Mas, curiosamente, essa interpretação não era feita somente pelas direitas. Sobretudo na década de 1970, quando as chamadas “novas esquerdas” tentaram entender a ausência de reação ao golpe de 1964, atribuíram a responsabilidade àqueles grupos de esquerda que se deixaram ser seduzidos pelo seu reformismo, a exemplo do PCB. Portanto, a tarefa da “nova esquerda” naquele momento era lutar contra a ditadura, mas fazendo um tipo de política diferente daquela atribuída aos líderes populistas. Resgatava-se uma memória crítica do período pré-golpe, desqualificando a experiência trabalhista, considerada arcaica. Sendo assim, deveria ser superada.

A anistia era o tema da vez nas páginas de *Em Tempo* nos últimos anos da década de 1970. Debatia-se, portanto, o retorno dos exilados pela ditadura desde 1964. Entre as personalidades mais polêmicas estava Leonel Brizola, o qual, naquele momento, preparava-se para voltar ao seu país e trazer consigo uma proposta ousada: resgatar o legado do trabalhismo através da reorganização do PTB, cujo líder máximo seria ele mesmo. Isso significava que o maior herdeiro vivo do trabalhismo pretendia resgatar justamente o passado que a “nova esquerda” tanto combatia naquele período de transição democrática.

Representante das ideias e dos projetos da “nova esquerda”, *Em Tempo* expressou, em determinados aspectos, a resistência a Brizola e a tudo o que ele representava. Tal posicionamento fazia parte da estratégia de enfrentamento a um desafio: disputar o lugar de representante das classes populares com as antigas lideranças políticas revividas no processo de redemocratização. Em especial Leonel Brizola, herdeiro da cultura política que historicamente construiu uma relação, de certa forma, afinada com as experiências dos trabalhadores brasileiros. E, na iminência de se consolidar a anistia e o pluripartidarismo, ele projetava a sua volta do exílio e sua reinserção na política brasileira através da criação do “novo PTB”. Para a “nova esquerda”, lidar com o retorno do trabalhismo seria uma tarefa árdua, já que a presença de Brizola obrigava a lembrar algo que deveria ser esquecido. Acionou-se a memória lembrando do passado trabalhista como uma experiência negativa a ser superada.

¹³ AARÃO REIS, Daniel. “O colapso... op cit., p. 347.

Para mostrar que essa concepção coincidia com as demandas operárias, *Em Tempo* publicou depoimentos de sindicalistas opinando sobre o tema. Naquele contexto de redemocratização, os operários, conscientes de seus “verdadeiros” interesses, estariam revisando seu passado político e reconhecendo a ineficiência do trabalhismo na luta contra a ditadura militar. O petroleiro João Carlos Araújo, secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, declarou:

“O trabalhismo é diferente, tem de ser examinado de outro ponto de vista. Eu acho que sua volta levaria ao isolamento da classe operária, num momento em que ela deve estar aliada aos demais setores progressistas que lutam contra o regime. Esse isolamento facilitaria muito a manipulação do sentimento oposicionista das massas. Experiências no Brasil, relativas ao trabalhismo, não são nada positivas, com ou sem Brizola. [...] Eu sou contra um partido trabalhista, embora, como operário, isso possa parecer estranho. Não tem mais qualquer sentido histórico jogarmo-nos na rearticulação do trabalhismo como se fosse esta uma expressão política eficaz contra os setores conservadores. A saída tem de ser popular, e não populista. [...] É preciso que fique claro que a CLT, o FGTS, o salário mínimo, etc. foram criados ou mantidos pelo regime para enganar ou limitar a consciência e os passos da massa trabalhadora.”¹⁴

O depoimento acima afirma que a experiência do “populismo” serviu para manipular as massas e desvirtuá-las de suas demandas a partir da criação de medidas ilusórias, como CLT e o salário mínimo, criados no Estado Novo e o FGTS, criado na ditadura militar. Portanto, o operário, afinado com as teses de *Em Tempo*, se posicionou contrário à criação de um novo PTB, que daria continuidade às políticas manipulatórias do passado.

Identificando uma ameaça ainda maior do trabalhismo, *Em Tempo* publicou as declarações de Paulo de Mattos Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Artefatos de Couro e Plástico de São Paulo. Em suas palavras:

“A retomada deste velho fantasma é mais perigosa do que ele próprio, quando todos sabem do apoio com que vem contando parte da social-democracia, do governo americano e até mesmo, em alguma medida, do próprio governo. É algo como a volta de Perón na Argentina, guardada as devidas proporções, é claro, que somente levou a fracassos para os trabalhadores. Perón, ao voltar nem sequer conseguiu segurar a bandeira do nacionalismo de tão comprometido que estava

¹⁴ *Em Tempo*. São Paulo, 27 de novembro a 2 de dezembro de 1978, nº 39, p.3.

com uma nova correlação de forças. E tudo indica que no caso de Brizola o mesmo está se dando.”¹⁵

Em tom alarmante, as declarações do sindicalista atentaram para o perigo da postura de Brizola ao manter um diálogo com a social- democracia européia e com o governo norte-americano de Jimmy Carter, além da cautela com relação ao governo de Figueiredo. Embora afirmasse o improvável apoio da classe trabalhadora ao trabalhismo naquele momento de avanço das mobilizações sindicais, havia a preocupação de que a força política de Brizola pudesse cooptá-la. Se isso acontecesse, a aliança com setores conservadores poderia prejudicar o ritmo de crescimento político e tomada de consciência dos trabalhadores. Portanto, era preciso alertar.

Oscilando entre a inquietação acerca do retorno do trabalhismo e a certeza de que essa tentativa iria fracassar, *Em Tempo* publicou um artigo intitulado “O fiasco do PTB”, que dizia:

“Sem sucesso também as tentativas de incorporação no PTB das lideranças sindicais autênticas de São Paulo, notadamente o Lula, dos metalúrgicos de São Bernardo e os demais organizadores do PT. Na realidade o projeto de Brizola de ressuscitar o trabalhismo e a social-democracia só pode provocar a hostilidade nos meios operários mais ativos. O pai do trabalhismo, Getúlio Vargas (a grande ‘devoção’ de Brizola) é visto pelos operários como o criador da legislação sindical fascista, e a social-democracia, por sua vez, não goza de melhores simpatias. É considerada nos meios sindicais mais politizados num sentido classista como instrumento dos capitais monopolistas europeus. O que compromete a viabilidade do PTB de reeditar um ‘populismo de tipo novo’”.¹⁶

O redator atribuiu a todos os operários a concepção na “nova esquerda” de que as leis trabalhistas concedidas por Vargas possuíam caráter fascista e, portanto, não tiveram impacto algum na vida da classe operária. Além disso, também estendeu para os operários a visão de que a social-democracia estaria a serviço do grande capital. Sendo assim, a tentativa de Brizola em recriar o trabalhismo indubitavelmente fracassaria, pois não teria apoio das bases.

Se o retorno do trabalhismo não seria vantajoso para as classes trabalhadoras, o mesmo não poderia ser dito em relação às classes dominantes. Para desmerecer o

¹⁵*Em Tempo*. São Paulo, 26 de abril a 2 de maio de 1979, nº 61, p. 4.

¹⁶*Em Tempo*. São Paulo, 20 de dezembro de 1979 a 10 de janeiro de 1980, nº 94, p. 15.

trabalhismo enquanto corrente política de esquerda, *Em Tempo* procurou aproximá-lo das intenções elitistas. Como um fenômeno neutralizador dos atritos de classe, um governo populista seria ideal num período de ânimos acirrados e excelente para silenciar os movimentos sociais em crescimento. No início de 1978, previa-se, portanto, a recepção de Leonel Brizola ao país, com honrarias, pelas próprias autoridades do governo militar. Segundo as reportagens, “esta cena, ainda hoje aparentemente absurda, pode acontecer daqui a pouco tempo.”¹⁷ Para confirmar as previsões, *Em Tempo* deu voz a um suposto representante da elite brasileira, identificado como o industrial Antônio Tabajara: “Um governo trabalhista, intermediário, no Brasil, acalmaria tudo”. O brizolismo seria, na opinião dele, “o grande fator de arbítrio num país com seus conflitos dimensionados.”¹⁸

Por outro lado, *Em Tempo* reconhecia que a prevista volta de Brizola não era uma situação confortável para o regime militar, já que havia o receio de que o líder trabalhista incitasse novamente o radicalismo característico da década de 1960. Sabendo das manifestações contra o seu retorno, ele procurou ser cauteloso e buscar conciliação, apresentando-se como um democrata preocupado com as questões sociais, sem comprometimento com teses revolucionárias. Em entrevista para a imprensa internacional, realizada em Lisboa, depois de o repórter afirmar que ele seria preso se voltasse, Brizola esclareceu:

“Não está no meu espírito voltar provocando, nem desejo que a minha volta sirva de pretexto para eventuais retrocessos. Mas não me importa ser preso. Se isso servir para o processo de redemocratização, criar uma situação de fato favorável à abertura plena e irrestrita, volto.”¹⁹

Mesmo assim, seu comportamento ainda suscitava desconfianças dos militares: “Você acha que ele ia querer ficar na janela, olhando a banda passar?”²⁰, perguntou um coronel a Antônio Belluco Marra, repórter de *Em Tempo*. De acordo com a matéria publicada, especulava-se nos quartéis que Brizola poderia estar vinculado a uma política norte-americana de desestabilização do governo brasileiro.

¹⁷ *Em Tempo*. São Paulo, 23 de janeiro de 1978, nº 1, p. 3.

¹⁸ *Em Tempo*. São Paulo, 23 de janeiro de 1978, nº 1, p. 3.

¹⁹ *Em Tempo*. São Paulo, 9 a 15 de julho de 1978, nº 19, p. 12.

²⁰ *Em Tempo*. São Paulo, 4 a 10 de dezembro de 1978, nº 40, p. 8.

Mas as suspeitas também existiam por parte das esquerdas revolucionárias. Além disso, o diálogo com a social-democracia européia, taxada negativamente de reformista, e portanto ineficaz, e com o governo norte-americano de Jimmy Carter, representante da nação considerada a mais espoliadora das riquezas brasileiras, aumentavam ainda mais a relutância da “nova esquerda” quanto às reais intenções de Brizola. Sua moderação e cautela eram interpretadas como um meio de se aliar ao governo: “Tais idéias do populismo gaúcho, que assombraram tanto a burguesia nacional e estrangeira, e mesmo a cúpula governamental, parece ter sido tragadas pelo indomável desejo de Brizola de se aproximar do governo.”²¹

Definitivamente, *Em Tempo* empenhava-se em mostrar os malefícios do regresso do trabalhismo, um modelo de política destinado a subjugar as classes populares desde suas origens. Com o título depreciativo “O pesado fardo do trabalhismo”, a matéria questionou se o PTB foi realmente criado para ser expressão genuína das lutas dos trabalhadores:

“É preciso lembrar – de novo! – que o PTB foi criado por Getúlio com o concurso de empresários, usineiros, altos funcionários do Estado e dirigentes sindicais que haviam ganhado essa posição depois que o mesmo Getúlio reprimira duramente as lideranças autênticas dos antigos sindicatos e impusera essa estrutura sindical parafascista que ficou até hoje. [...] o PTB enquanto partido, e Getúlio enquanto seu chefe, foram expressão do paternalismo sobre a classe operária, da colaboração de classe pela qual grandes setores de trabalhadores apoiavam um desenvolvimento capitalista que lhes extraía muito suor e muito sangue. E o retrato mais óbvio de tudo isso está na mesma estrutura sindical, que é um fardo pesado na herança trabalhista”²²

Seguindo este mesmo raciocínio, seria impossível que o PTB representasse a consciência dos trabalhadores naquele momento de grande demonstração de autonomia, como as greves do ABC paulista. Logo, não teria sentido resgatar o trabalhismo, pois, nos novos tempos democráticos, não existia lugar para as velhas práticas paternalistas e manipuladoras dessa política aos moldes getulista. Havia a certeza de que os trabalhadores estariam no caminho certo no processo de conscientização de classe e, portanto, não desejavam o retorno ao passado:

²¹*Em Tempo*. São Paulo, 23 de janeiro de 1978, nº 1, p. 3.

²²*Em Tempo*. São Paulo, 26 de abril a 2 de maio de 1979, nº 61, p.4.

“Não é verdade mesmo que as massas sejam trabalhistas e que o PTB com todas as suas ambiguidades seja a expressão da consciência atual dos trabalhadores. Não estou com isto supervalorizando a consciência dos trabalhadores. As grandes massas apenas começam a despertar para a luta econômica. Mas precisamente elas não carregam todo o peso do paternalismo passado e por que iremos nós agora inculcarmos essa ‘tradição’? Elas não esperam algum desenvolvimento capitalista ‘autônomo’, que ‘harmonize o capital com o trabalho’.”

Além de não ser uma demanda dos trabalhadores, essa tradição, segundo *Em Tempo*, teria sido desastrosa para eles e, por isso, inviável. Conclui que:

“quinze anos depois de 1964 voltar a propor as ‘reformas de base’ para promover um desenvolvimento capitalista que favoreça operários e patrões não é só avançar utopias. É também propor as mesmas alianças e estratégias que já foram responsáveis por muitos desastres.”

No artigo “Pai dos pobres, mãe dos ricos!” fica mais evidente a atribuição ao populismo a responsabilidade de abrir espaço para a consolidação da dominação burguesa no Brasil. Analisou-se o papel do getulismo na formação do capitalismo brasileiro e suas influências sobre a classe trabalhadora. Segundo os escritos, Getúlio Vargas foi o fio condutor da transição para o capitalismo industrial no Brasil. Operando no vazio de poder deixado pela crise da oligarquia cafeeira, Vargas teria cooptado o movimento nacionalista pequeno-burguês e modelado-o a seus interesses. Em 1930, a forma de dominação burguesa adquiria um caráter *bonapartista* peculiar, sobretudo a partir da “ditadura militar do Estado Novo”, momento em que a burguesia industrial teria se consolidado como uma classe consciente de seus interesses e organizada nacionalmente. Se por um lado Vargas teria legitimado o poder dessa elite industrial, por outro teria destruído o movimento operário:

“A grande derrota do movimento operário em 1935 tinha permitido a Vargas destruir o movimento sindical independente e atrelar os sindicatos ao aparelho de Estado. A CLT representa a montagem, em 1943, de uma poderosa máquina sindical burguesa, instrumento para o enquadramento e manipulação paternalista das massas trabalhadoras, amorfas e politicamente desorganizadas após o declínio do anarquismo e o avançar da industrialização nos anos 30.”²³

²³*Em Tempo*. São Paulo, 21 de abril a 4 de maio de 1983, nº 169, p. 16.

Nesse artigo, Vargas aparece como representante dos interesses capitalistas, que para evitar conflitos de classes, procurou sagazmente manter vínculos com a classe trabalhadora, através de uma relação de manipulação e sedução. Relação esta que, incorporada pelo PTB e por líderes trabalhistas, ameaçava voltar, sobretudo através do retorno de Brizola à vida política. Além disso, a matéria jornalística tenta desqualificar a figura de Vargas ao classificar o Estado Novo como uma “ditadura militar” num momento em que este tipo de regime encontrava-se em declínio e os valores democráticos estavam sendo exaltados.

Como herdeiro dessa história, Leonel Brizola foi protagonista de uma breve biografia intitulada “A trajetória de Brizola, de Carazinho ao novo PTB”. Tratando do seu nascimento até o momento em que foi escrita, a história de Brizola foi associada à trajetória do PTB no Rio Grande do Sul. Nacionalmente, o programa do PTB criado por Vargas:

“defendia um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, expressão política do pacto nacional populista o qual representava uma aliança de determinados setores da burguesia com segmentos populares pela defesa dos interesses de um nacionalismo econômico do qual todos supostamente se beneficiariam. Mas a prática política do partido, seus métodos de trabalho e sua composição social não ficavam longe dos tempos da ditadura Vargas. Demagogias, manobras, a prática do caciquismo, como formas de ganhar as eleições, o afastavam cada vez mais dos interesses dos trabalhadores.”²⁴

O artigo continua mostrando que a experiência política e a formação ideológica de Leonel Brizola foram concebidas no PTB gaúcho, que, diferente do partido no âmbito nacional, possuía o apoio da maior parte dos trabalhadores. No entanto, não se aproximou das idéias da esquerda e, inclusive, assinou duas vezes um manifesto contra os comunistas. Foi deputado estadual, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e aos poucos conquistando prestígio popular. Mas o “pacto populista” ficava cada vez mais inviável através do desenvolvimento do capitalismo em associação com o imperialismo; uma crise em gestão que começou a ficar visível especialmente a partir do governo de

²⁴*Em Tempo*. São Paulo, 2 a 8 de outubro de 1978, nº 31, p. 6 e 7.

Juscelino Kubistchek. Por conseguinte, o “populismo” de Brizola deparava-se com uma contradição: “a nível nacional um total entreguismo, e a nível estadual a tentativa de um programa populista esbarrando na dependência do Estado para com a federação.” Foi nesse contexto que Brizola teria radicalizado o “populismo” através da Frente de Mobilização Popular visando pressionar João Goulart a avançar nas reformas de base. Porém, na leitura feita por *Em Tempo*, Brizola como deputado federal mobilizava por todo país “cada vez mais baseado em fanáticos discursos populistas, do que em obras concretas.” Como agravante, “no campo sindical e no movimento operário em si a organização se atrelava cada vez mais a interesses de dirigentes corruptos do PTB, o que impedia o desenvolvimento da classe operária.”

Naquele contexto de crise política, o líder trabalhista aparece na reportagem como um ativista político sem objetivos definidos e cujos discursos inflamados serviriam apenas para acirrar os ânimos:

“Mas a crise política abalava o país, e o projeto populista já não representava nenhuma fração da burguesia, já altamente associada ao imperialismo. As posições de Brizola iam radicalizando, mas sem ter claro como chegar ao poder e muito menos colocando uma alternativa socialista. Por outro lado, Brizola atacava o imperialismo, e por outro as Forças Armadas. [...] Finalmente, a poucos meses do golpe, Brizola tenta organizar a nível nacional os chamados ‘grupos dos 11’, que compunha 11 pessoas em cada cidade, que teriam o objetivo de tomar o poder, mas não tendo claro nem como nem para que.”

Sobre a discussão acerca de novos partidos, *Em Tempo* insiste em falar da proposta brizolista de rearticulação do PTB. Numa entrevista com Plínio Arruda Sampaio²⁵, ex-deputado pelo extinto Partido Democrata Cristão, *Em Tempo* questionou-o sobre a possibilidade de uma aliança com Leonel Brizola, já que o entrevistado pretendia criar um partido socialista e o líder trabalhista, segundo o correspondente do jornal em Portugal, estaria preocupado em unificar o projeto trabalhista com os projetos socialistas que estavam se desenvolvendo sobretudo em São Paulo. Ao indagá-lo sobre essa pretensão de Brizola, Plínio Arruda respondeu:

²⁵ Atualmente, Plínio Arruda é político filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e foi candidato à presidência da República em 2010.

“Tenho de fato me reunido com vários companheiros para discutir e examinar a hipótese de criação de um novo partido político no Brasil. [...] Nossa exigência, para tanto, é de que tal partido seja realmente democrático. Que quer isto dizer? Quer dizer controle das lideranças pela base; quer dizer participação da base nas deliberações políticas; quer dizer plena informação da base a respeito dos assuntos políticos para que as deliberações possam ser de fato a tradução dos anseios da maioria.[...] Então me parece que não haveria dificuldade nenhuma de diálogo, de debate, isto com qualquer tipo de liderança que aceitasse esse tipo de partido a que me referir. Vejo, aliás, que é preciso encontrar fórmulas para somar as várias forças interessadas na luta popular no Brasil.”²⁶

A próxima pergunta significou uma crítica aberta ao PTB e ao Brizola:

“E a chamada ala da esquerda do ex-PTB poderia compor essa soma de forças? Estaria ela de algum modo interessada na luta popular? Toda herança do trabalhismo brasileiro, suas práticas manipulatórias, seu atrelamento ao Estado e suas permanentes tentativas de atrelar as massas populares; tudo isso não seria um forte indício da reedição do populismo?”

A resposta de Arruda, por um lado, acabou confirmando essas críticas ao passado trabalhista. Ele constatou que o ex-PTB, assim como os demais partidos existentes entre 1945 e 1964, mobilizava as bases apenas nos períodos de eleições, como se fossem uma clientela e que um partido deste caráter não poderia praticar a democracia interna. Defendeu a criação de um partido com bases ativas, com deveres a cumprir, mas também com direitos de interferência política direta nas deliberações partidárias. Por outro lado, o entrevistado mostrou confiança na intenção de Brizola de revisar o trabalhismo no Brasil:

“Lendo as recentes declarações do ex-governador feitas em Portugal, só posso dizer que vejo com esperança e alegria suas opiniões no sentido de reconhecer a necessidade de modificar o tipo de atuação anterior do PTB. Não posso julgar as intenções do senhor Leonel Brizola. [...] Cabe-se prosseguir aqui em nossa tarefa de consultar junto às bases, a fim de irmos concretizando cada vez mais a proposta do partido popular. [...] Se Leonel Brizola estiver de acordo, então só teremos porque nos alegrar!”

Não satisfeito, *Em Tempo* continua pondo em xeque a possibilidade de união desses dois líderes políticos em um só partido:

²⁶ *Em Tempo*. São Paulo, 22 a 28 de julho de 1978, nº 21, p.3.

“No encontro de exilados brasileiros em Portugal com Brizola, reuniram-se pessoas de origem ideológicas bastante distintas: socialistas cristãos e marxistas, trabalhistas & cia. Foi o chamado ‘racha ao contrário’, na base de um amplo leque ideológico. Tal leque teria também cabimento no partido popular de que você fala, sabendo-se desde logo que isso redundará num partido (ou movimento orgânico) de tendências?”

Plínio Arruda, mesmo assim, não descarta a possibilidade:

“Precisamente. A grande lição dos últimos anos é de que precisamos unir suas filiações ideológicas, ou fisiológicas, ou religiosas. Agora, se se trata da criação de um partido, haverá necessidade de exigir disciplina partidária, uma vez que a maioria decida por uma determinada orientação. Não vejo, porém, que essa exigência impeça a formação de alas, grupos ou tendências dentro do partido.”

Ao longo do ano de 1979, as críticas ao PTB e a Leonel Brizola nas páginas de *Em Tempo* foram se tornando cada vez mais contundentes. Em parte, isso se explica pelo fato de que as frentes jornalísticas e heterogêneas foram perdendo espaço para as rearticulações partidárias. A partir daí, diminuiu-se a necessidade de conviver com diferentes facções num mesmo jornal e a imprensa alternativa foi se “partidarizando”, definindo com mais precisão seus programas e ideologias. *Em Tempo* não fugiu à regra; foi se definindo como jornal partidário, detentor de um discurso dominante. Em relação a Brizola e ao PTB, o discurso desmerecedor foi se consolidando. O artigo “A volta das ilusões perdidas”, atacou a proposta do trabalhismo, que conforme declarou o jornal, defendia a condenável conciliação com a dominação burguesa:

“As dubiedades sempre presentes, as contradições nas várias declarações, a vagueza com relação às definições programáticas, não são propriamente um problema para o novo PTB. Elas são o preço inevitável de um partido que se propõe a conciliar classes basicamente antagônicas. [...] A unidade está alicerçada em pilares firmes: a conciliação com a dominação burguesa.”²⁷

Essa característica corresponderia à essência do velho PTB que insistia em ressurgir no contexto de redemocratização a partir das manobras de Leonel Brizola. Era preciso alertar:

²⁷ *Em Tempo*. São Paulo, 11 a 17 de janeiro de 1979, nº 46, p.11.

“Esse partido foi imposto à classe operária pelas classes dominantes através do atrelamento à camisa de força da estrutura sindical fascista, através da repressão às suas lideranças mais combativas, através da exploração do atraso político de suas camadas menos experientes.”

Portanto, o seu retorno naquela conjuntura, seria um retrocesso:

“Não há que tecer ilusões: a provável articulação do PTB não significaria a retirada do peso do aparato repressivo sobre a classe operária. Pelo contrário, a implantação do PTB no meio popular requereria um contexto de cerceamentos das liberdades fundamentais da classe e a constituição de eficazes mecanismos de controle. Foi assim com o antigo PTB e foi assim com a maioria dos partidos social-democratas. [...] O trabalhismo pode contribuir para dificultar bastante o crescimento da consciência revolucionária do movimento de massas, para levar a confusão à concretização de uma política de alianças antiburguesas, para amortecer as conquistas organizativas independentes da classe.”

Enquanto discutia-se a sua volta, Leonel Brizola, ainda no exílio, preparava-se para ela. A partir de janeiro de 1978, passou a residir em Lisboa e lá promoveu várias assembléias entre exilados e ativistas interessados na reorganização do PTB. O mais célebre desses encontros ocorreu em julho de 1979, na sede do Partido Socialista Português, e também foi notícia de destaque nas páginas de *Em Tempo*. Flávio Andrade, o autor da reportagem “O encontro trabalhista de Lisboa: muita comédia e pouca tragédia”, não perdeu a oportunidade para desqualificar a reunião, liderada por Leonel Brizola, subestimando sua importância:

“O encontro dos trabalhistas do exílio e do Brasil foi uma decepção completa, não fosse o alarde despropositado que a grande imprensa criou ao redor do evento, inflando-o como um ato de grande importância para as posições e planos do regime que ele por si mesmo, de forma alguma teria.”²⁸

Não satisfeito, desmereceu o encontro ao constatar a falta de representatividade devido à ausência de lideranças populares:

“As presenças foram o ponto alto da decepção. Apesar de 80 trabalhistas vindos do Brasil e 12 de outros países europeus e americanos, formando um plenário de cerca de 100 pessoas, a representatividade foi inexpressiva. Apenas 4 deputados estaduais e 10 federais, incluindo aí 2 da Arena. Nenhuma liderança popular de

²⁸ *Em Tempo*. São Paulo, 21 a 27 de junho de 1979, nº 69, p. 12.

vulto, seja sindical, estudantil ou qualquer outra, com a exceção de Francisco Julião, o antigo líder das Ligas Camponesas do nordeste, hoje no exílio. E as representações internacionais devem-se muito à insistência da Internacional Socialista em prestigiar o encontro com vistas à realização de seus planos para a América Latina, em especial para o Brasil.”

Ao final do encontro trabalhista, foi aprovado um documento, conhecido como a Carta de Lisboa, que definia os compromissos do novo partido a ser criado. A atenção voltou-se para as “massas marginalizadas”, classificadas em quatro grupos de pessoas: as crianças abandonadas e famintas e os jovens analfabetos; os negros e índios, que sofrem discriminação racial e étnica, além da exploração de classe; as mulheres, cujos direitos são negligenciados; e, por fim, os trabalhadores nordestinos e nortistas, massacrados por uma economia obsoleta. A proposta política de Leonel Brizola era formular as bases de um partido de massas e não-classista. Os discursos aclamavam as demandas dos trabalhadores, mas também incluíam em seu conteúdo interesses de outros grupos sociais considerados marginalizados. Desta forma, o novo PTB pretendia ir para além dos conflitos de classe.

No entanto, foi exatamente essa proposta que sofreu duras críticas por parte de alguns grupos de esquerda. No artigo escrito por Flávio Andrade, a Carta de Lisboa foi definida como “uma cópia anacrônica e fora do lugar dos primeiros esboços do socialismo utópico do início do século passado europeu quando sonhadores libertários tentavam conciliar a produção de mercadorias com a justiça e igualdade sociais”, pois pretendia representar “desde as populações mais pobres e marginalizadas, passando pelos pequenos produtores chegando até aos empresários nacionalistas.” Portanto, não avançava em nada de concreto “além do programa liberalóide do MDB”. E por reivindicar a herança varguista, adquiriria o sentido de que “a história sempre se repete, cada vez mais como comédia.”

Apesar da reivindicação da qualidade de “nova”, essa esquerda ainda recorria a antigos argumentos marxistas para analisar a realidade brasileira. Segundo tal concepção, já que não conseguia apoio das lideranças dos trabalhadores, comprometidas com as lutas autênticas da classe, o trabalhismo:

“parece tentar buscar apelo em setores marginalizados e que hoje apresentam um baixíssimo ou quase nulo nível de organização. [...] As colocações da Carta de Lisboa não são claras de todo, mas é inegável que deste discurso aos

marginalizados decanta um certo tipo de demagogia que pode vir a ter algum efeito junto ao *lupem-proletariado*.”

O conceito de *lupem-proletariado*, definido por Karl Marx como uma massa conservadora, desorganizada e embrutecida com um líder medíocre, foi frequentemente utilizado nas páginas de *Em Tempo* para caracterizar os grupos sociais aos quais os discursos brizolistas se referiam. A preocupação recaía no reconhecimento da existência de um grande número de *lupem-proletariado* na sociedade brasileira, o que tornava os discursos demagogos de Brizola perigosos, no sentido de que poderiam ser eficazes entre massas “desorganizadas e ignorantes”, convertendo em votos.

Às vésperas da chegada de Brizola ao Brasil, *Em Tempo* apelou para o recurso da ironia. Referindo-se às declarações moderadas de líder trabalhista, Angel Morales atacou sua mudança de comportamento:

“Os militares não precisavam ficar arrepiados. As marchadeiras de 64 não serão obrigadas a revirar baús atrás de rosários. E a burguesia não tem motivos para temer ataques à propriedade. Leonel Brizola aterrissa nos pampas no dia 6 de setembro, mas não é mais o incendiário de 64, que queira fechar o Congresso, executar a reforma agrária na porrada e desapropriar as empresas estrangeiras. O incendiário virou bombeiro após um cursinho intensivo nos EUA, Alemanha Ocidental e Portugal, promovido pela Internacional Socialista. Brizola vem manso.”²⁹

Influenciado pela social-democracia européia e pelo governo norte-americano em defesa dos Direitos Humanos, teria deixado para trás o tom radical e contundente dos discursos da década de 1960, que fizeram acionar reações anticomunistas aos moldes das marchas organizadas por mulheres de classe média que, com terços nas mãos, pretendiam defender o Brasil, ameaçado pelo “perigo vermelho”. Todavia, mantinha o caráter “populista” na recriação do PTB, tendo em vista a proposta de conciliar contradições da sociedade brasileira:

“Aparentemente para o ex-governador gaúcho, basta trocar as janelas corroídas por vidro fumê e cair as paredes. A casa estará nova. Inspirado pela social-democracia, Brizola propõe apenas um novo pacto social. E a pátria estará salva. Resta saber se a burguesia estará disposta a perder mais alguns anéis. E se os

²⁹ *Em Tempo*. São Paulo, 3 de agosto a 5 de setembro de 1979, nº 79, p. 5.

trabalhadores, após 15 anos de exploração e repressão impunes, vão se contentar com salários um pouco menos injustos, com uma CLT pintada com a cor da moda, com uma participação maior nas decisões econômica e política do País [...]. Assim, ao voltar, vai em romaria aos túmulos de Getúlio Vargas e João Goulart. O primeiro, o “pai dos pobres”, criou sindicatos atrelados aos Ministério do Trabalho, incentivou o peleguismo, enganou com o PTB e criou a CLT à moda do fascismo. O segundo tentou seguir o mestre. Vacilou, quis conciliar com gregos e troianos. Deu no que deu. No golpe de 1964. Brizola parece querer começar tudo de novo.”

Em Tempo não perdeu a cobertura da chegada de Brizola ao Brasil. Assim como interpretou o Encontro de Lisboa, seu retorno foi diminuído em importância, visto como um evento decepcionante para os que o aguardavam, mas previsto pela “nova esquerda” que seria dessa forma. Por Carlos Tibúrcio, o jornal publicou:

“A volta do político brasileiro que mais tempo viveu no exílio, devido à grande expectativa criada, acabou se transformando numa grande frustração, particularmente para os mais otimistas correligionários do ex-governador do Rio Grande do Sul.”³⁰

De acordo com a reportagem, a “recepção minguada” a Brizola teve tanto impacto que, juntamente com a forte presença do movimento operário organizado no Rio Grande do Sul, obrigou-o a desistir do trajeto programado por ele ao entrar no Brasil. Ao invés de passar pelas cidades do interior do seu estado, esperando uma entrada triunfal, segundo *Em Tempo*, teria permanecido mais alguns dias em São Borja para refletir sobre a conjuntura. Todavia, o fracasso do seu retorno não seria o suficiente para fazê-lo desistir:

“Ninguém supunha, contudo, que o desastre da chegada, aliado a declarações grosseiramente deslizantes (‘não houve oposição no país durante esses 15 anos’), signifique o arquivamento da liderança de Brizola e de seu PTB social-democrático. Qual gato escaldado, é de se supor que o velho incendiário, agora bombeiro, pra manter a comparação da moda, tenha ainda várias de suas 7 vidas.”

Mas, de todo modo, constata *Em Tempo*, sua chegada refletiu uma contradição entre seu discurso de defesa dos direitos dos cidadãos proclamados pela Revolução Francesa, priorizando crianças e jovens marginalizados, e a busca de trabalhadores

³⁰ *Em Tempo*. São Paulo, 13 a 19 de setembro de 1979, nº 81, p. 5.

brasileiros por autonomia e representação política direta. Sendo assim, segundo o periódico, Brizola não fora recebido com louvor como esperava.

Sobre os discursos de Brizola, Adilson Gitelli faz uma análise bastante crítica, dessa vez não ao seu comportamento cauteloso diante da conjuntura, querendo apagar sua imagem de político radical, mas sim a sua intenção de “enganar” com esse tipo de atuação, muitas vezes retorcendo o sentido de algumas palavras. Confessa que “nada temos [...] contra o fato do homem querer evitar a ampliação da fogueira, ou não comprometer o tão discutido projeto distensionista, ou ainda, agir de sorte a não parecer um ingrato provocador”,³¹ mas afirma com veemência que quase tudo o incomoda nos discursos do líder trabalhista:

“O falseamento de certos enunciados, as mutilações semânticas, enfiar em determinadas palavras sentidos que elas não comportam; para ficarmos em apenas alguns pontos críticos do discurso brizolista. Indicar gato por lebre é válido quando se trata de uma retórica mistificadora, que visa alhear os ouvintes, ou leitores, dos problemas fundamentais. Uma das técnicas persuasivas mais eficientes é designar o contingente pelo aparente. [...] Ele anda esticando as possibilidades significativas de certas palavras a níveis verdadeiramente insustentáveis.”

Para ilustrar seu ponto de vista, o crítico destaca o uso da palavra “radical”, definida por ele como “aquilo sem o que as coisas perdem suas propriedades essenciais” e exemplifica, com a gramática, em que o radical é considerado a parte imutável da palavra, logo, seu caracterizador. Adaptando a definição à realidade social do pré-1964, Gitelli declara que Karl Marx ensinou que ser radical é ir à raiz das coisas e, a partir dessa constatação, conclui que existiria uma estreita relação entre erradicação dos males e radicalidade; ou seja, ser radical seria combater a origem dos problemas sociais. Nessa análise de conceitos, o autor do artigo não perdeu a oportunidade de provocar ao dizer ironicamente que era Marx que “antes de 1964 parecia comandar a formação do grupo dos 11 – pelo menos dentro da ótica dos iluminados da reação que, no mais, confundiam Cuba e Cubismo.” Ele quis dizer que os integrantes da ditadura não conheciam muito bem o marxismo e acabavam acreditando que as atitudes de Brizola estariam sendo inspiradas pelas ideias de Marx. Então, para ele, mesmo equivocadamente, Brizola foi considerado um radical e, por isso, teve que ser exilado. No entanto, na conjuntura de democratização,

³¹ *Em Tempo*. São Paulo, 27 de setembro a 3 de outubro de 1979, nº 83, p. 10.

Brizola apresentava-se diferente, não mais um líder radical ao considerar o momento diferente daquele dos anos de 1960. Gitelli ainda questiona que outro momento seria esse: “Resta saber para quem, pois com o saco de gatos em que está a economia brasileira, a fome aumentou, os contingentes marginalizados do leite, da carne crescem em ritmo galopante.”

Sobre essa suposta mudança de Leonel Brizola, o militante de *Em Tempo* se pergunta:

“Será que as solitárias noites de reflexão, a idade, o siso, a conjuntura brasileira teriam reconfigurado o sr. Leonel Brizola, ou apenas o seu estilo? O sobretudo pesado, os cabelos num discreto desalinho, a fala extremamente preocupada em não percorrer os tortuosos e labirínticos temas do passado, seriam apenas o resultado da convivência com os experimentados alfaiates da política européia, a contingência de uma realidade histórica, o rompimento com o velho estilo [...]?”

Outro erro conceitual atribuído a Brizola pela reportagem é a confusão entre os significados de “ditadura” e “autoritarismo”. De acordo com o jornal, “ditadura” pressupõe um sistema político caracterizado pela supressão das liberdades individuais, em que os poderes estejam restritos a um grupo de pessoas, além das práticas de tortura, assassinato de oponentes políticos, cassação de servidores públicos, exílio, falseamento de índices inflacionários, negociatas sob atos discricionários, censura, etc. No entanto, ao se referir ao regime militar brasileiro, Brizola estaria simplificando-o com o termo “autoritarismo”, pois “autoritarismo está contido em ditadura. O contrário [...] ressalta falso, amesquinizador, restrito.” Aplicando os termos a exemplos concretos, *Em Tempo* considera autoritária a social democracia, mesmo não sendo uma ditadura. Por outro lado, diz que Pinochet, Videla, Stroessner eram ditadores do Chile, da Argentina e do Paraguai, respectivamente; e, portanto, líderes autoritários. Todavia, continua, não seria correto chamá-los apenas de regimes autoritários, pois “estariamos escondendo deles a face mais odiosa e caracterizadora: antes de qualquer outro designativo eles são ditaduras.” Seria exatamente esse equívoco que Brizola estaria cometendo:

“Quando por uma série de fatores a sociedade brasileira consegue ampliar seu espaço de discussão e participação, causa estranheza que Brizola prossiga caracterizando os erros dos últimos quinze anos de regime autoritário. [...] Será que o afã de se mostrar mais como bombeiro que como incendiário estaria o ex-

governador do Rio Grande do Sul minimizando, mascarando aquilo que soa rude e cristalino: os últimos quinze anos de ditadura militar? Talvez. Se o faz peca gravemente, não contra a morfologia, mas contra a História.”

Naquele contexto de redemocratização, a “nova esquerda” integrante de *Em Tempo* lançava uma proposta política que se queria popular. Por isso, brigava-se por esse espaço, disputando-o com lideranças consolidadas historicamente. E nessa disputa, o recurso da crítica era utilizado sistematicamente para desqualificar seus adversários no campo das esquerdas. Como já foi demonstrado, Leonel Brizola foi um dos alvos mais atacados, por muitas vezes ironicamente – uma das maneiras críticas das esquerdas se expressarem. Foi o que fez uma matéria jornalística com o objetivo de esclarecer a origem do dinheiro utilizado pelo líder trabalhista em suas campanhas políticas. Inicia a reportagem referindo-se à declaração dos petebistas brizolistas contra as acusações de que Brizola estaria sendo financiado pela Social Democracia alemã. E para demonstrar coerência com seu discurso nacionalista, os brizolistas estariam tentando provar o uso somente de capital nacional. *Em Tempo* insinua que as informações comprovam a ligação do trabalhismo com a elite empresarial brasileira e, portanto, não teria nada de popular. Usufruindo dessa relação, Brizola estaria gastando mensalmente 136 mil cruzeiros com sua estadia no Rio de Janeiro, além das diversas viagens com sua família e do automóvel do ano financiados por um grupo de empresários seguidores de sua proposta política. E não pára por aí:

“Brizola já recebeu a proposta de dez indústrias paulistas que se ofereceram para ajudar as suas campanhas [...]. E no Rio Grande do Sul existe um fundo criado pela contribuição mensal de empresários e pecuaristas gaúchos suficientes para pagar as despesas de viagens, o aluguel de uma casa num dos bairros ricos da cidade e também um contrato com a rádio Farroupilha que, a partir desta semana, transmitirá semanalmente uma palestra do ex-governador. Fundo entre amigos que não deve ser nada desprezível, já que a ultima palestra do governador, que foi transmitida por uma hora, custou cerca de 100 mil cruzeiros. [...] Com tanto capital financiando as andanças do sr. Brizola, é quase certo que o PTB consiga sua legalização e assim concretizar o sonho de juntar num mesmo partido patrões e operários, pecuaristas e peões, todos nacionais, é claro.”³²

Para ratificar o caráter antipopular do PTB de Brizola, a reportagem ainda alude à sua Comissão Provisória, composta por onze membros, em que dez seriam “velhas raposas

³² *Em Tempo*. São Paulo, 17 a 23 de janeiro de 1980, nº 97, p. 2.

políticas” e apenas um representante os trabalhadores. Com isso, *Em Tempo* tenta provar que um partido que pretende se formar a partir de uma aliança de classes – “onde o patrão manda, o operário vota” –, nunca refletirá as reais demandas dos operários, pois estes estarão sempre subjugados aos interesses elitistas.

Para a “nova esquerda”, era preciso derrotar a proposta de retroceder ao “atrasado” trabalhismo, incompatível com as lutas democráticas cada vez mais intensas naquele contexto de transição. Os tempos eram outros. Discutia-se uma nova agremiação política, cujo programa tivesse como eixo imediato a luta pelas liberdades democráticas, mas que destacasse também soluções para as contradições insolúveis do capitalismo. Contrariando o “velho”,

“a nova agremiação não poderá servir de joguete para o ressurgimento do populismo, seja este na sua forma tradicional ou em roupagem mais sofisticada. Muito menos ser transformada numa arma eficaz para a sobrevivência do capitalismo. Para romper o casulo no qual o governo pretende confinar esse tipo de oposição, será necessário dar um caráter popular à nova agremiação. Não apenas no sentido de que ela tenha um ‘respaldo popular’, mas na direção de que as forças populares não sirvam de ‘massa de manobra’ e sejam, efetivamente, sujeitos deste partido, decidindo seus rumos e interferindo neles.”³³

Seguindo essa idéia, a partir de 1979, *Em Tempo* ingressou no Movimento pró-PT, defendendo a criação de um partido político “verdadeiramente” porta-voz dos trabalhadores, em contraposição a proposta brizolista de resgatar o trabalhismo, que, após perder a legenda do PTB, foi reconstruído no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Mas antes de tratar da formação partidária e seus programas, cada qual pretendendo, do seu modo, representar os trabalhadores, é interessante analisar uma série publicada no periódico *Em Tempo*, cujo objetivo era resgatar a história das esquerdas no Brasil.

2.3 – O poder da memória: as esquerdas no Brasil contam sua história

A partir do golpe civil-militar, aqueles que tomaram o poder e levaram a cabo um regime ditatorial preocuparam-se logo em consolidar uma memória sobre o que ocorreu em

³³ *Em Tempo*. São Paulo, 22 de dezembro de 1977 a 12 de janeiro de 1978, edição experimental, p. 5.

em 31 de março e 1º de abril de 1964. Enxergavam o golpe como uma intervenção política emergencial para “salvar” o Brasil das garras do comunismo ateu. Em nome da moral cristã, a deposição do presidente João Goulart foi considerada um ato inevitável para a manutenção da ordem democrática, ameaçada pelo perigo vermelho. Portanto, o golpe foi chamado, logo a seguir, de “Revolução Democrática de 1964”. Em curto prazo, a memória dos vitoriosos na luta política de 1964 tornou-se hegemônica na disputa simbólica. Entretanto, à medida que a ditadura foi se mostrando incapaz de “salvar” a democracia – ao contrário, foi um atentado contra ela – o regime militar foi se tornando impopular, sobretudo a partir da crise do milagre econômico. Ademais, os valores democráticos começaram a ser revalorizados pela sociedade, estimulando a emergência de outras memórias na luta pelos sentidos do passado.

Durante o processo de transição democrática, novas vozes passaram a ser ouvidas porque eram importantes para a consolidação do sistema político vindouro. Era o momento de prestígio da democracia e de defesa dos direitos humanos. A distensão no clima de Guerra Fria permitiu que as duas superpotências – EUA e URSS – mantivessem diálogos e aproximações; o presidente norte-americano Jimmy Carter defendia com veemência os direitos humanos; a Igreja Católica que outrora, conviveu com várias tendências e dirigentes eclasiásticos que apoiaram a ditadura, passava a condenar à tortura e o arbítrio; o MDB ganhava importância no campo das oposições como um meio de luta institucional contra o regime militar; entre os militares, também já havia aqueles que acreditavam no processo de transição democrática, mesmo que “lenta, gradual e segura”. Até mesmo certos indivíduos e grupos sociais que anteriormente defenderam a instauração da ditadura e, durante muito tempo, sua manutenção falavam em nome da abertura política. Nas palavras de Daniel Aarão, “ali já não havia mais partidários da ditadura, e todos eram convictos democratas.”³⁴

Nesse contexto, os discursos daqueles que sofreram as arbitrariedades da ditadura conquistaram um lugar privilegiado. Os crimes do regime militar foram exibidos a partir de relatos de vítimas, considerados provas concretas contra as barbaridades cometidas pelo poder de Estado. Sem dúvida, esses testemunhos tiveram um papel fundamental na

³⁴ REIS, Daniel Aarão. REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.” In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI; MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 45.

instalação da democracia e na denúncia de atos violentos contra seres humanos. Definitivamente, a memória da “Revolução de 1964” perdeu o protagonismo para uma memória das esquerdas, vítimas da truculência dos militares golpistas. Os derrotados conseguiram impor como vitoriosa sua memória sobre o passado.

Sobretudo na década de 1980, consolidou-se uma imagem social simetricamente polarizada: sociedade vitimizada *versus* Estado perpetrador. Não se entendia como foi possível a sociedade brasileira passar por tamanha barbaridade. Segundo Bernhard Giesen, tais arquétipos – vítimas e perpetradores – são parte de um quadro de transformação da memória coletiva no mundo ocidental durante as últimas décadas. O louvor a heróis fundadores de uma comunidade cedeu o lugar, na memória coletiva, para o sofrimento de vítimas e para os crimes de perpetradores. O herói é a encarnação do bem triunfal, alcançado através da *ação*, localizando-se entre o mundo dos seres humanos e o reino sagrado dos deuses e, portanto, é infalível. Já a vítima representa o trauma, o *sofrimento passivo* diante das agressões daquele que encarna o mal, o perpetrador. Dentre as condições que Giesen apresenta para explicar esse deslocamento simbólico feito pela memória coletiva, destaco o papel das comunidades morais, cuja necessidade é diferenciar o ideal normativo da transgressão, a virtude do pecado, o bem do mal.³⁵ Para a afirmação dos direitos humanos, essa delimitação de fronteiras foi essencial.

Assim como em outros países da América Latina, no Brasil da transição democrática os traumas foram externalizados através de narrativas das vítimas. Esses testemunhos, por sua vez, foram muitas vezes tomados e reproduzidos como “verdades” e, dessa forma, sacralizados e isento de críticas. Arriscaria, portanto, dizer que nossas “vítimas” têm um pouco de “heroísmo” também. Afinal, *resistiram* corajosamente, lutando por um mundo mais justo.

No entanto, politicamente a proposta de luta armada das esquerdas foi derrotada, seja devido à repressão militar, seja pela falta de apoio popular. As memórias construídas pelas esquerdas oscilavam entre a ênfase à coragem e ousadia dos grupos armados e à identificação de erros estratégicos de luta. Iniciava-se um trabalho de autocrítica aos seus métodos de combate à ditadura. O desprestígio do uso da violência explicava-se, sobretudo, pelo tempo presente, caracterizado pelo respeito aos direitos humanos e às vias

³⁵ GIESEN, Bernhard. “Sobre héroes, víctimas y perpetradores.” In: *Puentes*, n° 5, octubre de 2001.

democráticas de luta. Foi nessa linha que o periódico *Em Tempo* lançou a partir de agosto de 1979 uma série intitulada “Contribuições à História da Esquerda Brasileira”, destrinchando e caracterizando os diversos grupos de esquerda surgidos no período compreendido entre o início dos anos 1960 e a conjuntura em que foi escrita. Segundo seus organizadores, a meta era informar as novas gerações acerca de um passado das esquerdas mal contado pela grande imprensa, conchavada com os detentores do poder, apresentando uma imagem daqueles que “se opuseram de forma radical ao estado de coisas implantado a partir de 1964 como verdadeiros marginais, que devem ser excluídos da vida política brasileira (‘terroristas’ e ‘criminosos de sangue’) ou incorporados sob reserva.”³⁶ Pretendia-se, por conseguinte, apresentar uma outra versão desta história, contada “de forma clara e bem amarrada politicamente em grupos de reportagens e depoimentos exclusivos”. E mais: “tudo isso contado pela própria esquerda” e, nesse sentido, eram narrativas consideradas mais legítimas do que outras. Por outro lado, admitiram-se as dificuldades para tal iniciativa, “não só pela dispersão das fontes (muitas delas nas mãos dos aparelhos repressivos) como pelo fato de que o próprio processo de avaliação política de grande parte deste período não foi realizado de forma sistemática”.

Com um teor pedagógico, os autores da série dispuseram-se a ensinar detalhadamente aos leitores de *Em Tempo* as formas de organização e atuação das esquerdas no Brasil, destacando sua importância histórica. Na primeira seção, a preocupação foi oferecer uma visão global e sistemática sobre partidos, grupos e movimentos que emergiram, se desenvolveram e, em muitos casos, desapareceram durante essas duas décadas. Foram publicados um enorme organograma indicando as origens de cada organização de esquerda e, para complementá-lo, curtos verbetes em ordem alfabética, apresentando informações sobre quando surgiram, de onde vieram, que linhas defenderam e, de modo geral, o que faziam no presente em que foi escrito.

As três seguintes seções contam a história do PCB, suas mudanças ao longo das décadas de 1950 e 1960 e os sucessivos “rachas”, originando outras organizações. O objetivo é esclarecer, na visão do jornal, os erros cometidos pela direção do PCB em vários momentos e as consequências acarretadas, como a falta de sintonia com o movimento popular por ocasião da morte de Getúlio Vargas em 1954; a Declaração de março de 1958,

³⁶ *Em Tempo*. São Paulo, 9 a 15 de agosto de 1979, nº 76, p.7.

cujo conteúdo concluiu que não seria ainda momento de uma “revolução radical”, e sim de uma frente única nacionalista democrática, integrando proletariado, campesinato e pequena burguesia, todos interessados no desenvolvimento da economia nacional; e, durante o Governo Jango, a incapacidade de direcionar as esquerdas, o que acabava abrindo espaço para a atuação do “populismo radical”:

“A incapacidade de direção das esquerdas tinha um efeito contraditório. Por um lado, fazia com que surgissem na sociedade manifestações de um desejo de novos projetos organizativos, como atesta a receptividade dos ‘grupo dos 11’, de Brizola, ou mesmo da ‘Frente de Mobilização Popular’. Por outro lado, não impedia que todas essas manifestações de base fossem capitalizadas por um populismo radical que, na sua essência, não ia mais além do quadro político-ideológico do Partido Comunista.”³⁷

Ao tratar das manifestações de base, *Em Tempo* está se referindo às Ligas Camponesas, ao movimento operário representado pelo CGT, ao movimento estudantil organizado pela UNE e à luta de sargentos e suboficiais das Forças Armadas. Neste trecho, admite-se que a falha foi do PCB que não soube articular as esquerdas e direcionar essas manifestações de base na luta social. O resultado do imobilismo do “Partidão” seria, portanto, o sucesso lamentável do “populismo radical”, representado pela figura de Brizola, na cooptação desses movimentos populares.

A série segue na crítica ao PCB, expondo o surgimento dos diversos setores da esquerda que formaram organizações opostas a esse partido, como a POLOP, o PC do B, o MR-8, dentre outras. A partir daí, teria aberto uma profunda polêmica no interior da esquerda brasileira, colocando em questão os seus fundamentos. No entanto, segundo o artigo, a polêmica era discutida longe dos movimentos sociais, “o que faz com que se perca ou num doutrinarismo programático ou num pragmatismo militarista.”³⁸ Isso teria feito com que a luta contra o regime militar fosse liderada por setores de classe média, atingidos pelos efeitos da política econômica e descontentes com o autoritarismo do governo, e não por populares. A explicação de *Em Tempo* desenvolve-se a partir do argumento de que “a ausência de uma tradição de independência e autonomia do movimento operário facilitou que o essencial do debate político-ideológico se desenvolvesse no interior da pequena

³⁷ *Em Tempo*. São Paulo, 3 de agosto a 5 de setembro de 1979, nº 79, p. 12.

³⁸ *Em Tempo*. São Paulo, 13 a 19 de setembro de 1979, nº 81, p. 12.

burguesia”. Em suma, para a “nova esquerda” de *Em Tempo*, o PCB não acompanhou e nem compreendeu as contradições da sociedade brasileira. Novas organizações, mais radicais, foram surgindo, mas mesmo assim distante dos movimentos populares, pois a proposta de luta armada adotada “chega ao país quando o modelo castrista que o havia inspirado enfrentava já uma grave crise”. Sendo assim, sem a atuação das esquerdas, seja a tradicional, seja a revolucionária, as classes populares ficavam ao sabor da manipulação de líderes populistas, ratificando a sua condição de dependência.

Seguindo análise leninista, tratava-se, portanto, de uma “crise de direção”. Os comunistas não souberam interpretar corretamente a realidade e dirigir, de maneira consequente, o proletariado nos rumos da revolução que se abria naquele momento. Com uma direção “consequente”, os desvios “populistas” seriam evitados.

Depois de uma análise geral, a série reserva cada artigo para contar a história de cada organização de esquerda detalhadamente. Foram temas: a Ação Popular (AP), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), a Organização Revolucionária Marxista Política-Operária – Polop, o Partido Operário Comunista (POC), o PC do B – com ênfase no fracasso da guerrilha do Araguaia -, a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Vanguarda Popular Revolucionária (VAR-Palmares) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA).

Os últimos artigos tratam, de forma positiva, do surgimento e da atuação do trotskismo no Brasil, já que a direção de *Em Tempo*, por aquela ocasião, era controlada por adeptos dessa corrente política. Conforme relata, o trotskismo no Brasil teria sido uma das principais correntes do movimento operário na década de 1930, tomando impulso na década de 1960, a partir da crise do capitalismo e do stalinismo e, naquele contexto de redemocratização, estaria conquistando parcelas crescentes do movimento operário para as idéias de Marx, Lênin, Trotski e Rosa Luxemburgo, lutando contra o capitalismo e contras as “organizações operárias degeneradas”.

A série publicada no periódico *Em Tempo* reflete, de certa forma, as expectativas e os anseios dessa vertente de esquerda que se caracteriza como “nova”. Afinal, todo o empenho em garantir a legitimidade de uma determinada memória explica-se pela afirmação ou redefinição da identidade dos atores sociais em disputa. A própria identidade se (re)constrói não somente a partir de uma memória acerca do passado, mas também de

um projeto para o futuro.³⁹ A todo o momento, os sujeitos pretendem legitimar o significado do “que são” a partir do “que foram” e do “que querem ser”. Partindo desse pressuposto, é possível afirmar que essa “nova esquerda” objetivava se consolidar como a alternativa “mais consequente”, para usar expressão partilhada entre o grupo, para os operários brasileiros de luta contra a ditadura e, sobretudo, contra o capitalismo. Além disso, sua identidade também é definida a partir do que não se pretendia ser e, neste caso, ser diferente das opções do passado, sobretudo comunistas e trabalhistas, considerados ultrapassados e mesmo prejudiciais para o processo de conscientização da classe trabalhadora porque não incentivavam sua autonomia.

2.4 – PT X PDT: a construção da identidade partidária

O projeto de abertura proposto pelo governo previa a imposição de objetivos e o estabelecimento de um determinado ritmo sem a participação da sociedade civil. No entanto, os fatos se precipitaram com o crescimento das oposições e as vitórias eleitorais do MDB. O que se observou foi uma transição baseada no diálogo entre Estado e sociedade civil e não a realização na íntegra do projeto do governo.⁴⁰ Com relação à proposta partidária, o regime desejava evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964. Mas, diante das contingências, precisou rever essa pretensão. Leonel Brizola retornou do exílio com a proposta de recriação do PTB. O governo conseguiu impedir que ele tivesse registro da sigla, mas não impediu que o líder trabalhista se inserisse na política novamente. Quanto a novas lideranças, por exemplo, a força do movimento sindical fez despontar Luiz Inácio da Silva, o Lula, um dos mentores da formação do PT.

As expectativas eram enormes em torno da Emenda Constitucional nº 11, de outubro de 1978, cujo conteúdo previa a extinção do bipartidarismo e a autorização de novos partidos. Dentro desse contexto, a sigla do PTB passou a ser disputada

³⁹ Sobre a relação entre memória, identidade e projeto, ver: VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. In: *Projeto e Metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

⁴⁰ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 - 1985”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – o tempo da ditadura*, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

principalmente por dois grupos. De um lado, os trabalhistas liderados por Brizola, considerado por eles o verdadeiro herdeiro de Getúlio Vargas, com a proposta do socialismo democrático. De outro, o grupo liderado por Ivete Vargas, sobrinha-neta de Vargas, representante da tradicional parentela do antigo PTB, conhecida pelas práticas fisiológicas. As autoridades políticas do regime temiam a atuação do líder radical dos anos 1960 num partido que carregava uma legenda de peso entre grupos populares. O resultado dessa associação poderia trazer sucessos eleitorais para a oposição e a derrocada de um processo de transição controlada pelo alto. Portanto, em maio de 1980, por pressões do governo federal, a Justiça Eleitoral concedeu a Ivete Vargas o registro da legenda do PTB. A partir daí, o partido passou a colaborar com o governo do general Figueiredo. Mesmo frustrado, Brizola não desistiu de sua empreitada. Criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), incorporando o programa que já havia sido discutido. Pretendia-se resgatar o trabalhismo, mas tomando-o como um caminho viável para a construção do socialismo no Brasil.

Na avaliação de *Em Tempo*, com a perda da sigla do PTB, Leonel Brizola passou a ser vitimizado por alguns. Mas o jornal não poupou a nova legenda trabalhista de críticas e subestimações. Em um de seus artigos, sustenta que, apesar das promessas de ser um partido de massas, o PDT somente no Rio Grande do Sul teria alcançado o status de agremiação expressiva e somente nesse estado, poderia conquistar o executivo estadual. Seguindo, explica a previsão de um fracasso eleitoral do partido brizolista:

“O PDT debate-se profundamente numa ambiguidade programática insustentável. Reivindica a herança do trabalhismo sem ter consciência que o populismo getulista só era viável com o poder de Estado na mão, para promover e manipular concessões através dos sindicatos atrelados ao governo dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, enfim, da máquina administrativa do Estado. Sem as vantagens do poder governamental, o populismo não consegue manter sua aliança de classes entre patrões e empregados sob hegemonia e controle da burguesia, em busca de um capitalismo nacional. Os herdeiros ainda não descobriram que o suicídio de Vargas foi também um atestado de óbito do trabalhismo populista e as peregrinações cata-votos do túmulo de Getúlio, atualmente, não reviverão uma proposta política que recebeu a pá de cal em 1964. Não renderão hoje além de minguados e nostálgicos dividendos eleitoreiros.”⁴¹

⁴¹ *Em Tempo*. São Paulo, 20 de maio a 2 de junho de 1982, nº 150, p. 2.

Em vários momentos, *Em Tempo* demonstrou ter receio de que a volta de Brizola à política brasileira poderia ser prejudicial para o processo de evolução da classe trabalhadora, pois poderia manipulá-la com seus discursos “populistas”; e isso seria um retrocesso. Ao mesmo tempo, em alguns artigos – como o trecho acima – atesta a impossibilidade do trabalhismo dar certo, já que seu colapso teria ocorrido em 1964. A idéia de que o “populismo” foi um período esgotado historicamente eram muito forte entre as esquerdas e intelectuais. Uma prática política superada historicamente. O que seus integrantes não previam era a vitória de Brizola nas eleições de 1982 para o governo do Rio de Janeiro.

Como alternativa aos partidos que pretendiam falar em nome dos trabalhadores, grupos da “nova esquerda” assumiram outra proposta que foi discutida e adotada por *Em Tempo*. O jornal começou como uma frente jornalística de esquerda, mas após sucessivos “rachas”, se assumiu como porta-voz de uma corrente trotskista. Logo aderiu ao Movimento Pró-PT, lançado em 1979, que tinha como finalidade organizar um partido formado por trabalhadores e que permitisse a participação ativa deles nas decisões políticas. A partir daí, as discussões concentraram-se na propaganda do partido que passou a se chamar Partido dos Trabalhadores (PT). *Em Tempo* acreditava na força do partido pois, antes de ser criado, a ideia já estaria presente “tanto na cabeça dos sindicalistas e de muitas lideranças das oposições populares, como principalmente na cabeça das massa”.⁴²

Na concepção da esquerda trotskista, o PT parecia resgatar uma antiga utopia revolucionária, anunciada no Manifesto Comunista por Karl Marx, em 1848: a emancipação do proletariado deveria ser conquistada por ele mesmo. Seguindo essa premissa, queria-se construir um partido independente das instituições legais, da tutela do Estado e das lideranças burguesas; um partido diferente das correntes políticas tradicionais que outrora havia condicionado os trabalhadores a lutar por propósitos “populistas”.⁴³ Numa entrevista concedida ao periódico *Em Tempo*, o então líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva declarou:

⁴² *Em Tempo*. São Paulo, 13 a 19 de setembro de 1979, nº 81, p. 5.

⁴³ AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 507.

“Não se pode tentar ditar regras à classe trabalhadora mas sim subordinar-se a seus interesses. Os partidos no Brasil sempre foram feitos da seguinte forma: um todo poderoso vem, escreve alguma coisa e diz: o povo tem que estar subordinado a isto, isto é que é bom para a sociedade. E a proposta do PT embora possa até ter falhas ainda, é a que mais se diferencia disto. O importante então para quem queira vir para o PT é entender que lá não há espaço para ditadores de regras, para caudilhos.”⁴⁴

Nessa mesma entrevista, foi perguntado a Lula se no PT poderia existir o culto à herança getulista, assim como era feito no PTB. Sua resposta foi dada sem titubeios:

“Não, nem sequer dentro do movimento sindical. A partir do momento em que se discutir concretamente esta herança getulista, se chegará à conclusão de que ela foi perniciosa. A verdade é que a gente vivia num regime de quase escravidão quando o Getúlio deu a estrutura sindical, mas foi para desorganizar e não para organizar a classe trabalhadora. [...] E o que foi dado com a estrutura sindical e com a CLT – e foi em função disso que nasceu o PTB – foi esta liberdade com espaço limitado. E isto não aceitamos.”

Para a formação do PT, foi fundamental a contribuição das lutas operárias de fins da década de 1970, bem como a atuação de suas lideranças sindicais, que se destacaram rapidamente. Era o chamado, na época, de “novo sindicalismo”, em contraposição ao que consideravam “velho sindicalismo”, criado por Vargas e mantido por políticos “populistas”. A partir daí, a identidade do PT foi construída a sobre a ideia de um partido distinto de qualquer outro na história do Brasil porque formado por trabalhadores, lutando por seus próprios interesses; um partido novo presente no cotidiano de luta dos trabalhadores e não apenas nos momentos de eleições. Trata-se de uma ideia muito recorrente entre as esquerdas: o estabelecimento do Marco Zero. Assim, tudo que ocorreu anteriormente foi um “erro”, um “equivoco”. Com a fundação do “novo” partido, a proposta era começar do “zero”. Trata-se de uma prática que suprime a história das lutas dos trabalhadores. Contudo, mesmo que relutem, as tradições passadas continuam presentes naquele que se quer “novo” e “diferente”. Durante o processo de articulação do PT, foi lançado um manifesto, publicado no jornal *Em Tempo*, que desejava ratificar o caráter de uma nova agremiação verdadeiramente popular:

⁴⁴ *Em Tempo*. São Paulo, 3 a 8 de junho de 1980, nº 107, p. 18.

“O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce também da vontade de emancipação das massas populares, cansadas das ilusões dos grupos que pretendem substituir a força de suas lutas por palavras de ordem desligadas de seus interesses. [...] O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não mais um partido para os trabalhadores [...]. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores.”⁴⁵

É indiscutível a importância do movimento operário, especialmente do ABC paulista, para a formação do PT. Mas também há que se destacar a participação de organizações revolucionárias, em especial os trotskistas – como os integrantes de *Em Tempo* – e até mesmo militantes de que atuaram na luta armada contra a ditadura e que, em fins dos anos 1970, estavam revendo seus métodos de luta. Além disso, também contou com a articulação de militantes da esquerda católica.

O PT queria se afirmar não somente como um partido proveniente dos trabalhadores, mas também como um partido originário do “novo sindicalismo”. No entanto, analisando historicamente, as palavras de Francisco Palomanes Martinho traduz muito bem o mecanismo de construção de identidade que nega o passado. Diz o historiador que mesmo fazendo “tanta oposição às marcas do passado, [...] elas se fazem presentes a despeito de nossas vontades.”⁴⁶ O chamado “novo sindicalismo” teve suas raízes nas antigas tradições e numa cultura política criada no considerado “velho sindicalismo”, ou seja, na estrutura do sindicalismo corporativista, controlada por trabalhistas e comunistas. Portanto, “velhos” comportamentos poderiam estar presentes no que se considerava “novo”. A própria ideia de vanguarda, responsável por dizer aos trabalhadores como se comportar de maneira correta, tão criticada, muitas vezes foi manifestada. De qualquer forma, era assim que os partidários do PT queriam apresentá-lo: um autêntico partido de operários, compatível com os novos tempos de luta.

Para os partidários do PT, o que não combinava com a nova conjuntura era o “populismo” de Brizola, “velho” e “ultrapassado”. Nesse sentido, o sucesso da candidatura

⁴⁵ *Em Tempo*. São Paulo, 10 a 16 de janeiro de 1980, nº 96, p. 6.

⁴⁶ MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil...* op.cit.

do político trabalhista para o cargo executivo do Rio de Janeiro pareceu-lhes incompreensível. Indubitavelmente, a explicação para o fato nem esbarrava na representatividade dos anseios populares que a figura de Brizola poderia ter conquistado. As razões só poderiam ser outras: as críticas contundentes do PDT ao elitismo do governador do estado Chagas Freitas, que possuía boas relações com os militares; a pouca agressividade do PT em apresentar suas propostas e, por fim, o antigo estilo “populista” de Brizola, treinado para manipular as massas. *Em Tempo* avalia os ganhos eleitorais crescentes de Brizola:

“Sem dúvida, a performance de Brizola nos programas de televisão, aparecendo como oposição ao chaguismo surtiu um grande efeito. [...] O crescimento de Brizola no Rio vem atestar a profunda rejeição da população fluminense à farsa representada pelo PMDB chaguista.”⁴⁷

Segundo motivo:

“Para a candidatura Brizola crescer junto aos trabalhadores e setores populares, contribuiu a pequena agressividade política da campanha do Partido dos Trabalhadores. Agressividade no sentido do PT ir para as ruas e apresentar a sua proposta como ocorreu durante a vinda de Lula ao Rio em 30 de setembro.”⁴⁸

Terceiro motivo e o mais significativo:

“O velho espírito populista é recuperado quando apresenta-se como tendo ‘origem nas camadas mais humildes do nosso povo’ e que a solução dos problemas mais sentidos pelo povo serão resolvidos pela confiança (e votos) que este povo deposite num governo que atenda, que realize. Neste sentido, Brizola colabora para despolitizar o debate, para desacreditar os partidos políticos e seus programas. Este discurso atrasado de Brizola conseguiu disputar com Sandra Cavalcanti (do PTB) e tirar-lhe muitos votos. [...] Atesta, também, a pequena experiência de organização dos trabalhadores e do povo no estado. Pois, é a partir desta base social que vão se formando as correntes de opinião em torno dos candidatos. O apelo populista de Brizola teve audiência porque, dado este nível de consciência, não encontrou um combate político à altura do PT.”⁴⁹

⁴⁷ *Em Tempo*. São Paulo, 14 a 27 de outubro de 1982, nº 160, p. 6 e 28 de outubro a 10 de novembro de 1982, nº 161, p. 6.

⁴⁸ *Em Tempo*. São Paulo, 14 a 27 de outubro de 1982, nº 160, p. 6.

⁴⁹ *Em Tempo*. São Paulo, 28 de outubro a 10 de novembro de 1982, nº 161, p. 6.

Segundo o texto, o crescimento da candidatura de Brizola se justificaria pelo seu caráter “populista” e sua atuação demagoga apenas teria surtido efeito numa população pouco conscientizada como a do Rio de Janeiro, onde a experiência de organização política seria insuficiente para avaliar as propostas apresentadas pelos candidatos. Visto isso, seria preciso não só combater a ditadura e o chaguismo, mas também o PDT e mostrar para a população carioca as diferenças entre este partido e o PT; diferenças que seriam muitas e fáceis de se perceber. Eis algumas:

“O PDT e Brizola a todo momento reivindicam a herança de Getúlio Vargas. O PT não só rejeita esta herança como condena a ditadura de Vargas que criou o sindicato atrelado e o populismo que o manteve. O PT lembra que antes de 64 o trabalhador também era explorado e que o populismo quer os trabalhadores como massa de manobra para ajudar a manter os privilégios das elites dominantes. O PDT no Rio procura inserção no movimento operário e popular e o que consegue é atrair notórios pelegos [...]. No PT não há pelegos. O PT reúne, inclusive entre seus candidatos, o que tem de melhor no sindicalismo combativo. [...] Enfim, o PDT quer apoio popular para chegar ao governo e realizar as exigências dos empresários. O PT quer chegar ao governo para ter mais um instrumento que aumente a organização e a força dos trabalhadores na luta pelo fim da ditadura e por uma sociedade sem exploradores e explorados.”⁵⁰

Esse exercício de comparação fazia parte da estratégia do PT de *instruir* os trabalhadores no “verdadeiro” e “único” caminho para sua emancipação. Todas as outras opções eram vistas como “erradas” ou “incompatíveis” com os interesses da classe trabalhadora. O papel do PT, portanto, era conscientizá-la, cabendo ao partido auxiliá-la “na rejeição do populismo revivido e no assumir do único projeto válido para elas: a sua constituição em força autônoma, organizada e independente dos patrões.”

Nos discursos de campanha de Brizola para as eleições de 1982, a tradição trabalhista foi revivida, trazendo temas como os direitos do trabalhador e o nacionalismo crítico da atuação do capital externo no Brasil. Mas também o trabalhismo da década de 1980, revestido de brizolismo, enfatizou a importância da democracia, posta em segundo plano nos anos 1960, e a construção de um socialismo brasileiro. A elaboração de uma memória pelo brizolismo foi capaz de mobilizar significativa parte da população carioca, o que garantiu sua eleição para o posto de governador do Rio de Janeiro.

⁵⁰ *Em Tempo*. São Paulo, 14 a 27 de outubro de 1982, nº 160, p. 6.

Diante da vitória eleitoral de Brizola, *Em Tempo* esforçou-se para explicar o fenômeno. Subestimava o verdadeiro alcance da campanha brizolista entre grupos populares, minimizava o impacto dos seus discursos e propostas, não considerava a identificação que se teceu, de certa forma, entre a cultura política do trabalhismo, resgatada e reformada por Brizola, e as demandas de setores populares, que se viram representados. Para a “nova esquerda” de *Em Tempo*, os resultados das eleições poderiam estar vinculados aos métodos antidemocráticos ainda existentes:

“Tantos anos de ditadura militar austera, sem eleições para governador marcaram tanto a vida política do país que mesmo este pleito de 82 parece satisfazer as aspirações democráticas dos partidos burgueses. Os elogios a Figueiredo encobrem as necessárias denúncias às regras ditatoriais: voto vinculado – golpe para assegurar ‘vitórias’; limitada liberdade de organização partidária; a permanência de 1/3 do senado biônico; a lei falcão e tantos outros ingredientes que fizeram das eleições de 82 algo distante mesmo das regras eleitorais democrático-burguesas.”⁵¹

Por outro lado, reconheceu o significado da eleição de Brizola num contexto ainda de ditadura: o voto na oposição. Dessa vez *Em Tempo* descreveu o eleitorado como “uma população que deu voto a Brizola acreditando em mudanças e num Brizola radical, no mínimo num ‘cabra macho’, raçudo”. Sempre desconfiando das intenções do candidato eleito, deixando dúvidas no ar: “Ilusão? Aguardemos.” Mas talvez o maior responsável por esse resultado, segundo as publicações de *Em Tempo*, poderia ter sido o próprio PT. Brizola era considerado pelos partidários do jornal um representante da oposição, mas da “oposição burguesa” e o PT não teria esclarecido isso à população e não foi combativo como deveria. Analisando o fato:

“O PT deixou passar o discurso e as práticas populistas sem dar o necessário combate. Ora confundindo que combater o populismo de Brizola era desviar eixo de luta contra a ditadura e o chaguismo, ora não criticando-o por considerá-lo oposição de fato. É claro que Brizola representa uma oposição burguesa distinta do PMDB, mas é claro também que Brizola não representa os interesses reais dos trabalhadores. E mesmo quando isto ficou mais claro, pela ocasião do apoio de Brizola ao programa dos empresários fluminenses, o PT aproveitou pouco a oportunidade de diferenciar-se e de combater as ilusões que passa o engenheiro Leonel.”

⁵¹ *Em Tempo*. São Paulo, 2 a 15 de dezembro de 1982, nº 163, p. 8.

Num contexto em que se anunciava o “fim da Era Vargas”, a ascensão política de Leonel Brizola era vista por setores da “nova esquerda” como um retorno funesto do varguismo, que precisava a todo custo ser impedido. Para os pregadores do “novo”, era difícil lidar com o “velho”, mesmo que este tentasse aparentar ser mais jovem. Em vários momentos, acreditou-se na morte do trabalhismo em 1964, mas o passado parecia invadir o presente, mostrando ainda ter fôlego suficiente para sobreviver aos novos tempos.

CAPÍTULO 3

Memórias em *Movimento*: a trajetória do trabalhismo contada pelo “jornal dos jornalistas” sob hegemonia do PCdoB

3.1 – Origem e proposta

A qualidade de alternativo é dado a algo que se desenvolve e atua às margens de grupos ou tendências dominantes. Os jornais classificados como alternativos assumiam duplamente esse caráter: serviam como opção a jornalistas que não encontravam espaços na grande imprensa para suas ideias e questionamentos; e, ao mesmo tempo, atraíam também políticos e militantes de esquerda que viviam na clandestinidade e, devido a isso, viam nesses periódicos uma forma de expressar legalmente sua luta política. A presença desse último grupo acabava por fazer do jornal um porta-voz de posições político-ideológicas de partidos ou organizações de esquerda; um canal de divulgação de suas estratégias de luta contra a ditadura civil-militar. Nas palavras de Maria Paula Araújo,

“impossibilitados de fazer circular seus órgãos oficiais de divulgação de pensamento, opinião e crítica ao regime, muitos desses partidos e dessas organizações valiam-se de jornais não oficialmente partidários como ‘braços legais’ para expressarem suas posições.”¹

Sendo assim, embora nem todos os seus integrantes fossem militantes, a linha editorial do periódico sofria influência direta ou indiretamente da organização política – ou da frente de organizações – que o integrava. Ademais, sempre quando a organização

¹ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 22.

política que o representava mudava suas concepções políticas, a linha editorial do jornal também sofria modificações. E se a equipe fosse formada por organizações de frentes políticas diferentes, seus editoriais sofriam reflexos das divergências e oscilações políticas internas. Desta forma se constituiu o jornal alternativo *Movimento*, formado por um grupo de jornalistas e militantes de diversas correntes políticas, com destaque para o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em abril de 1975, o jornalista de oposição Raimundo Rodrigues Pereira iniciou uma campanha de arrecadação de recursos para a criação de um jornal, cujo próprio financiamento viesse do conjunto de jornalistas que o compusesse, mas também de outros grupos que quisessem colaborar. Eram três os alvos prioritários da campanha: jornalistas, antigos militantes do movimento estudantil da década de 1960 e deputados da oposição. Ao primeiro grupo, Raimundo Pereira dirigia-se utilizando o discurso da solidariedade, ou seja, tentava estimular a ajuda financeira de jornalistas da grande imprensa aos jornalistas da imprensa alternativa, já que aqueles desfrutavam de um bom salário. Entre os acionistas do segundo grupo, havia aqueles que já estavam com a vida profissional estabilizada e colaboraram com significativa quantia. Por fim, o terceiro grupo era constituído por políticos do MDB e tiveram uma ampla participação na organização do novo jornal.

Raimundo Pereira já havia atuado tanto na grande imprensa quanto na imprensa alternativa. Sua última experiência antes daquela data havia sido o cargo de editor de *Opinião*, que possuía Fernando Gasparian como proprietário e idealizador. Esse jornal alternativo seguia uma linha política bastante sofisticada, tendo em vista que suas matérias e reportagens dirigiam-se a um público intelectualizado. Devido ao fato de *Opinião* ser propriedade de um único dono, Raimundo Pereira questionava o caráter anti-democrático da gestão. Insatisfeito com a postura de Fernando Gasparian de demiti-lo, Raimundo Pereira decidiu pôr em prática a proposta, sempre vetada pelo dono de *Opinião*, de criar um jornal cooperativo, voltado para um público mais popular. Dessa ideia surgiu *Movimento*, em julho de 1975. Na edição de inauguração do jornal, Raimundo Pereira esclarece a intenção de falar aos setores populares da sociedade:

“E que diante da impossibilidade de ser lido ou mesmo comprado, amplamente, por exemplo, pelos trabalhadores sindicalizados, falasse de temas que pudessem

interessar a esses trabalhadores e em linguagem que pudesse ser entendida por eles, quando os artigos, de uma forma ou de outra, chegassem até eles.”²

O nascimento de *Movimento* inseriu-se num contexto pós-milagre econômico, em que o governo de Geisel já anunciava o projeto de distensão política. Naquele momento, vários presos políticos completaram sua pena, saíram da prisão e procuraram se integrar aos jornais alternativos para dar continuidade à militância. A partir daí, o jornal de Raimundo Pereira estabeleceu contatos sigilosos com grupos de ex-presos políticos, militantes que haviam se afastado da proposta de luta armada e, sobretudo, com a cúpula do PCdoB. Portanto, foi apoiado por grupos esquerdistas de diversas tendências: “antigos militantes da Polop, da Dissidência e da Ala Vermelha, que haviam participado do *Amanhã*, remanescente do Colina, da ALN, ex-membros da AP que rejeitaram a fusão com o PCdoB e alguns intelectuais do PC.”³ Também juntou-se ao grupo os estudantes militantes de Belo Horizonte, componentes do Centelha, que mais tarde daria origem ao jornal *Em Tempo*. Logo, *Movimento* reunia trotskistas e stalinistas – uma aliança que não duraria muito tempo.

Definindo-se como uma frente política, em cada sucursal espalhadas pelo país predominava o controle de um grupo político. Por exemplo, em Salvador predominavam os ex-integrantes da AP que não aderiram ao PCdoB. Já na capital mineira destacou-se a atuação do Centelha. Não demorou muito para que essa diversidade política fosse motivo para conflitos internos, principalmente porque a sede em São Paulo era dominada por uma linha política e teórica defendida pelo PCdoB. Os grupos almejavam conquistar um espaço cada vez maior dentro do jornal e, para isso, deveriam superar o controle do partido hegemônico.

O PCdoB nasceu em 1962 a partir de uma cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Portanto, sua origem inseriu-se no contexto internacional pós-XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956. Nesse encontro, os crimes de Stalin foram denunciados pelo líder soviético Nikita Krushev e mudanças na relação com os Estados Unidos foram delineadas, propondo-se uma política de coexistência pacífica entre as duas grandes potências mundiais, amenizando o clima

² *Movimento*. São Paulo, junho de 1975, nº zero. Citado em: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

³ Idem, p.347.

belicoso da Guerra Fria. Essas questões logo se refletiram nos debates travados no Brasil entre os partidários do PCB. De um lado, havia aqueles que apoiavam a postura do PCUS; de outro, os mais ortodoxos que pretendiam manter fortalecido o stalinismo. Esta última corrente foi, aos poucos, perdendo espaço dentro do partido, sobretudo depois da Declaração de março de 1958, que adotou a tese da via pacífica para a revolução brasileira, ou seja, participação no jogo eleitoral e defesa de um conjunto de reformas estruturais. Críticos dessa tese, esse grupo saiu do partido e organizou o PCdoB. A partir daí, iniciou-se uma luta entre PCB e PCdoB pelo legado de “verdadeiro” representante da agremiação fundada em 1922.

O PCdoB enfrentou muitas dificuldades devido à disputa com o PCB, a seu pequeno número de militantes no período anterior ao golpe civil-militar de 1964 e às críticas dos novos grupos de esquerda à tradição política sustentada pelos dois partidos comunistas. Denunciando o PCB e o PCdoB de “esquerda reformista”, esses novos grupos se auto-intitulavam de “esquerda revolucionária”. Passaram a acusar os dois Partidos Comunistas de “imobilismo” por terem sido incapazes de resistir ao golpe. Para eles, a proposta de uma etapa intermediária democrática, nacional e burguesa para atingir a revolução socialista defendida pelos “reformistas” era inconcebível, pois o Brasil necessitava de uma revolução socialista imediata. Os que aderiram à luta armada em fins dos anos 1960 acreditavam que a revolução seria acelerada por meio de guerras de guerrilha, seja urbana ou rural, usando a violência contra o regime ditatorial. Afinal, o argumento do uso da violência pelo oprimido contra o opressor era considerado legítimo naquele contexto.

Todavia, diferente do que muitos afirmam, o PCdoB não escolheu o caminho da luta armada desde o começo. A tese da “guerra popular prolongada” só foi adotada na segunda metade da década de 1960, a partir da aproximação com o maoísmo chinês e da reafirmação da ortodoxia stalinista. Em 1966, essa posição de defesa do uso da violência como forma de luta ficou mais evidente e, em 1972, foi posta em prática através da guerrilha do Araguaia. No entanto, ao contrário do que os militantes esperavam, a população não aderiu e a luta armada contra o Exército fracassou. Na zona urbana, o partido foi duramente perseguido e massacrado pela repressão policial. Depois disso,

abriu-se no interior do debilitado PCdoB uma discussão acerca da experiência do Araguaia.⁴

No contexto de abertura política, a valorização da violência começou a dar lugar às lutas pelas liberdades democráticas. Após a derrota da experiência armada, o conceito de revolução sofreu transformações e as estratégias de militância foram redefinidas. O uso das armas como meio de luta perdeu prestígio entre as esquerdas brasileiras, alimentando uma profunda autocrítica. Os esforços voltaram-se para a conquista de espaços legais para a luta política, rompendo a barreira da clandestinidade. Mas, embora com conteúdo alterado, a polarização entre “reforma” e “revolução” permanecia como centro das discussões. Conforme constatou Maria Paula Araújo,

“a maior parte das organizações dissidentes e independentes continuou centrando fogo no ‘reformismo’ do PCB e do PCdoB e insistindo no conteúdo ‘revolucionário’ da esquerda alternativa, por mais que por questões táticas a conjuntura reorganizasse identidades e conflitos de uma outra forma.”⁵

A organização de *Em Tempo* foi um exemplo de publicação legal de expressão dessas esquerdas “revolucionárias” e alternativas, da qual não participaram nem o PCB e nem o PCdoB. Portanto, suas identidades foram se constituindo a partir da oposição ao “reformismo” dos dois partidos comunistas.

Abandonando a luta armada, a maior parte daqueles que sobreviveram à repressão sentiram a necessidade de engajamento na luta política legal, considerada uma “resistência” à ditadura e uma forma de impedir o processo de institucionalização desse regime. A noção de “resistência” daria a ideia de uma luta heróica e legalizada contra um inimigo mais forte e poderoso. De qualquer forma, a adoção da luta de resistência significava uma autocrítica às ações armadas e a aproximação, por parte desses grupos, de estratégias mais bem aceitas pela sociedade, na medida em que elegia como bandeira a defesa dos Direitos Humanos e das liberdades democráticas. A partir daí, desenhou-se uma outra divisão no campo das esquerdas dissidentes: de um lado, os adeptos da “resistência”; de outro, os críticos a ela, considerando-a uma readaptação do reformismo da esquerda

⁴ Sobre a trajetória do PCdoB, ver: SALES, Rodrigues Jean. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).” In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964....* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit., p. 121.

tradicional. O primeiro, conhecido como Bloco das Liberdades Democráticas, encontravam-se os dois partidos comunistas, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Ação Popular Marxista Leninista (APML) e certas organizações trotskistas, como a Convergência Socialista e a Liberdade e Luta. O outro bloco, composto pela Partido Operário (PO) e pelo Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), focava na luta econômica em detrimento da luta política, pois considerava essa escolha o melhor caminho para a conscientização do trabalhador brasileiro. Entretanto, havia divergências dentro dos próprios blocos, sobretudo no interior do Bloco das Liberdades Democráticas entre as esquerdas “revolucionárias” e as esquerdas “reformistas”.

O PCdoB foi uma das organizações que, na conjuntura de valorização da democracia, abandonou a estratégia da luta armada e optou pelo apoio a uma frente ampla democrática liderada pelo MDB e pela defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte. Sua escolha política não raro apareceu nas páginas de *Movimento*, mas teve que enfrentar vários conflitos internos, além da censura implacável do governo. A coluna semanal chamada *Ensaio Populares* foi duramente criticada pelo grupo mineiro Centelha, que a acusava de incentivar uma aliança com a burguesia nacional. Segundo Kucinski, essa seção era escrita sigilosamente por Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, um ex-dirigente da AP ainda na clandestinidade e adepto das teses do PCdoB.⁶ A partir dessa polêmica, foram se polarizando duas correntes: os partidários do PCdoB, que eram taxados de “nacional-populistas” e os trotskistas. Para esses últimos, as teses defendidas pelos *Ensaio Populares* representavam o retorno às velhas e ultrapassadas concepções do PCB, ou seja, às práticas políticas do pré-1964, desprezando a experiência política desse período da história do Brasil. Com o acirramento da tensão entre os dois grupos, consagrou-se o “racha” em 1977, dando origem ao *Em Tempo*.

Após a ruptura, o número de exemplares de *Movimento* vendidos diminuiu drasticamente, tendo em vista que muitos leitores adotaram *Em Tempo*, sem contar com os outros jornais alternativos regionais que surgiram a partir daí. Esse fator trouxe prejuízos financeiros para *Movimento*, que passou a ser um jornal de uma só tendência. Tentando reverter a situação, Raimundo Pereira argumentou que o isolamento do jornal foi resultado das manobras do regime, o qual, aplicando a censura prévia, fez seus colaboradores se

⁶ KUCINSKI, Bernardo. Op. Cit.

cansarem de ver suas matérias cortadas e, por isso, optaram por trabalhar em outras publicações.

Após o grande “racha” de 1977 e a saída dos dissidentes, a principal proposta defendida por *Movimento* passou a ser a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, tema bastante discutido em *Ensaios Populares*. Dessa forma, o jornal aproximou-se cada vez mais de parlamentares da oposição emedebista, findando seu isolamento institucional. Ao recuperar o prestígio, recebeu recursos financeiros de uma entidade do exterior, atingiu movimentos populares mais afastados de centro e até mesmo nas áreas rurais. Mas o PCdoB, com base em *Movimento*, teve que enfrentar uma ironia do destino: uma grupo de coronéis que outrora participaram do massacre à guerrilha do Araguaia sugeriram ao MDB o lançamento da candidatura do general Euler Bentes Monteiro para a presidência da República. Em torno dela, foi criada, em 1978, a Frente Nacional pela Redemocratização (FNR), recrutando setores do MDB, dissidências militares e civis liberais. *Movimento* engajou-se na FNR, que representava, de certa forma, a vitória de sua proposta de aliança entre diversos grupos sociais na luta pela redemocratização. Essa cobertura fez aumentar bastante as vendas dos exemplares, sobretudo após o fim da censura prévia sofrida pelo periódico.

No entanto, diante do fervilhar do movimento operário nos anos de 1978 e 1979, *Movimento*, a princípio, não compreendeu essa forma de organização social como parte das lutas democráticas. Em suas páginas, as greves operárias apareciam como reivindicações por demandas econômicas, isentas de consciência político-ideológica, e não como organizações políticas que pudessem se equiparar às bandeiras da FNR. Enquanto isso, *Em Tempo* interpretava o movimento operário como “o grande movimento” no combate à ditadura, destacando seu caráter autônomo em relação às antigas tradições de organização sindical. Criticando essa postura, Kucinski afirma que “*Movimento* foi ganhando um perfil estranho, no final de 1979, que misturava populismo com liberalismo no plano político, dogmatismo com sensacionalismo no plano da linguagem.”⁷ Essa afirmação crítica explica-se também pelo fato desse autor ter sido um dos jornalistas dissidentes que migrou para *Em Tempo* na ruptura de 1977. Por outro lado, os integrantes de *Movimento* também utilizavam um vocabulário depreciador para desqualificar o movimento operário,

⁷ Idem, p. 390.

mobilizado em torno das greves do ABC paulista. A princípio, dizia-se até mesmo que a liderança do metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula, impedia os trabalhadores de terem consciência e de se organizarem livremente. Assumindo essas diretrizes, *Movimento* acabou se afastando do centro das mobilizações populares, apesar de ter conquistado um grande prestígio na sociedade como um jornal de oposição à ditadura.

Todavia, após a VII Conferência Nacional, realizada na Albânia em junho de 1979, o PCdoB reviu sua posição e fez uma releitura da realidade, atribuindo uma importância maior às mobilizações dos trabalhadores urbanos e tentando se aproximar desse grupo social. Sem dúvida, essa mudança de linha política pôde ser percebida nas edições de *Movimento* ainda em 1979.

Mas, a partir da lei da anistia, o PCdoB lançou seu jornal legal, a *Tribuna da Luta Operária*, cuja primeira manchete publicada referia-se às greves operárias. Sendo assim, *Movimento* entrou numa crise profunda, pois segundo Kucinski, “*Movimento* não é mais visto pelas bases do PCdoB como seu jornal, e não é aceito por ativistas de outras correntes como não sendo do PCdoB.”⁸ Em meio a essa falta de rumo, Raimundo Pereira, Duarte Pacheco e lideranças do PCdoB decidiram articular a formação de um *partido popular*, à esquerda do MDB, que, para Kucinski, seria uma tentativa de bloquear o Partido dos Trabalhadores (PT), ainda não efetivado, já que o PCdoB via-se como o “verdadeiro e único” partido da classe operária.⁹ Por outro lado, Raimundo Pereira tentava salvar *Movimento*, atraindo o apoio de ativistas políticos bastante conhecidos. Mas a dificuldade financeira assolava cada vez mais a crise do jornal, além das divergências internas na cúpula em torno do balanço sobre a guerrilha do Araguaia e das acusações recíprocas. Enquanto isso, as bases do PCdoB, sentiam-se atraídas pelo Movimento pró-PT. Nas palavras de Maria Paula Araújo, “a total subordinação de *Movimento* às questões políticas internas do PCdoB terminou por inviabilizar o jornal.”¹⁰ Diante da crise profunda, uma convenção nacional de integrantes do jornal aprovou a proposta de Raimundo Pereira de fechar o periódico em novembro de 1981.

⁸ Idem, p.392.

⁹ Idem, p.393.

¹⁰ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit., p. 26.

3.2 – O PTB visto como representante dos interesses da burguesia

Durante o processo de transição, as expectativas das oposições eram muitas. Embora desconfiando das propostas de distensão do governo, faziam a parte que lhes cabia: pressionar para que o ritmo da abertura política fosse acelerado. Cada agremiação, cada organização política, cada movimento social ansiava pela conquista de um espaço nas lutas contra a ditadura militar. Divulgando suas pautas de reivindicação, todos estavam envolvidos no clima por redemocratização, entretanto, cada um, a seu modo, possuía a intenção de recrutar bases, apoios e militantes, tentando assumir o lugar de porta-voz de setores populares da sociedade, *vítimas* da ditadura. Nesse sentido, a disputa não se restringia à exigência do fim do regime de exceção, mas significava também, sobretudo para as esquerdas brasileiras, a afirmação como legítimo grupo de oposição. A busca pela consolidação de uma identidade como esquerda democrática implicou em rivalidades entre as oposições, as quais disputavam entre elas o papel de carro-chefe na luta pelas liberdades democráticas. Defendendo suas propostas e atacando as propostas concorrentes, as competições políticas ocorriam em todas as direções.

Por um lado, as esquerdas consideradas alternativas às esquerdas tradicionais atacavam o PCB e o PCdoB; por outro, todas elas concordavam em acusar uma importante tradição política da história brasileira: o trabalhismo. Assim como foram feitas no jornal *Em Tempo*, as críticas depreciativas à tradição trabalhista também ocuparam as páginas no periódico *Movimento*. Na iminência do governo decretar uma lei pluripartidária, *Movimento* publicou discussões sobre a formação de novos partidos. Na reportagem “O trabalhismo reacionário e o socialismo pueril”, de Adelmo Genro Filho, foram identificados mais de um PTB:

“O PTB da Dona Ivete Vargas é uma proposta velha com roupa velha, o retorno da manipulação sob a capa de um nacionalismo rançoso e ultrapassado. Cabe denunciá-lo. A proposta de Almino Afonso, e talvez de Brizola, é um pouco diferente. Propõe-se utilizar a tradição trabalhista depurando seu legado, para fundar um partido ‘moderno’, ‘democrático’ e ‘atualizado’ para defender os interesses dos ‘assalariados em geral’ e juntamente com os empresários nacionais, reerguer as bandeiras da independência econômica. Exceto os adjetivos, a estratégia é qualitativamente a mesma do velho PTB.”¹¹

¹¹ *Movimento*. São Paulo, 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1979, p. 2.

No trecho acima, o autor presume a existência de, pelo menos, dois PTBs. O primeiro, segundo ele, não deixava dúvidas de que representava o antigo PTB com todo seu conteúdo atrasado, suas práticas manipuladoras e de cooptação da classe trabalhadora, reunindo políticos demagogos, cuja única meta era se eleger para cargos legislativos e executivos. Em contrapartida, descreve o outro PTB utilizando-se dos mesmos termos que seus adeptos. Seria o trabalhismo que se dizia renovado e adaptado aos novos tempos de exaltação dos valores democráticos, além de defensor dos interesses nacionais. No entanto, o artigo conclui que, apesar de tentar transmitir a ideia de um partido modernizado, o segundo PTB não fugia das práticas do passado e, nesse sentido, aproximava-se do PTB de Ivete Vargas. Seu discurso descreveria apenas sua aparência e não sua essência.

Até aquele momento, o PTB não possuía um núcleo definido. Seu maior herdeiro, Leonel Brizola, encontrava-se ainda no exílio, onde tentava esboçar os princípios do “novo PTB”. No entanto, aqui no Brasil também aconteciam debates entre personalidades diversas interessadas na recriação dessa legenda partidária. Políticos de diferentes matizes aderiram a essa ideia, o que acabava provocando tensões e discordâncias entre eles. Discussões comuns para uma conjuntura de transição que se caracteriza por imprecisões. Porém, era também um momento de disputa por espaços no campo da política e, por conta disso, qualquer deslize do concorrente era colocado em evidência. Portanto, aproveitando-se das indefinições dos quadros do PTB, o jornalista Antônio Carlos Queiroz produziu uma reportagem referindo-se a polêmicas em que foram envolvidos integrantes do partido. Segundo ele, “declarações bombásticas, atitudes duvidosas e situações embaraçosas de que são vítimas seus quadros, parecem estar se transformando na marca registrada do PTB.”¹² A começar pelo deputado Magnus Guimarães, que teria sido visto saindo do gabinete do general Golbery do Couto e Silva, levantando suspeitas de que estivesse mancomunado com o governo da ditadura. Para um partido que se dizia de oposição, isso seria inconcebível, ou no mínimo, incompatível.

Outro caso embaraçoso relatado pelo semanário foi a declaração do ex-deputado Lysâneas Maciel – e o jornal faz questão de destacar sua situação de político cassado – na qual se esforçou para convencer que o PTB que defendia não era o mesmo defendido por

¹² *Movimento*. São Paulo, 30 de julho a 5 de agosto de 1979, p. 3.

Magnus Guimarães e nem por Ivete Vargas. Um transtorno ainda maior para os trabalhistas teria sido a declaração do deputado mineiro Genival Tourinho de que Brizola estaria disposto a oferecer a presidência do PTB ao então senador Tancredo Neves. Reagindo ao boato, Lysâneas Maciel desabafou aos jornalistas:

“Se isso acontecesse, ele (Tancredo) entraria por uma porta e eu sairia por outra. Não há nada de pessoal nisto, é que o fosso ideológico que há entre nós impediria a nossa presença num mesmo partido. Se eu quisesse um partido de direita, eu não precisava sair do MDB.”

A reação diante da polêmica também veio de Brizola, ainda no exílio, que afirmou ter nenhum porta-voz no Brasil.

Esses e outros casos contados pela reportagem pareciam ter a intenção de caracterizar o PTB, a ser criado, como uma agremiação confusa, desorganizada e sem rumo. E mostrar que, devido à ausência de consenso entre seus integrantes, os desentendimentos seriam cada vez mais frequentes, condenando-o a ser um partido fraco e sem expressão política.

Numa entrevista com o secretário geral do PCdoB, João Amazonas, o PTB foi novamente alvo de comentários desqualificadores. Na verdade, o que era pra ser somente uma crítica ao Partido dos Trabalhadores (PT) acabou se estendendo para o PTB. Ao ser indagado sobre o assunto, Amazonas confessou que a aspiração dos trabalhadores por um partido próprio era justa e necessária; um partido de classe que não se confundisse com outros grupos sociais. No entanto, mostrou convicção ao afirmar que:

[...] o partido dos trabalhadores – verdadeiramente de classe, verdadeiramente proletário, verdadeiramente socialista – já existe. É o Partido Comunista do Brasil, que sintetiza uma história e uma experiência do movimento operário de cinquenta e sete anos de luta. Sob sua bandeira devem marchar, unidos, todos os explorados e oprimidos de nosso país. Organizar outro partido operário é criar uma força paralela. Além do mais, esse partido, para ser operário no sentido exato do termo, necessitaria, antes de mais nada, ter uma ideologia proletária, científica, e se propor como objetivo a completa emancipação dos trabalhadores. E uma experiência mundial do proletariado. Ora, o partido que se pretende criar, apesar das boas intenções, carece dessa base e se projeta como um partido reformista, um partido de sindicalistas.”¹³

¹³ *Movimento*. São Paulo, 13 a 19 de agosto de 1979, p. 11, 12 e 13.

Essas palavras descrevem claramente a luta do PCdoB pelo título de “verdadeiro” representante dos trabalhadores. Disputando com o PT, a estratégia de Amazonas foi atacá-lo aproximando-o do PTB. Dessa forma, assemelhar-se ao trabalhismo brizolista era considerado algo negativo, prejudicial à classe operária:

“Os métodos de atuação, a orientação quotidiana, os dirigentes políticos poderiam ser diferentes. Mas o sentido de sua atividade e de seus propósitos, do ponto de vista político-social, se equivaleriam. Teriam, no fundo, a mesma função – evitar que a classe operária adquirisse consciência de sua missão histórica, criar obstáculos para que os operários se agrupassem em torno de sua autêntica vanguarda. O PT se projeta como um partido reformista, parecido com o partido de Brizola.”

Já a reportagem de Marcos Gomes questiona a posição do PTB, no que diz respeito a sua pauta econômica, mas, dessa vez, não por manter práticas e discursos do passado. A tônica é justamente o contrário, ou seja, dessa vez *Movimento* critica o abandono do antiimperialismo contundente que caracterizava o PTB na década de 1960. Ao comentar sobre o documento produzido no encontro dos trabalhistas realizado em Lisboa, a chamada Carta de Lisboa, o artigo considera-o confuso por não distinguir muito bem trabalhismo de socialismo. Conforme suas palavras publicadas,

“O documento de Lisboa – se bem que defendia muitas posições a nosso ver justas, há muito abraçadas pela maioria da oposição, como a anistia ampla, geral e irrestrita e a Constituinte – é um documento confuso, porque procura de uma só penada e sem muitas explicações, responder a questões de natureza difícil e complexa: resgatar a tradição histórica do ‘trabalhismo’ na vida política do país, dar atualidade a essa tradição e ligá-la hoje à luta pela construção de uma sociedade socialista ‘fraterna e solidária’ e, ainda, alinhar objetivos programáticos imediatos e de longo prazo – de natureza econômica e política – para a transformação da sociedade brasileira.”¹⁴

Devido ao equívoco identificado pelo autor do texto, o novo PTB seria um partido “artificial”. Além disso, estaria cometendo falhas imperdoáveis para um partido que se queria democrático e nacional, dirigido pelos setores populares da sociedade. Um exemplo seria a questão da presença do capital externo na economia nacional. De acordo com

¹⁴ *Movimento*. São Paulo, 2 de julho a 7 de julho de 1979, p. 9.

Movimento, a Carta de Lisboa refere-se simplesmente a uma regulamentação dessa participação quando deveria tratar a questão com mais senso crítico. Reclama o periódico:

“Não há dúvida que, pela profundidade com que conseguiu penetrar no interior da economia brasileira, o capital estrangeiro está ligado à solução dos mais prementes problemas do nosso povo. Ele é responsável pela transferência anual de enormes excedentes de riquezas para o exterior – sob a forma de pagamentos de lucros, juros de empréstimos, amortização da dívida, subfaturamentos nas exportações, sobrefaturamentos nas importações etc.. É beneficiário direto da política trabalhista e da atuação do aparelho do Estado. E, para enfrentar esse candente problema, basta levantar a bandeira de ‘regulamentação do capital estrangeiro’? Essa formulação pode agradar, talvez, a alguns setores da burguesia brasileira – monopolistas ou não – que, em disputa por faixas de mercado, pretendem exatamente que o capital estrangeiro seja mais ‘regulamentado’. Mas está longe de responder as questões que se colocam de maneira imediata para as forças populares.”

Para *Movimento*, um programa verdadeiramente popular deveria preconizar a nacionalização de todas as empresas estrangeiras, sem exceção, como um passo fundamental na luta por transformações sociais mais avançadas. Mesmo assim, o jornal ainda tenta compreender a escolha do PTB em adotar essa posição mais “prudente” como uma melhor maneira de não desagradar os aliados social-democratas europeus; uma aliança que envolveria não apenas apoio político, mas também econômico. Na conclusão do artigo, a crítica foi ratificada, comparando o PTB discutido no Congresso de Lisboa com o PTB anterior a 1964.

“Os petebistas que se reuniram em Lisboa podem, muito bem, ter suas razões para justificar uma aliança tática com a social-democracia alemã. Mas se o preço dessa aliança for o arrefecimento da luta antiimperialista, reduzindo-a apenas à luta pela ‘regulamentação do capital estrangeiro’ em nosso país, pode-se dizer que o novo PTB, em relação ao seu discutível passado, está dando um decisivo passo para trás. Em relação a esse estratégico problema, não estará defendendo uma proposta nem nacional e nem popular, mas fazendo o jogo da social-democracia.”

Sobre o mesmo assunto, *Movimento* lançou um dossiê chamado “Um mar de lama do entreguismo”, com o intuito de discutir o problema da dependência econômica brasileira. Em um dos artigos publicados, Duarte Pacheco Pereira distinguiu três correntes políticas e analisou a forma como cada uma estava se posicionando diante do problema da

exploração imperialista. Mostrou-se surpreso ao constatar uma contradição. Na sua concepção, a ação imperialista no Brasil se intensificou durante a ditadura militar, mas o combate a ela foi diminuindo progressivamente. A partir dessa afirmação, Duarte Pereira tentou entender, ou no mínimo explicar, o porquê desse posicionamento dos grupos sociais diante do problema. Primeiro, ele destacou as correntes que expressavam o ponto de vista da grande burguesia, cujo posicionamento de não lutar contra o imperialismo seria, para ele, compreensível, já que esses grupos conseguiram tirar proveito dessa situação. Nas suas palavras,

“esta camada dos empresários capitalistas nacionais consolidou sua aliança política e econômica com as empresas estrangeiras, vindo a formar com elas, ao lado dos grandes proprietários de terras, o famoso ‘tripé’ dos que mais se beneficiaram com o desenvolvimento recente. A ela interessa, por conseguinte, difundir a pretendida ‘falência’ do nacionalismo e defender, como único viável, seu modelo ‘interdependente’.”¹⁵

A análise do segundo grupo é a que mais interessa a essa pesquisa. Corresponderia àquelas correntes representativas dos médios e pequenos capitalistas e dos lavradores ricos, que outrora se esforçaram na luta contra o imperialismo, mas naquele momento de transição política, optaram pela moderação. Para Duarte Pacheco, essa opção ainda tem explicação plausível, uma vez que essa parcela da burguesia foi prejudicada com o processo de desenvolvimento do capitalismo. Na reportagem, Leonel Brizola e seus seguidores foram identificados como integrantes do grupo e sua posição política foi descrita com um leve tom de ironia.

“À medida que o desenvolvimento capitalista avança e moderniza o sistema latifundiário, como aconteceu no Brasil no período recente, estas camadas burguesas se debilitam, enquanto as camadas proletárias e semiproletárias se reforçam. Se a isso se acrescenta a falta de uma luta popular vigorosa contra o grande capital estrangeiro e nacional, a vacilação das correntes nacionalistas burguesas se torna inevitável, mesmo que elas procurem apresentar seu recuo como um aparente avanço para posições ‘socialistas democráticas’.”

Diferente de como os trabalhistas se caracterizavam, o artigo não os reconhecia como porta-vozes dos interesses de trabalhadores e populares. Ao contrário, os descrevia

¹⁵ *Movimento*. São Paulo, 23 a 29 de julho de 1979, p. 30 e 31.

como integrantes de uma burguesia em decadência. Portanto, a moderação em relação à exploração imperialista, nesse sentido, também seria compreensível. No entanto, seguindo o raciocínio do jornal, os mais interessados na total independência econômica do Brasil, isto é, os setores populares da sociedade não poderiam, em hipótese alguma, negligenciar esse sério problema que estaria assolando cada vez mais a possibilidade de um desenvolvimento saudável do país. De acordo com *Movimento*, isso estaria ocorrendo devido, principalmente, à propagação de teses equivocadas sobre a revolução socialista brasileira:

“Incompreensível é o desinteresse pela questão nacional demonstrado por algumas correntes populares. Essa negligência, no caso, não corresponde a nenhum interesse objetivo dos operários, dos camponeses pobres e médios, ou dos demais trabalhadores assalariados e autônomos. Na etapa atual de sua luta, os trabalhadores precisam, mais do que qualquer fração burguesa, da completa e verdadeira independência do país. Entre eles, portanto, a desatenção à luta antiimperialista decorre de uma consciência política ainda baixa e da propagação de teses estratégicas e táticas incorretas. Essas teses é que têm levado o movimento popular a assistir, de braços cruzados, os golpes sucessivos contra conquistas antiimperialistas do passado.”

A conjuntura de transição política é um momento de incertezas. Na iminência do restabelecimento do pluripartidarismo, era recorrente, nos periódicos, publicações sobre as correntes políticas em processo de definição. Com o intuito de se inserir nesse contexto, muitos se preocupavam em tentar identificá-las e diferenciá-las, ou no mínimo, separar o joio do trigo e, ao mesmo tempo, afirmar suas próprias crenças políticas diante das outras. José Genuíno – ex-dirigente da UNE e participante da guerrilha do Araguaia – escreveu para *Movimento* um artigo sobre o assunto. Seguindo um raciocínio semelhante ao de Duarte Pacheco Pereira, ele também enumerou três grupos diferentes, mas usando critérios políticos e não econômicos. Enquanto o primeiro dividiu a partir do posicionamento frente à questão da exploração imperialista, o segundo o fez a partir do grau de comprometimento com os ideais democráticos.

Genuíno iniciou sua reflexão inferindo que o MDB encontrava-se em fase terminal e, portanto, era preciso articular um partido que expressasse as demandas das forças democráticas e populares. A partir dessa constatação, definiu o perfil de cada grupo. O primeiro foi denominado de “forças dominantes”, constituído por parcela significativa dos

liberais e elementos ligados à ditadura, que estariam organizando um partido comprometido com o projeto de abertura do governo. Para ele, esse partido “tentaria angariar apoio de parcelas da população menos esclarecida, que utilizaria como elementos de barganha na disputa dos postos do governo.”¹⁶ Portanto, seria um partido incompatível com os valores verdadeiramente democráticos e com os interesses das classe populares.

Os trabalhistas foram incluídos nas “correntes nacional-democratas e revisionistas”, representantes dos interesses da média burguesia e parte da pequena burguesia urbana e de segmentos da classe operária. Na concepção de Genuíno, esse segundo grupo formaria um partido cuja missão seria “limitar a luta democrática e antiimperialista, amortecer a luta de classes e impedir que a classe operária extravase os marcos do capitalismo; em última instância, uma segunda reserva das classes dominantes.” Mais uma vez o trabalhismo foi alvo de críticas seguindo a lógica da manipulação. Definido como uma influência maléfica para os trabalhadores, o trabalhismo, ao pregar a harmonia e a aliança entre classes sociais, estaria ocultando os conflitos, alienando a classe operária e travando o caminho da revolução. Portanto, no fundo, representaria os interesses das classes dominantes.

Por fim, a proposta considerada por ele avançada e de oposição clara ao regime seria aquela formulada por diversas forças populares, democráticas e socialistas. Essas, de fato, poderiam criar um partido “verdadeiramente” popular. Logo, para se avançar politicamente no processo de transição, era necessário apostar nessa última proposta, e não embarcar, sem ressalvas, no MDB. Concluindo, Genuíno atacou, mais uma vez, os trabalhistas interessados em recriar o PTB:

“Defender sem restrições o MDB é esquecer o seu caráter heterogêneo, inconseqüente e o espírito crítico que os oposicionistas mais combativos sempre tiveram em relação a ele (e não só aos adesistas) mesmo atuando dentro dele. Por fim, colocar essa defesa em primeiro plano implica cair na defensiva e deixar setores populares significativos à mercê do reformismo petebista, que se apresenta como uma alternativa à esquerda do MDB e, por não se colocar à altura das exigências do momento, facilitar o fortalecimento de tendências sectárias e estreitas.”

O PTB, por conseguinte, era visto como uma opção nociva às classes populares, visto que, na falta de uma agremiação que os representasse e lhes mostrasse o caminho

¹⁶ *Movimento*. São Paulo, 6 a 12 de agosto de 1979, p. 10.

para a transformação social, elas ficariam fragilizadas e sujeitas a acreditar nos discursos demagogos dos trabalhistas.

Por outro lado, pretendendo se mostrar como um jornal alternativo e também democrático, não raro *Movimento* concedeu espaço para a publicação de artigos demonstrando diferentes concepções políticas, até porque era um jornal que abarcava diversas tendências, fato que várias vezes tornava-se motivo para divergências. Esse foi o caso de um artigo escrito por Moniz Bandeira, um brizolista convicto, e que foi publicado em janeiro de 1979. Ele discute a trajetória política da tradição trabalhista, a aliança com a social-democracia européia e a liderança de Brizola, com a intenção de afirmar como plausível e necessária a proposta de reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro. Um mês após a publicação das análises feitas por Moniz Bandeira, *Movimento* permitiu a exposição da avaliação de um leitor numa seção intitulada “Cartas Abertas”, espaço reservado justamente para a contemplação das opiniões do público. Identificado como Carlos Vieira, residido em Londres, o leitor enviou uma discussão polêmica sobre as declarações de Moniz Bandeira. Logo no início é feito o julgamento e o artigo do petebista é taxado de “deformado” por não compreender, segundo o crítico, o passado e a realidade atuais. Questionando a constatação de Bandeira de que “a classe operária não pode dar mais que o PTB”, Carlos Vieira afirma:

“Eu diria que isso é verdade no plano parlamentar, pois as outras tendências foram postas fora da lei; mas ele ignora o ressurgimento da esquerda sempre que havia liberdade. Um desses períodos de liberdade relativa foi de 50 a 64; nele os comunistas se afirmam como força importante no operariado (apesar de ilegais), a esquerda católica se afirma nas classes médias e no campesinato e Francisco Julião (Partido Socialista) se afirma como líder dos camponeses. A única ação possível em âmbito parlamentar era o apoio ao PTB, para os movimentos populares. Com isto e o abandono progressivo de suas posições conservadoras, o PTB se tornou o partido eleitoral do operariado.”¹⁷

Nesse trecho, o leitor demonstra sua insatisfação acusando Bandeira de ignorar convenientemente a importância da participação de tendências de esquerda na mobilização do movimento operário. Segundo o autor da reclamação, o sucesso eleitoral do PTB só foi possível devido à repressão e à censura sofrida pelas esquerdas, sobretudo comunistas.

¹⁷ *Movimento*. São Paulo, 5 a 11 de fevereiro de 1979, p. 26.

Portanto, seguindo esse raciocínio, os trabalhadores teriam votado nos políticos do PTB por falta de opção institucional e não por escolha própria e identificação com seu programa.

Adiante, Carlos Vieira considerou a declaração de Moniz Bandeira sobre Leonel Brizola um sacrilégio, pois, para ele, afirmar que “Brizola é o grande líder popular no Brasil” significaria desrespeitar o pontapé inicial dado pelo povo brasileiro no sentido de se organizar por conta própria. Na sua concepção, “o povo brasileiro precisa de líderes sim, mas líderes escolhidos em liberdade e pelas suas organizações (associações de bairro, sindicatos, diretórios estudantis, movimentos de classe média, etc.).”

O leitor de *Movimento* terminou sua reclamação pondo em dúvida a postura democrática tanto de Bandeira quanto de Brizola naquele momento de transição política. Num tom desafiador e de protesto, conclui que

“líderes impostos não; falsas análises históricas, não; quebra da unidade da oposição democrática, não. Isto julgo ser o mínimo que qualquer democrata pode aceitar. Se Brizola e Bandeira aceitam isto, maravilhoso, diria que Brizola continua na evolução de antes de 64 e que Bandeira continua como um grande intelectual que muito divulgou a nossa história. Se eles não aceitam (e esta própria dúvida é vista como caluniosa por Bandeira, coisa própria de ‘cretinos’, ‘provincianos’ ou ‘provocadores’) será muito lamentável e uma derrota para a democracia em nosso país.”

3.3 – O trabalhismo “populista” e a prática da manipulação

A partir do momento em que *Movimento* percebeu a importância política do movimento operário naquele contexto de abertura, a questão da autonomia das organizações de trabalhadores passou a ser discutida com mais frequência em suas páginas, assim como as mobilizações operárias passaram a ganhar uma cobertura maior pela equipe do jornal. Nesse debate, referências a um passado de manipulação passaram a ser feitas num exercício de comparação com aquele momento de agitação operária. Ao fazer um balanço sobre as greves de 1978, *Movimento* constata que

“O desenvolvimento do capitalismo dependente e associado ao capital monopolista internacional não só tornou a classe operária mais numerosa, como a submeteu a duras experiências e a levou a profunda reflexão. Hoje é manifesta a aspiração do movimento operário a uma participação independente da manipulação, seja de cunho nacional-reformista ou populista-varguista, seja de tipo social-democrata, estando empenhada na busca de sua própria representação político-ideológica.”¹⁸

Esse trecho da reportagem associa a prática da manipulação à proposta “nacional-reformista” também chamada de “populista-varguista”, isto é, a famosa teoria do populismo aparecendo nas páginas de *Movimento*. Seria uma prática política própria da tradição trabalhista e totalmente prejudicial à classe trabalhadora, que naquele momento ansiava por liberdade em relação à estrutura sindical controlada pelo Estado – uma invenção de Getúlio Vargas, mantida e alimentada por políticos e governos populistas até 1964. No entanto, a avaliação crítica não pára por aí. O artigo destaca que o populismo, com suas artimanhas, era capaz de manipular, ocultar, esconder, enganar, o que o regime civil-militar não soube fazer. Portanto, todas as mazelas sociais teriam sido descobertas depois da retirada do manto populista e os trabalhadores brasileiros puderam enxergar a exploração que sofriam, graças à incapacidade da ditadura de acobertá-la. Vale a pena reproduzir essa passagem:

“Aquilo que a habilidade do populismo varguista lhe ocultara, isto é, que a estrutura sindical vigente era instrumento a serviço do capital e não dos trabalhadores, a ditadura militar se encarregou de mostrar-lhe à sociedade. Pois, se o populismo sempre conferira (e pretende conferir de novo) numa certa flexibilidade aos sindicatos para que a estrutura sindical não perdesse a credibilidade e permitisse o controle da classe operária, o regime militar não podia imitá-lo. Expressão do capital monopolista e de seus aliados, sua função foi viabilizar a intensificação da exploração da força de trabalho e a rápida acumulação capitalista.”

Na avaliação acima, *Movimento* demonstra incômodo ao se referir à atuação das práticas consideradas populistas, que, de acordo com a reportagem, ainda possuem fôlego para interferir nas organizações sindicais, mantendo-as como instrumento de controle do operariado.

¹⁸ *Movimento*. São Paulo, 9 a 15 de abril de 1979, p. 10.

Em jornais alternativos e de esquerda, era recorrente a sinalização de que o populismo ainda rondava a política brasileira; uma constatação preocupante para aqueles que o consideravam uma tradição a ser superada. Constantemente, debatia-se sobre a prática e o conceito de populismo nas páginas de *Movimento*. Escrito pelo jornalista e militante do PCdoB Clóvis Moura, o artigo intitulado “O populismo no Brasil: inconsistente?” resgatou as reflexões publicadas em um livro do autor argentino Ernesto Laclau, cujo objetivo era discutir três questões referentes à história da América Latina: saber se houve feudalismo, o aparecimento do fascismo e a atuação do populismo. Segundo *Movimento*, era essencial compreendê-las para se executar uma política revolucionária no continente. Em relação à terceira, Clóvis Moura destacou a importância do debate para aquele contexto de redemocratização. Para ele, “questionar o populismo numa hora em que ele volta a se manifestar a todo vapor em nosso cenário político não é uma questão escolástica, mas também – e sobretudo – prática.”¹⁹

O jornalista enfatizou a afirmação de Laclau de que o getulismo se constituía em um “movimento pendular”, com uma linguagem dúbia, adaptada à situação de cada crise. O argentino dizia também que, no caso brasileiro, as bases sociais a que se dirigia o discurso populista eram insuficientes para assegurar o poder político, o que ficara explícito na deposição de Getúlio Vargas em 1945 e seu suicídio em 1954, resultado de uma grave crise política, e na queda de João Goulart em 1964.

Essas ideias de Laclau foram levantadas por *Movimento*, sobretudo, objetivando atentar para a problemática do retorno do populismo naquele momento. O artigo foi finalizado com o seguinte alerta:

“Naturalmente, esse é um dos diversos ângulos pelos quais pode ser examinada a volta do populismo no Brasil e, apesar das dúvidas que se possa levantar sobre as formulações teóricas de Laclau, devemos nos cuidar para não cair novamente naquilo que se chama de ‘política pendular’, com alternâncias de ascenso populista e de épocas de repressão fascista.”

Em outro artigo, o periódico aconselha os trabalhadores no sentido de se esquivar das amarras do ainda vivo populismo, traduzido em mecanismos manipulatórios e até

¹⁹ *Movimento*. São Paulo, 6 a 12 de agosto de 1979, p. 21.

mesmo institucionalizados, como seria o caso da CLT, um instrumento criado por Getúlio Vargas para domesticar os trabalhadores e que insistia em existir. Em suas palavras,

“se é que o ressurgente movimento sindical pretende construir um sindicalismo verdadeiramente autônomo, terá de mobilizar as forças e os meios necessários para demolir a CLT, esse monumento de manipulação e atrelamento das massas trabalhadoras em favor das classes dominantes que, há quase meio século, desafia, com uma hábil mistura de força e paternalismo, a persistência e o engenho da classe operária.”²⁰

As discussões sobre a CLT inseriram-se no contexto em que o governo anunciou uma reforma em seu conteúdo. Ao dar voz a Alberto Goldman, vice-líder do MDB de Brasília, este deputado não hesitou em atacar a criação de Getúlio Vargas e a pretensão do regime militar em reformulá-la:

“A ‘nova CLT’ não é nova, é a velha legislação fascista. Nós, do MDB, não devemos propor outra CLT, mas sim um conjunto de normas básicas, a partir da discussão ampla entre os trabalhadores, que estabeleça o respeito à plena autonomia sindical.”²¹

Utilizando um vocabulário contundente, o deputado emedebista acusou a CLT de ser inadequada para os novos tempos e desrespeitosa em relação ao desejo dos trabalhadores de se organizarem livremente. Fruto de uma política autoritária e, portanto, fascista.

Havia a preocupação de não somente chamar a atenção para a ameaça de retorno do populismo, como também para o fato de que não existia, naquele momento, um ambiente propício para isso. Portanto, seria algo inviável, principalmente para o intelectual Octávio Ianni, o qual publicara, em 1968, a tese de que o populismo havia entrado em colapso a partir do golpe de 1964.²² Sua obra tornou-se referência rapidamente entre aqueles que construíram uma visão crítica acerca do período republicano que foi findado com o

²⁰ *Movimento*. São Paulo, 7 a 13 de maio de 1979, p. 16.

²¹ *Movimento*. São Paulo, 16 a 22 de junho de 1979, p. 23.

²² IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

golpe.²³ De acordo com a definição presente em sua tese, o populismo fora um fenômeno político surgido durante o processo de desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira, que propunha uma conciliação entre as classes sociais. Esse acordo entre burguesia e proletariado seria controlado pelo primeiro; enquanto o segundo, isento de experiência de luta, era vítima de manobras políticas, impedindo-o de reivindicar interesses que condiziam com sua situação de classe explorada. Além disso, o quadro era agravado quando aqueles responsáveis pela conscientização dos trabalhadores – esquerdas socialistas e comunistas, sobretudo membros do PCB – isolavam-se do problema, ou até mesmo se deixava levar pelo discurso populista. De qualquer forma, os mentores da ditadura chegaram com outra proposta de desenvolvimento que não comportava as ideias e práticas populistas. Para Ianni, a crise dos anos 1960 minou as bases do populismo, que não teve mais forças para se sustentar. O modelo de desenvolvimento passara a ser fascista e dependente, abrindo espaço para a estagnação econômica e política, e o acordo entre classes fora rompido, criando condições para o despontar da luta de classes e da revolução socialista no Brasil.

Segundo Daniel Aarão, a tese acadêmica de Octavio Ianni exprimiu a cultura política de organizações de esquerda, surgidas a partir da década de 1960, que se autoproclamavam *revolucionários* e taxavam os integrantes do PTB e do PCB de *populistas e reformistas*. Pensavam que, diante do crescimento da selvageria capitalista patrocinado pela ditadura, restava apenas o enfrentamento, traduzindo-se, não raro, em luta armada. Todavia, as previsões não se concretizaram: a economia cresceu e se modernizou; a ditadura não se isolou e a proposta de enfrentamento não angariou apoio da sociedade. Ademais, o sindicalismo corporativista, próprio do populismo, permaneceu vivo e lideranças trabalhistas logo voltaram a atuar, quando o clima de abertura apontara no horizonte nos anos de 1970. Para quem já havia assinado o atestado de óbito do “populismo”, teria que rever suas teses e conceitos e repensar o novo contexto.

Incomodado com a situação, Octavio Ianni escreveu para a seção “Opinião” de *Movimento*. O título do artigo já expressa seu questionamento: “O populismo no tempo dos monopólios?” e logo abaixo, ele mesmo responde: “25 anos após a morte do líder populista

²³ Sobre a análise crítica da tese de Octavio Ianni, ver: AARÃO, Daniel. “O colapso do colapso do populismo.” In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Getúlio Vargas, a ideologia de conciliação da burguesia com a classe operária só poderá renascer como uma farsa.”²⁴ Ianni continuava afirmando que o populismo acabara, mas que se ressurgisse, ofereceria um perigo muito maior para a sociedade do que no período anterior de sua existência: “Se renascer, revelará muito mais abertamente o seu caráter de proposta política burguesa, visando orientar ou manipular a força política das classes assalariadas, em especial dos operários da cidade e do campo.” Para endossar sua opinião, retomou sua tese, analisando de forma breve a origem e a trajetória do “populismo”, bem como suas principais características.

De acordo com o escrito por Ianni em *Movimento*, Vargas teria criado a política trabalhista nos anos de 1930 e 1940 com o intuito de orientar ou manipular o operariado em formação e, ao mesmo tempo, reprimir ou suprimir as forças operárias já organizadas, como anarquistas, socialistas e comunistas. Já em 1931, anunciando que “o sindicato era o verdadeiro partido dos trabalhadores”, Vargas estava expondo a primeira proposta do trabalhismo populista, ou seja,

“aceitação e legitimação do sindicato pelo governo; incorporação do sindicalismo ao aparelho estatal burguês; institucionalização do peleguismo; rejeição dos partidos, movimentos políticos e sindicatos de esquerda, tanto os que se encontravam organizados como os que poderiam organizar-se futuramente.”

Em épocas de Estado Novo, o binômio repressão-manipulação seria um elemento fundamental para o sucesso do trabalhismo populista de Vargas. Enquanto isso, o segundo elemento, estaria se engendrando: o pacto entre classes sociais, favorável ao desenvolvimento da economia capitalista nacional. No período pós-ditadura Vargas, um ingrediente novo foi criado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reunindo burgueses e trabalhistas para dar continuidade ao processo de manipulação da classe operária. No entanto, durante os anos de 1950 e 1960, ocorreu uma grande entrada de capital monopolista no Brasil, concedendo à grande burguesia força suficiente para quebrar esse pacto populista e limitando seriamente a classe operária. Fora aí que a ideia de golpe começara a se articular. Mas, para Ianni, a ruptura com as instituições democráticas não foi apenas resultado da força e da astúcia dos golpistas. A inércia do governo populista de João Goulart e de outros integrantes do populismo teria contribuído muito para a vitória do

²⁴ *Movimento*. São Paulo, 27 de agosto a 2 de setembro de 1979, p. 11.

golpe, pois temeram armar as classes populares que estavam dispostas a reagir. Equipá-las com armas estaria contrariando um dos princípios do populismo, ou seja, impedir a independência delas. Nessa interpretação da história, o trabalhismo foi culpado pelo acontecimento de 31 de março de 1964. Mais um estigma reservado para essa tradição política, condenada pelo negativo conceito de populismo. Nas palavras de Octavio Ianni,

“O presidente João Goulart, principal figura do trabalhismo, não se havia organizado para resistir ao golpe: não sabia o que estava para ocorrer, dizia-se. E os outros elementos do populismo também não puderam oferecer resistência. Aos grupos de operários, camponeses e outras categorias sociais que pediram armas para resistir ao golpe, nada responderam; ou disseram que não; que o povo não saberia usá-las; que poderia usá-las de forma inadequada, fora de controle, independente. A burguesia que havia se beneficiado do populismo não estava interessada em arriscar uma luta que poderia transformar-se em revolução popular. Não queria um governo de base popular, muito menos de base operária. Aceitou o golpe de Estado. Golpe providencial para certos setores do bloco populista, que estavam aflitos com o ascenso popular e operário no processo político brasileiro. [...] Populismo sim. Mas nada de operários e camponeses com força política, o que os tornariam classes sociais com poder de barganha e decisão. Isso não.”

Nesse trecho, a crítica ao trabalhismo beira as margens do implacável. Não satisfeito em culpá-lo pelo golpe devido a sua ineficiência em evitar a crise, Ianni ainda afirmou que, para os “populistas”, o golpe foi providencial. Ora, a palavra providencial denota “a sabedoria divina que rege todas as coisas”. De acordo com essa concepção, seria o golpe um fato sublime, proveniente dos céus? Seria o golpe o salvador dos interesses do populismo em crise? No mínimo, providencial também significa, no dicionário, “acontecimento feliz”. Portanto, o uso dessa expressão pode sugerir que Ianni acreditava que os trabalhistas populistas sentiram-se aliviados com o golpe, pois servira de freio para as crescentes pressões populares, como se fosse preferível para eles perder a direção do governo a admitir uma revolução popular.

Se em sua tese desenvolvida no livro *O colapso do populismo no Brasil* Octavio Ianni não menciona nada referente a ações livres e conscientes da classe operária, no artigo de *Movimento*, publicado em 1979, ele já admitiu que os operários não se submeteram totalmente, que apresentaram propostas e reivindicações, mas que foram ignorados pelos populistas. Talvez o crescimento dos movimentos e greves de trabalhadores naquele contexto de redemocratização tenha colaborado para a revisão na sua interpretação. E,

falando dessa conjuntura, Ianni tentou esboçar justificativas para a sua primeira declaração no artigo. Além do fato de que o caráter burguês do populismo se mostraria muito mais evidente, o autor da coluna no jornal afirma que as condições políticas, econômicas e sociais são outras, bem diferentes das existentes antes de 1964. Primeiro porque

“Em 1930-64 havia uma espécie de crise de hegemonia, que propiciou um pacto de classes sociais. Desde 1964 encerrou-se a época populista. O golpe de 1964 inicia a época do predomínio econômico e político da grande burguesia monopolista. Isso significa que desenvolveram condições econômicas e políticas mais delineadas, em termos das diferenças e antagonismos de classes. Modificaram-se as condições de relacionamento entre classes, principalmente a burguesia e o operariado.”

A segunda razão destacada por Ianni seria resultado do afastamento entre burguesia e operariado, o que fez agravar os problemas sociais das classes exploradas. Além de ser mais numerosa e diversificada, a classe trabalhadora, segundo o artigo,

“é mais experiente em termos políticos. Sofreu e sofre, muito mais, as políticas da ditadura do capital monopolista. Repolitizou-se, sob a pressão e a brutalidade das políticas da ditadura. Tem sido superexplorada, por meio do arrocho salarial, intervencionismo sindical, lei antigreve, repressão política, manipulação de estatísticas por tecnocratas do aparelho estatal.”

Diante das mobilizações grevistas durante os anos de 1978 e 1979, Octavio Ianni concluiu que, finalmente, a classe operária entendeu toda essa história; compreendeu e conseguiu identificar os seus problemas e os da sociedade; aprendeu a reagir à exploração e a lutar pelas suas demandas. Nessa conjuntura descrita por Ianni, o populismo não poderia ter vez.

O artigo publicado em *Movimento* pelo jornalista e historiador Ricardo Maranhão desenvolve ideias semelhantes as de Octavio Ianni, mas o seu foco é o ataque ao PTB. De acordo com sua análise, o PTB nascera com o objetivo de manter o controle dos trabalhadores num momento pós-ditadura do Estado Novo. Nos primeiros anos – entre 1947 e 1949 – o PTB não teria conseguido se infiltrar no seio da classe operária devido à legalidade do PCB, que liderara o movimento operário. Ademais, os trabalhadores identificaram-no com o “peleguismo” do ministério do Trabalho durante a ditadura Vargas. Entretanto, com o retorno de Vargas à presidência em 1951 e, particularmente, com o

aumento de 100% do salário mínimo, o PTB ganhara prestígio entre os operários. E esse crescimento do partido foi endossado ainda mais com o “controle do jogo de clientela e favores do Ministério do Trabalho (que Jango ocupou durante algum tempo).”²⁵ Assim como Ianni, Maranhão também destacou o trabalhismo como uma política de aliança entre classes antagônicas, sob a direção do setor burguês, pouco interessado nos interesses históricos da classe operária. E ainda acrescentou que essa contradição era aparentemente confortável para o PTB, mas efetivamente perigosa a médio prazo. Para Maranhão, com a intensificação da pressão dos movimentos populares nos primeiros anos da década de 1960, a contradição veio a tona. Em suas palavras,

“As forças populares, em 1963, começavam a ultrapassar os limites que a direção petebista traçara ao fazer aliança com as lideranças operárias. Perdendo o controle, a direção do PTB foi incapaz de se articular para enfrentar o golpe que a direita, no início de 1964, preparava publicamente. A burguesia do PTB preferiu entregar o poder e dar um assalto na organização das massas, que poderiam rapidamente ultrapassá-la.”

À constatação de Ianni de que os movimentos populares pediram armas para resistir mas não foram atendidos por “elementos do populismo” por receio de que levassem a cabo uma revolução Ricardo Maranhão acrescentou a seguinte explicação sobre as razões do golpe:

“A responsabilidade efetiva pelo golpe nas forças populares foi, é óbvio, da direita vitoriosa, respaldada naquele momento pela ‘santa aliança’ de todos os setores proprietários. Mas o desmantelamento da força dos trabalhadores e seus sindicatos, e a longa noite que se instaurou sobre a vida dos trabalhadores brasileiros, que não conseguiram resistir organizadamente a tais golpes, se explica também pelos limites à plena autonomia operária que o PTB ajudou a impor.”

Mais uma vez, o trabalhismo foi identificado com a burguesia e não com os trabalhadores. Portanto, conforme essa interpretação, seria uma corrente política que falava em nome dos explorados, porém, na prática, pretendia manter os privilégios dos exploradores. O intelectual Jacob Gorender também não hesitou em culpar o trabalhismo de Brizola, caracterizado por ele de radicalismo burguês, pelo golpe de 1964. Para ele, o

²⁵ *Movimento*. São Paulo, 27 de agosto a 2 de setembro de 1979, p. 11.

“estilo caudilhesco de liderança” exercido por Brizola teria exercido efeitos negativos sobre a unidade das forças populares, pois estaria ligado ao PTB e, por conseguinte, inserido no esquema de forças convencionais. Apenas tardiamente, em outubro de 1963, é que ele resolvera organizar o Grupo dos Onze, como uma forma de mobilização popular. No entanto, Gorender duvida da efetividade dessa iniciativa. Afirma ironicamente que “o que fizeram na hora da verdade, ninguém sabe, ninguém viu.”²⁶ Para desqualificar ainda mais a atuação de Leonel Brizola – ou a falta dela – diante do golpe de 1964, o artigo destaca uma certa falta de coragem para reagir e, novamente aparece a ideia de que o povo estaria disposto a lutar. Referindo-se ao depoimento do líder trabalhista sobre o fato, Gorender diz que Brizola

“afirmou que sua presença no Rio de Janeiro talvez tivesse impedido o golpe. Dispensamo-nos de contestar, do ponto de vista teórico, essa visão egocêntrica da história. Basta perguntar: que faria o atual líder do PDT no Rio que não pudesse ter feito em Porto Alegre? Meneghetti havia fugido para Passo Fundo e, com o apoio da população sublevada e de várias guarnições militares, teria sido possível instalar um governo alternativo na capital do Estado. Mas Brizola se comportou como os generais, almirantes e brigadeiros nacionalistas, que não agiram porque precisavam legitimar-se com uma ordem de Goulart (nenhum deles teve a audácia do general adversário Olympio Mourão Filho). A inação equivaleu a capitulação, a rendição sem luta.”

Seguindo a mesma lógica de desmerecer o trabalhismo, *Movimento* publicou as opiniões do jornalista Carlos Azevedo sobre as propostas do “novo PTB” de resgatar tradição trabalhista. Baseando-se em conceitos marxistas, ele desenvolve seu artigo, cuja ideia principal é questionar o discurso de trabalhistas que afirmam ser o socialismo a sua principal meta. Segundo ele, “para se caminhar para o verdadeiro socialismo não se pode dispensar a ‘ortodoxia marxista’, isto é, a teoria científica do socialismo”.²⁷

Referindo-se à proposta trabalhista de atrair populares e marginalizados de todos os tipos, Azevedo resgata a premissa marxista de que os únicos capazes de levar a cabo uma revolução socialista é o operariado consciente. Nesse sentido, recrutar populares de outra natureza para esse papel seria incoerente e impraticável. Nas suas palavras,

²⁶ *Movimento*. São Paulo, 23 a 29 de março de 1981, p. 14 e 15.

²⁷ *Movimento*. São Paulo, 10 a 16 de setembro de 1979, p. 5.

“De fato, os camponeses sem terra e com pouca terra, as marginalizados das cidades, que vieram do campo e engrossam o enorme exército industrial de reserva do capitalismo dependente, tem um potencial revolucionário a realizar-se. Mas o fato de serem os mais miseráveis não significa que sejam os mais revolucionários, que tenham uma posição de vanguarda. O que torna uma determinada classe mais ou menos revolucionária, em determinado momento histórico, não é o seu grau de miserabilidade, mas o papel objetivo que ocupa no processo produtivo. Por isso, não é um mero dogma da ‘ortodoxia marxista’ dizer que a classe operária é a única que tem interesse objetivo no socialismo e bate-se consequentemente por ele. A razão, todos sabem, mas nem sempre é lembrada, é que a classe operária é a única que produz socialmente. Isto é, que está inserida num processo produtivo já socializado e onde apenas a apropriação do fruto do seu trabalho é individual.”

Após citar esse trecho, Azevedo dá continuidade ao seu argumento dizendo que apostar em outros grupos, que não os operários, para encabeçarem um processo de mudança rumo ao socialismo é utópico, pois eles comporiam uma parcela da sociedade nomeada pelo marxismo de *lupem proletariado*, termo criado para descrever aqueles que seriam facilmente manipulados por discursos persuasivos de lideranças treinadas para serem oportunistas. Sua intenção é acusar os trabalhistas de se aproveitarem da “inocência e ignorância” desses grupos marginalizados para conseguirem votos; portanto, estariam longe de serem socialistas verdadeiros. Para ele, a primeira prioridade dos socialistas deveria ser a mobilização, a organização e a educação socialista da classe operária, porque se esta, por sua vez, conseguir se libertar, libertaria todas as outras. Mais ilusório ainda seria querer atingir o socialismo juntando numa mesma agremiação camadas baixas da sociedade e elite – crítica recorrente feita ao trabalhismo por setores de esquerda. Reagindo à suposta declaração de Brizola no Congresso de Lisboa em que ele afirmou que o PTB seria “como uma Arca de Noé, onde cabe tudo”, Azevedo afirmou que:

“Em alguns meios intelectuais renasce uma antiga ilusão. A de se formar um grande partido de massas, com um programa vagamente popular, de fronteiras tão amplas quanto imprecisas e cuja base eleitoral, evidentemente, seja formada pelos marginalizados da cidade, mas que também agasalhe operários e empresários, assalariados rurais, camponeses e médios latifundiários.”

A concepção de que o PTB representava os interesses da burguesia se repete a todo momento nas publicações de *Movimento*. O objetivo de desqualificar a proposta trabalhista de recriar um novo partido está relacionado justamente com o momento de disputa de

espaços políticos por parte dos grupos de esquerda. Desbancar uma legenda de tradição popular seria um grande passo para a conquista de prestígio entre as classes baixas, em especial os trabalhadores. Para fundamentar seu discurso, o autor da reportagem resgata na história elementos que comprovem o caráter burguês do PTB, bem como sua predisposição, desde sua origem, em manipular trabalhadores e populares. Alerta nas páginas de *Movimento*:

“Não esquecer que no passado o trabalhismo e o PTB foram instrumentos políticos utilizados pela burguesia nacional para conquistar espaço para seu desenvolvimento num país dominado pelo imperialismo e pela oligarquia agrária, num momento histórico delicado, em que a classe operária e as massas populares urbanas ascendiam ao cenário político.”

A partir daí, começa a debater sobre o momento do nascimento do trabalhismo dizendo que seu objetivo era mesmo amortecer a luta de classe, impedir a organização independente da classe operária e criar condições para manipulá-la em favor dos interesses da burguesia nacional, em conjunto com o imperialismo e a elite latifundiária. Ainda reproduz uma suposta declaração de Getúlio Vargas, caracterizado, ironicamente por ele, de “arguto”, em que o inventor do trabalhismo teria reclamado da “injustificável desconfiança dos empresários na colaboração das organizações sindicais”, já que ele o teria criado justamente para favorecê-los. Depois disso, Carlos Azevedo reserva grande espaço no artigo para citar outras declarações de Vargas para provar sua “condenável” posição de abominar a luta de classes. Por exemplo, a que ele teria dito que “o Estado não quer, nem reconhece a luta de classes” ou outra em que ele afirmou: “sempre tive em vista, ao resolver o problema das relações de trabalho e do capital, unir, harmonizar e fortalecer todos os elementos dessas duas poderosas forças do progresso social.”

O ano de 1945 também foi lembrado por Azevedo, mas esquecendo de acontecimentos marcantes daquele momento. De acordo com ele,

“Em 1945, no fim do Estado Novo, as massas operárias e populares demonstravam, como agora, uma grande disposição de participação política e tendiam a aproximar-se do Partido Comunista do Brasil, o partido que resistira heroicamente à ditadura. Vargas criou, então, o PTB. E como era sensível aos novos ventos que sopravam, defini-o como ‘a arma política do proletariado’. Isto é, a arma política que ele preferia que o proletariado empunhasse.”

Não há, em momento algum do artigo, menção ao movimento queremista, que teve grande expressão e repercussão na política brasileira nesse contexto e demonstrou quanto prestígio o trabalhismo conseguiu adquirir entre os trabalhadores desde sua formação. Além disso, ignorou o fato de que esse movimento popular também recebeu apoio do PCB. Seguindo seu raciocínio, ele afirma que, de início, o PTB não obtivera sucesso com a classe trabalhadora, mas conseguira penetrar nos sindicatos porque se aproveitou do ministério do Trabalho como fonte do poder e da estrutura sindical atrelada ao Estado. Ainda teria sido beneficiado pela ilegalidade do PCB. Defendendo esse ponto de vista, Carlos Azevedo pretende mostrar que o PTB não possuía capacidade alguma de conquistar a classe operária com promessas reais. Para ele, apenas usando de oportunismo era que o PTB conseguia, de alguma forma, se infiltrar nos meios operários. Os métodos do PTB para conseguir votos foram listados pelo jornalista:

“Todos os recursos foram usados para afastar os dirigentes sindicais representativos da classe operária e para substituí-los por uma burocracia pelega e corrompida. Os setores mais combativos das massas operárias, porque eram considerados contaminados pelo vírus da luta de classe, foram sistematicamente desestimulados de participar das entidades sindicais. Estas tiveram acentuada sua atuação assistencial e paternalista, o que atraiu aos sindicatos outros segmentos de trabalhadores, menos conscientes, recém-chegados do campo e mais dóceis à manipulação paternalista e populista. Entre eles o trabalhismo construiu sua base eleitoral.”

Acrescenta ainda que o PTB, como qualquer outro partido burguês, participava de composições esdrúxulas, visando sempre aos seus próprios interesses e, quando chegava ao poder, fazia a política dos poderosos, com pequenas concessões aos trabalhadores, só para mantê-los alienados. A crítica foi ainda mais contundente quando Azevedo afirma com tanta certeza que, com relação a crimes de corrupção, o PTB não perdia para o PSD e para o ademarismo. Para ele, era o mínimo que se podia esperar de um partido que possuía grandes fazendeiros como principais líderes: Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola.

Devido a todos esses problemas, Carlos Azevedo duvida que o PTB pudesse vingar naqueles tempos de redemocratização, pois os trabalhistas já não possuíam mais a máquina do governo a seu favor – fator necessário para sustentar uma política de manipulação. Ele

tenta convencer o leitor de *Movimento* da inviabilidade do “novo PTB” diagnosticando a situação político-social daquele momento:

“A média burguesia está debilitada. E o que é pior: está distante do poder. O que coloca outro problema: como chegar às massas trabalhadoras, sem ter o controle do ministério do Trabalho e sem poder manipular a legislação sindical para facilitar a penetração de seus membros nos sindicatos, como ocorreu no passado. Ainda mais que se nota na classe operária uma acentuada sensibilidade contra qualquer tentativa de se repetir a manipulação anterior.”

O programa defendido pelo PTB também foi duramente criticado por Plínio Mello, jornalista contribuinte de *Movimento*, que, mais tarde, ingressou no PT. Ao examinar as propostas dos novos partidos que estavam sendo configurados, Plínio já expõe, no título, sua principal questão: “Eles disputam massas ou clientelas?” Como integrante do grupo que se considerava uma “nova esquerda”, ele seleciona não só o PTB como alvo, mas também o PCB, dois partidos tradicionais considerados ultrapassados.

Segundo sua análise, tanto o PTB quanto o PT possuem manifestos identificados com as aspirações das camadas populares da sociedade brasileira. Porém, se por um lado ele confia na disposição do PT de não fazer do povo uma “massa de manobra”, por outro, ele mostra desconfiança com relação à proposta do PTB:

“Com o PTB, porém, ocorre uma circunstância que, se não desvirtua seus propósitos, pelo menos deixa sérias dúvidas sobre a sinceridade com que se apresenta: é o caráter caudilhesco de suas lideranças, tanto nacional como estaduais, o que implica negar validade ao preconizado respeito à democracia interna de suas decisões coletivas.”²⁸

De uma forma ou de outra, o passado do PTB é resgatado negativamente pelos seus críticos. Plínio Mello declara que mesmo com a redemocratização em 1945, nem o PCB, nem o PTB representava devidamente a maioria dos trabalhadores, a despeito de suas pretensões. O primeiro porque “não passava de uma elite da classe operária, falando em seu nome, mas sem maior participação democráticas de suas camadas mais profundas, cujas aspirações eram ignoradas, e nem sequer tomavam parte de suas decisões.” Já o segundo “era integrado por ‘pelegos’ sindicais, cujos cordéis eram manipulados por

²⁸ *Movimento*. São Paulo, 18 a 24 de fevereiro de 1980, p. 6.

burocratas do Ministério do Trabalho e financiados pelo Instituto da Previdência Social, quando não de conhecidos aventureiros cevados à sombra do Estado Novo.” Portanto, para o jornalista, parecia óbvio que não foram e nem poderiam ser, no contexto de redemocratização, “verdadeiros partidos do proletariado, devidamente identificados com seus interesses e aspirações, de modo a lhe assegurar a representatividade política.”

Movimento também se preocupou em dar voz aos próprios trabalhadores sindicalistas com o intuito de validar os discursos defendidos. Sempre tentando mostra-se democrático na divulgação de ideias, o jornal entrevistou sete sindicalistas com perguntas acerca do debate em torno da reorganização partidária. Curioso observar que apenas um deles era adepto do PTB; os restantes optaram pelo PMDB ou pelo PT, destacando suas críticas ao trabalhismo. Todos eles tentaram justificar sua escolha, dizendo também os motivos da rejeição dos outros partidos.

O primeiro sindicalista, Affonso Delellis, explicou por que escolhera o PMDB e, logo depois, como via o PT e o PTB. De acordo com sua declaração, a nova geração de dirigentes sindicais deveria lutar para eliminar a “estrutura sindical fascista” e, além disso, antes de se criar um partido, a classe trabalhadora deveria fortalecer seu alicerce, ou seja, um sindicalismo forte e independente. No entanto, em sua opinião, o PT estaria se moldando sobre uma base falsa, isto é, um sindicalismo atrelado ao Estado. E, a partir daí, ele já introduziu o ataque ao PTB, dizendo que, nesse sentido, o PT “seria apenas um PTB melhorado.”²⁹ Aproximando os dois partidos, Delellis diz que as razões que o levaram a não ingressar do PTB seriam semelhantes àquelas que o fizeram não optar pelo PT. E em relação aos trabalhistas, ele ainda foi mais longe. Afirmou que “da forma como foi lançada, a proposta do PTB é uma tentativa saudosista de ressuscitar cadáveres, desligada da análise do que aconteceu nesses 16 anos de ditadura.”

Fernando Veloso, o segundo sindicalista, não mediu palavras para afirmar, sem dúvida alguma, que o PTB estaria trazendo de volta o paternalismo de Getúlio, que atrasou muito o desenvolvimento da classe operária. O terceiro, chamado Enilson de Moura, também se remeteu ao passado para falar do PTB. Expôs sua opinião declarando que não havia passado pela cabeça dele ir para o PTB, já que a memória que ele guardava desse partido era de que agregava, quase sempre, “inimigos dos trabalhadores.” Ambos

²⁹ *Movimento*. São Paulo, 24 a 30 de março de 1980, p. 4 e 5.

pertenciam ao PMDB. Já Clóvis de Castro e José Pedro eram sindicalistas do PT, mas, assim como os demais, citaram o passado como prova de que o PTB não fora uma boa experiência política para o trabalhador; por conseguinte, seria arriscado aderir a essa legenda num momento em que os trabalhadores estariam reivindicando sua autonomia. O primeiro depôs que “desde moleque já ouvia falar do PTB e de Vargas, e do populismo, de consequências muito nocivas para o nosso povo; faço voto para que jamais se retorne ao populismo, que tanto mal causou ao país.” E o outro também deu um depoimento semelhante:

“Desde criança ouvi falar nesse partido. Nesse também o povão não tinha meios de exercer influência. E, no fundo, o PTB não conseguiu promover nenhuma transformação importante para a classe trabalhadora. No Paraná, por exemplo, onde vivi e trabalhei, eram do PTB grandes fazendeiros que exploravam os trabalhadores. E hoje, o PTB renasce com as mesmas características, e suas direções não refletem a participação dos trabalhadores.”

Apenas um sindicalista, Dante Pellacani, selecionado por *Movimento* para a entrevista, havia optado pelo PTB. E, adepto do PMDB, José Vieira, também entrevistado, nem sequer comentou sobre a proposta do PTB. Para o leitor, a reportagem sugere que a maioria dos sindicalistas possuía uma visão crítica sobre o PTB e, portanto, optaram por outros partidos.

A grande mobilização sindicalista, intensificada nos anos finais da década de 1970, suscitava discussões sobre a estrutura sindical existente desde o governo Vargas implantado depois da Revolução de 1930. *Movimento* publicou, na seção “Opinião,” um debate sobre a importância da intersindical do Rio de Janeiro redigido por Jorge Ramos – presidente da Associação dos Atores do Rio de Janeiro, militante dos sindicatos dos radialistas do Rio e membro do PT. A intersindical era uma aglutinação de entidades sindicais que se reuniam para discutir os problemas do movimento sindical, bem como trocar experiências entre elas. Ao destacar a importância dessa associação, José Ramos procurou esclarecer as dificuldades as quais tinha que enfrentar. Segundo ele, tais dificuldades estariam diretamente relacionadas à estrutura sindical corporativista, criada e fortalecida pelo governo Vargas, com o objetivo de:

“organizar corporativamente os trabalhadores sob sua sombra, protegê-los assistencialmente, domesticá-los contra o comunismo e utilizá-los como apoio popular ao seu poder caudilhista. Por isso, era necessário que as cúpulas sindicais estivessem moldadas ao pacto social em vigor e fossem capazes de neutralizar arranhões ao populismo de Vargas, controlando rigorosamente o movimento.”³⁰

Continuando sua reflexão, ele inferiu que, embora a sociedade brasileira tivesse sofrido transformações econômicas, nada havia mudado na essência dessa estrutura sindical descrita. Os sindicatos haviam sido atrelados ao Estado para desenvolver uma política institucional imposta sempre pelas classes dominantes. E seria esse tipo estrutura que acomodaria os grupos políticos defensores dos pactos sociais, isto é, os trabalhistas, que, conforme afirma, seriam

“segmentos cujos discursos pelos oprimidos se esvazia numa prática de aliança com os opressores, cujo objetivo principal é a sua hegemonia no controle do movimento para evitar que as massas trabalhadoras se conscientizem, participem, mobilizem e se encorajem no desdobramento de suas lutas. Evitar que essas lutas venham desmistificar as concepções reformistas de conciliação com os exploradores; que essas lutas venham a varrer as falsas lideranças e afirmar as autênticas.”

O maior herdeiro dessa corrente tão criticada por *Movimento* estava retornando do exílio ao Brasil. O jornalista Antônio Carlos Queiroz fez a cobertura do momento e relatou com desdém a sua postura mais moderada em relação ao governo, insinuando mesmo a aproximação dele com a ditadura. Além disso, minimizou a reação da população de Porto Alegre em relação a sua chegada ao país. Declarou que Leonel Brizola,

“recebido por menos de mil pessoas quando de sua chegada na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná – evitou Porto Alegre para afastar a ideia de qualquer ‘triumfalismo’, disse – e por cerca de 3 mil pessoas em São Borja; segundo a maioria dos jornalistas Brizola não chegou sequer a afastar a possibilidade de cancelar o compromisso de uma grande manifestação pública em Porto Alegre na próxima quinta-feira, dia 13, fato que está causando preocupações em toda a ala esquerda trabalhista. Corria o rumor de que o governo o havia pressionado para cancelar o comício.”³¹

³⁰ *Movimento*. São Paulo, 18 a 24 de agosto de 1980, p. 4.

³¹ *Movimento*. São Paulo, 10 a 16 de setembro de 1979, p. 3.

E, para finalizar suas opiniões sobre o líder trabalhista, Queiroz afirma que, se Brizola queria evitar “triunfalismos”, era esse também o clima de Porto Alegre em relação a sua chegada, nesses dias anteriores ao que seria “o grande comício do outrora incendiário líder: não há grandes pichações e o clima é de expectativa passiva.” Isso porque, de acordo com ele, a recepção de Brizola teria refletido a cautela de sua posição simpática diante de alguns gestos do governo.

Logo na página seguinte, *Movimento* publicou uma reportagem sobre a chegada de Miguel Arraes escrita por Raimundo Rodrigues Pereira. O tom das palavras usadas foi exatamente o contrário daquelas do artigo anterior sobre Brizola. Para subestimar ainda mais a importância da chegada do trabalhista, *Movimento* o comparou, a todo momento, com as atitudes de Arraes por ocasião de sua chegada em Recife. Esse sim seria um líder admirável. Em um trecho, Rodrigues Pereira fez a seguinte comparação:

“E enquanto em Porto Alegre há um clima de apatia e expectativa distante em relação ao comício de Brizola, em Recife, desde a semana passada o clima de agitação política já era bem intenso, com comícios-relâmpagos nos principais pontos da cidade e, nos terminais de ônibus e carros de som em campanha pela cidade tocando músicas alusivas à chegada.”³²

Na mesma página, abaixo da reportagem sobre Miguel Arraes, *Movimento* publicou uma mini-biografia do líder pernambucano, escrita pelo jornalista Eurico Andrade. Sob o título “Um antiimperialista convicto”, contou-se a trajetória política de Arraes com triunfo, destacando suas lutas contra o latifúndio e o imperialismo. Depois de tantas publicações associando Brizola aos interesses das elites e questionando seu discurso moderado após seu retorno, parece que a intenção de *Movimento* foi, de fato, diferenciá-lo de Arraes para destacar as características negativas e prejudiciais do líder trabalhista para o contexto de redemocratização.

Seja pelo seu suposto caráter manipulador, corrupto, oportunista, populista; seja pela defesa da aliança entre classes, o que, para seus críticos, impedia os explorados de reivindicarem suas reais demandas, o trabalhismo era considerado uma experiência histórica desvantajosa para os trabalhadores e, por isso, não deveria se repetir. Sendo assim, o projeto de criação o “novo PTB”, proposto por Leonel Brizola, tornava-se alvo

³² *Movimento*. São Paulo, 10 a 16 de setembro de 1979, p. 4.

privilegiado de grupos de esquerda, empenhados em desbancar seu rival na luta pela hegemonia no campo das esquerdas e pelo título de porta-voz dos movimentos populares.

CAPÍTULO 4

A voz do PCB: *Voz da Unidade*, Leonel Brizola e as eleições de 1982

4.1 – O PCB e a redemocratização

Apesar do processo de perda de espaço no movimento sindical e no campo das esquerdas durante a ditadura civil-militar, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) participou ativamente do processo de redemocratização política nas décadas de 1970 e 1980, mesmo permanecendo na ilegalidade até 1985. Embora vivendo uma crise interna e um processo de divisão de seus quadros partidários, “as propostas do PCB para a redemocratização brasileira se tornaram majoritárias no campo opositor e foram finalmente vitoriosas.”¹ Alvo de críticas dos demais grupos de esquerdas, o PCB era considerado parte de um passado superado historicamente, juntamente com o trabalhismo. Os comunistas do PCB foram acusados pelas esquerdas auto-intituladas de “revolucionárias” de “reformistas”, responsáveis pela vitória fácil do golpe civil-militar, devido a sua política de subordinação com setores da burguesia e com o “populismo”. Portanto, assim como o PTB sofria ataques das esquerdas, o PCB também era lembrado como um partido do passado, ou melhor, ultrapassado, e que por ter cometido erros irreparáveis não possuía condições de representar os setores populares da sociedade brasileira naquele momento de retorno da democracia.

Se, por um lado, os pecebistas sofreram críticas semelhantes às sofridas pelos trabalhistas; por outro, também assumiu uma posição de afastamento deles. Durante os

¹ SILVA, Fabrício Pereira da. “Utopia dividida. A crise do PCB (1979-1992)”. In: *Revista de História*, nº 158, 2008, p. 219.

anos compreendidos entre o fim do Estado Novo e o golpe de 1964, PCB e PTB tiveram alguns momentos de aproximação política, sobretudo a partir de meados dos anos 1950. Porém, nos anos de 1980, a realidade foi outra. Prova disso foram as eleições estaduais realizadas em 1982, no Rio de Janeiro, em que o PCB optou em não apoiar o candidato trabalhista e sim um de seus opositores, Miro Teixeira, candidato do PMDB.

Como porta voz oficial do PCB, o semanário *Voz da Unidade* divulgou as escolhas políticas feitas pelo partido durante o processo de transição para o regime democrático, a maneira como a organização partidária interpretou os problemas do momento, bem como as soluções propostas. O último jornal do PCB foi editado em São Paulo entre 1980 e 1991, no Brasil e no exterior, circulando num momento em que o partido passava por acentuada crise de política, crescente desde a década de 1960. Nas páginas do jornal, também aparecem argumentos, opiniões e manifestos que expressam a participação dos pecebistas na disputa pelo título de único representante legítimo da classe operária e detentores da “verdade” nas estratégias de luta contra a ditadura. Portanto, a rivalidade com o trabalhismo de Brizola, expresso nesse momento pelo PDT, está presente em seus escritos. Mas antes de analisar esses discursos publicados em *Voz da Unidade*, é importante resgatar a história do PCB, em especial a partir dos anos 1960, para se entender o processo de configuração desse clima de crise, críticas e divisão.

Principalmente nos primeiros anos da década de 1960, o PCB estava vivendo um momento de grande proximidade com o movimento sindical, participando das lutas políticas e intensificando as relações com os movimentos nacionalistas e militantes do PTB. Por outro lado, as tensões e debates internos intensificaram-se entre ortodoxos e reformistas, após a denúncia dos crimes de Stalin feita por Nikita Khruchchev durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956. Somado a isso, a Declaração de março de 1958 mudara a orientação do partido, acirrando ainda mais os desentendimentos. O documento sistematizava a concepção da revolução brasileira em duas etapas: a primeira seria a democrático-nacionalista e a segunda, a socialista. Além disso, definia o engajamento na luta por reformas estruturais (as reformas de base) e a via pacífica para a revolução. A polêmica se acentuava: de um lado, o grupo mais moderado destacando a aliança com a burguesia nacional; de outro, os mais radicais condenando esse tipo de pacto.

Durante as décadas de 1960 e 1970, surgiram muitas organizações de esquerda dissidentes e independentes, defendendo cada uma delas concepções variadas sobre a política brasileira. No entanto, todas elas compartilhavam uma posição de questionamento às diretrizes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O chamado “Partidão” era acusado justamente por defender uma política chamada de reformista e de aliança com setores da burguesia nacionalista, considerada pelas outras esquerdas como grave engano. Principalmente os setores que aderiram à luta armada lamentavam o imobilismo e a passividade do PCB diante do golpe de 1964, resultado de sua subordinação ao “populismo” janguista. Os dirigentes do PCdoB, partido que resultou da dissidência do PCB em 1962, não questionavam a etapa democrático-burguesa defendida pelo PCB, porém, atacava a forma como estava sendo direcionada. De acordo com o PCdoB, a tática para alcançar essa etapa deveria ser a luta armada, e não a política de alianças com João Goulart.

Fazendo um balanço da história do PCB, o período compreendido entre 1945 e 1964 foi marcado por uma grande atuação do partido na política brasileira, em geral, e no movimento operário, em particular, atingindo o auge na década de 1960. No entanto, com o golpe de 1964, os pecebistas perderam o espaço que haviam conquistado na política brasileira, mesmo na ilegalidade. Retornaram à situação de profunda clandestinidade. O PCB nunca mais seria o mesmo.

Durante a ditadura, o PCB manteve sua linha de atuação política de defender a aliança entre liberais e esquerda em uma frente política, longe do radicalismo das esquerdas armadas. Com relação à sua tese de aliança com a burguesia nacional como forma de barrar o imperialismo, teve que reformulá-la, já que o golpe representara “a opção da burguesia brasileira em completar o processo de modernização do país por via reacionária.”² Repensando suas teses, o PCB passou a defender os valores democráticos por eles mesmos, e não apenas como um caminho para se chegar ao socialismo. E já no fim da década de 1970, conforme afirma Maria Alice Carvalho, a subordinação da democracia à questão nacional perdeu a razão de ser, e a luta pelas liberdades democráticas passou a ser o centro das reivindicações comunistas, destacando a via eleitoral como a

² CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Breve história do ‘comunismo democrático’ no Brasil.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO, Daniel. *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 273.

mais eficaz contra a ditadura militar.³ Sendo assim, o PCB aderiu à estratégia de frente ampla contra o regime, reforçando o MDB e optando por estratégias políticas negociadas.

Porém, ao mesmo tempo em que apostava na frente política, no jogo eleitoral e nos valores democráticos, o PCB afundava numa crise. Para Fabrício Pereira da Silva, naquele novo contexto marcado pela redemocratização, as chances de sucesso seriam maiores para organizações partidárias adaptadas à conjuntura, isto é, que contemplassem características mais democráticas, desburocratizadas e plurais em seus quadros. O autor sugere que, baseando-se nessa premissa, a crise do PCB tenha com causa principal a persistência de práticas burocráticas e antidemocráticas no seu interior, incompatibilizando-o com a sociedade que pretendia transformar. Outra sugestão seria a posição subordinada no processo de transição negociada a que se sujeitou o PCB, permitindo a predominância de interesses elitistas e conservadores. Opondo-se a esse tipo de transição, o Partido dos Trabalhadores (PT) teria assumido o lugar de força hegemônica dentro das esquerdas e do movimento sindical. Por fim, a terceira sugestão de Fabrício da Silva aponta para a crise no mundo socialista como um todo, no período final da Guerra Fria.⁴

No que se refere às tensões entre posições antagônicas dentro do partido, destacou-se as críticas feitas por Luis Carlos Prestes e seus seguidores à estratégia de negociação para o processo de abertura do regime. Para eles, era preciso resgatar o caráter revolucionário do partido, a fim de se adotar uma postura de enfrentamento aberto em relação ao governo da ditadura. O impasse entre Prestes e o resto da direção foi finalizado da mesma forma como, via de regra, era feito em caso de discordâncias: afastamento, que nesse caso, foi de Prestes. O grupo que dominou o Comitê Central manteve a política de apoio ao MDB e, depois, ao PMDB e controlou o partido até decidir extingui-lo em 1992.

O medo de um retrocesso contribuía para que os pecebistas evitassem o enfrentamento direto, sendo vistos por outros grupos de esquerda como bastante “reformistas”, mais do que nunca em sua trajetória. Ao mesmo tempo, o PCB perdia progressivamente espaço entre os setores da esquerda brasileira, sobretudo para o PT, que rejeitava qualquer tipo de diálogo com o governo. “O PCB criticava o pretenso ‘radicalismo’ e ‘voluntarismo’ do ‘novo sindicalismo’, enquanto este associava os

³ Idem.

⁴ SILVA, Fabrício Pereira da. *Op. cit.*

pecebistas ao sindicalismo pré-1964, para eles ‘pelego’ e ‘reformista’.⁵ Era um adversário forte, que crescia cada vez mais e ameaçava o projeto pecebista no processo de redemocratização.

O PT parecia ser o rival mais forte, mas a disputa vinha de todos os lados. Foi naquele contexto que surgiu o jornal *Voz da Unidade*, fruto da iniciativa, dentre outros de David Capistrano Filho, Marco Aurélio Nogueira e Gildo Marçal Brandão, em São Paulo, e Luiz Mário Gazzaneo e Ivan Ribeiro, no Rio de Janeiro.⁶ Esse periódico tornou-se o principal órgão pecebista de divulgação da “via de transição” à esquerda, visando a construir um partido democrático e de massas. O PCB pretendia construir uma nova proposta política para a sociedade e reconquistar o prestígio perdido. O objetivo era tornar o partido um instrumento ideológico na luta pelo poder. Portanto, deveria criar discursos que pudessem lhe conceder um lugar na disputa pelo *status* de “verdadeiro” representante da classe operária na luta contra a ditadura. Tratava-se, na verdade, de mais um grupo político esforçando-se para se destacar no conjunto das esquerdas, questionando a atuação dos demais, inclusive dos trabalhistas.

Para o PCB, a crítica ao passado trabalhista era uma questão delicada, já que desse passado, tão discutido, os pecebistas também fizeram parte. No entanto, como atesta João Trajano Sento-Sé, as relações do PCB com o PTB em geral e com Brizola, em particular, não eram fáceis. Comunistas e trabalhistas, sobretudo nos anos 1940 e 1950, disputavam a hegemonia nos movimentos sindicalistas e de trabalhadores urbanos. Somente entre o final da década de 1950 e o golpe de 1964 é que houve uma progressiva aproximação efetiva entre as duas correntes políticas. Mesmo assim, ainda era complexa essa relação, tendo em vista que Brizola crescia politicamente com discursos agressivos, concorrendo, inclusive, com os próprios comunistas. Enquanto isso, a direção do PCB afirmava uma postura mais moderada na luta contra a exploração imperialista e pela emancipação nacional.⁷

Nos anos de 1970, mais precisamente a partir da segunda metade, a centralidade do discurso do PCB deixou de ser a questão nacional e passou a ser, de fato, a questão democrática. Para Sento-Sé, a reformulação na linha política do PCB acirrou ainda mais a animosidade entre esse partido e o brizolismo, tendo em vista que a maior crítica feita pelo

⁵ Idem, p. 225.

⁶ Idem.

⁷ SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

pecebistas ao passado dos trabalhistas era que estes últimos teriam radicalizado o clima político durante o governo Jango, o que teria provocado o golpe da direita. Sendo assim, para os comunistas do PCB, Leonel Brizola e o “novo PTB” representariam uma ameaça ao processo de redemocratização.

Curioso observar que, por um lado, as esquerdas chamadas de “novas”, como vimos anteriormente, atacavam Brizola e o projeto de retorno do trabalhismo devido a sua herança “populista” e getulista, tradição avaliada como prejudicial à classe trabalhadora e, portanto, algo a ser superado. Além disso, o discurso mais moderado de Brizola pós-exílio também foi frequentemente alvo de críticas desses setores das esquerdas, que desconfiavam de sua postura diante do governo militar durante o processo de transição. Por *Em Tempo* e *Movimento* o trabalhismo fora responsabilizado pelo golpe, pois, por ser considerado ideologia mancomunada com a burguesia, teria preferido entregar o poder aos conservadores a permitir o radicalismo dos setores populares. Por outro lado, o PCB o rejeitava por ter sido radical demais nos anos de 1960, estimulando a conspiração dos golpistas. Moderado ou radical demais, Brizola e o trabalhismo defendido por ele estavam sendo repudiados por diversos setores das esquerdas brasileiras. Ficava evidente, portanto, que a imagem do trabalhismo e de seu principal herdeiro construída durante o momento de abertura política nas décadas de 1970 e 1980 por setores políticos ligados a teses e projetos de esquerda não era nem um pouco positiva. E mais: curiosamente se assemelhavam a imagens construídas pelos próprios conservadores, muitos ainda ligados ao governo militar. Nas palavras de Sento-Sé,

“Assim como os militares da linha dura, os comunistas tendiam a considerar a movimentação encampada por Brizola, no pré-64, um dos fatores decisivos para a precipitação do golpe. Assim como os militares que lideraram o golpe e algum dos setores civis que o apoiaram, as lideranças do novo sindicalismo viam nele o espectro do legado varguista que deveria ser sepultado. É evidente que tal avaliação limita-se apenas à construção da *persona* política de Brizola. Escusado dizer que tal coincidência está longe de significar qualquer espécie de proximidade entre as motivações e projetos políticos de um grupo (o PCB, o novo sindicalismo e a Igreja progressista) e o outro (militares golpistas, linha-duras e setores civis conservadores). Vale notar que a publicização reiterada das perspectivas sobre Brizola assumidas pelas novas, ou antigas, forças democráticas do período da transição reforçavam, e reforçaram, ao longo de todo o período posterior, o caráter

polêmico da figura do ex-governador gaúcho, sugerindo todos os tipos de reservas ao seu projeto.”⁸

Os atritos entre o trabalhismo de Brizola, já expresso pelo PDT, e o PCB ficaram explícitos durante as campanhas para as eleições que iriam ser realizadas em 1982. Brizola candidatou-se para o cargo de governador do Rio de Janeiro, disputando com Sandra Cavalcanti (PTB), Moreira Franco (PDS), Lysâneas Maciel (PT) e Miro Teixeira (PMDB). O PCB optou por apoiar esse último e, portanto, ingressou na campanha do PMDB. Como jornal oficial do PCB, *Voz da Unidade* foi utilizado como propagador da ideia. A seguir, as publicações sobre a proposta política do PCB para a redemocratização e sua postura diante das eleições de 1982 serão analisadas, com enfoque para as reportagens e os artigos referente à rivalidade com Leonel Brizola.

4.2 – *Voz da Unidade* e a proposta de Frente Democrática

O momento de distensão política e crise da ditadura era favorável para o retorno dos pecebistas à arena política; um partido que, desde sua fundação, atravessou períodos complicados devido à sua constante condição de excluído formalmente. Portanto, seus membros interpretaram o avanço da democracia na década de 1980 como um momento propício para o seu fortalecimento, já que acreditavam ser o socialismo o único caminho para a resolução dos problemas do país.

No entanto, para participar do processo legal de redemocratização, era necessário primeiro ser legalizado. Para isso, o PCB tentou vestir uma roupagem de partido da ordem, esforçando-se para se desvincular da imagem de partido armado, guerrilheiro. Apesar da adoção do caráter moderado já havia alguns anos, os estigmas de sectários e desordeiros acabavam se estendendo aos seus integrantes devido à ação das dissidências que aderiram à luta armada. Para a elite ligada à ditadura, não havia distinção entre as organizações comunistas; qualquer uma delas era sinônimo de subversão e conflito. Nesse sentido, o PCB queria se apresentar com novo perfil: deixar para trás, de uma vez por todas, a

⁸ Idem, p. 93 e 94.

imagem de combativo e adotar uma faceta de partido do diálogo e da conciliação; e, até mesmo em alguns momentos, procurar o entendimento com o governo.

Embora anunciando mudanças no discurso a fim de se adaptar aos novos ares da redemocratização, o PCB não abandonou o passado. Ao contrário, resgatou, a partir de um trabalho de memória, aspectos da história que pudessem legitimar seu lugar de partido representante dos trabalhadores. E, seguindo a tradição de privilegiar jornais como meio de divulgação de suas ideias, lançou o *Voz da Unidade*, que segundo Andréa Côrtes Torres,

“publicou em suas edições temas e acontecimentos que estavam em relevo na época, noticiando fatos referentes a essas transformações. Mas também trouxe a público história e memória do Partido bem como da Revolução que o originou. O *Voz*, além de refletir o curso político, social e econômico que o país estava tomando a caminho da tão almejada democracia, igualmente mostrava os debates internos do Partido frente aos (antigos e...) novos anseios da sociedade brasileira que também respirava ventos de mudança.”⁹

Voz da Unidade, o último jornal do PCB, circulou de maio de 1980 a junho de 1991, um tempo de grande ebulição de movimentos políticos e sociais. Através de suas páginas, o PCB construiu um discurso voltado para a reconquista do seu papel de vanguarda dos trabalhadores que, segundo concepção corrente no partido, lhe era de direito. E, conseqüentemente, entrava em disputa com outras correntes de esquerda que reivindicavam o mesmo lugar social, cada qual defendendo sua proposta política para o Brasil em processo de redemocratização.

A proposta do PCB era aglutinar as oposições contra a ditadura, fossem elas comunistas ou não, e liderar essa aliança. Para consolidar esse perfil mais pluralista e democrático, o PCB buscou na história elementos que comprovassem atitudes de seus membros compatíveis com essa postura. Não por acaso, resgatava um momento crucial do passado brasileiro, que iniciou a montagem do Estado autoritário ainda vigente: o golpe de 1964. Recordando os 20 anos de golpe, o dirigente comunista Givaldo Siqueira concedeu entrevista a *Voz da Unidade*, em que discutiu as condições para sua ocorrência, bem como a política dos comunistas diante delas.

⁹ TORRES, Andréa Côrtes. *A memória da Voz e a voz da Memória: o jornal Voz da Unidade (1980-1991)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009, p. 33.

O entrevistado definiu o golpe como uma reação ao processo de avanço político do componente antiimperialista e democrático da sociedade brasileira iniciado em 1945. Incluindo o PCB na denominação de forças democráticas, Givaldo Siqueira afirmou que esses grupos políticos, apoiados nas massas, apresentavam a possibilidade de um desenvolvimento econômico com reformas sociais, capaz de acumular condições para alcançar a independência e uma democracia mais ampla. Entretanto, as elites conservadoras não teriam aceitado e combateram esse avanço da sociedade, conspirando contra a ordem constitucional. Por outro lado, declarou que muitas correntes de esquerda, ou mesmo nacionalistas, não foram capazes de compreender esse processo e, a partir daí, teriam cometido diversos equívocos, acelerando o enfraquecimento da democracia. Para ele, essas esquerdas pensaram que, com base nas forças acumuladas, poderiam tomar o poder, subestimando a importância da defesa do Estado democrático e abrindo caminho para a direita articular o golpe. Sobre essa questão, Givaldo Siqueira afirma:

“O início da década de 60 assistiu à primeira crise típica do capitalismo brasileiro, o que gerou descontentamento nas camadas médias e no empresariado, ao mesmo tempo em que o imperialismo norte-americano passava da política da “Aliança para o Progresso” ao apoio a golpes de estado. A confluência desses dois movimentos, o governo de João Goulart cedendo a pressões golpistas de “esquerda”, combinando-se este fato com a reanimação das forças mais reacionárias em nosso continente, isto levou a que se criasse uma situação extremamente difícil para as correntes democráticas e nacionalistas, pois a direita passou a utilizar uma bandeira que as correntes populares – principalmente os comunistas – tinham contribuído para popularizar, a defesa da legalidade. Grandes massas acabaram sendo ganhas para a ideia de que Jango pretendia implantar o comunismo, ou dar um golpe, o que, como já disse, foi facilitado por erros da própria esquerda que, já naquela época, sonhava com uma solução golpista para o impasse em que estava mergulhado o país.”¹⁰

Por conseguinte, em sua avaliação, a postura de enfrentamento adotada por essas esquerdas teria criado um ambiente desconfortável para as forças democráticas, pois fez a direita legitimar sua luta pela legalidade contra as “esquerdas golpistas”, uma demanda que, segundo o líder comunista, fora divulgada historicamente por correntes populares, na qual incluiria os próprios comunistas. Sua intenção era justamente reivindicar para o PCB uma trajetória política de defesa da democracia no passado, mas também no presente em

¹⁰ *Voz da Unidade*. São Paulo, 31 de março de 1984, p. 4.

que estava vivendo. Além disso, escolheu destacar como exemplo de sectarismo e radicalismo alguns erros cometidos pela esquerda brizolista.

“Pressionado por todos os lados, o governo, depois do plebiscito que reinstituiu o presidencialismo, em janeiro de 1963, passou a desfazer-se de parte importante do apoio de setores liberais e mesmo conservadores – mas legalistas – que o apoiavam. Por exemplo, como no caso da queda de Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda, no qual empenhou papel decisivo a pressão de setores ligados a Leonel Brizola.”¹¹

Esse comentário reflete a interpretação do PCB de que Brizola e seus seguidores, devido à rejeição a negociações, aprofundaram o clima de radicalismo e embate, isolando o governo Jango e alimentando mais ainda o avanço do golpe das direitas. Para o momento de redemocratização nos anos de 1980, era necessário, portanto, abrir-se para pactos e união em torno do objetivo em comum, isto é, desmontar o regime militar. Resgatar as posturas intransigentes como aquelas adotadas pelos trabalhistas brizolistas nos primeiros anos da década de 1960 poderia ser fatal para o sistema democrático que a sociedade desejava implantar.

As críticas que o *Voz da Unidade* faz a Leonel Brizola e ao trabalhismo não são tão contundentes quanto aquelas formuladas por *Em Tempo* e *Movimento*. Isso acontece talvez porque o PCB também fez parte daquele passado que se queria superar. Todavia, no contexto de disputa pelo título de porta-voz dos trabalhadores e setores populares, Brizola e sua proposta de reconstrução do PTB também surgiam como entraves ao crescimento do PCB. Mesmo com certos cuidados, *Voz da Unidade* não deixou de divulgar sua opinião sobre o líder trabalhista, questionando sua posição isolacionista ao rejeitar a proposta de união das oposições no MDB e, depois, no PMDB.

Numa reportagem sobre a perda de Brizola na disputa pela legenda do PTB, o *Voz da Unidade* mandou um recado para o herdeiro do trabalhismo afirmando que o PCB estava com a razão ao afirmar que o propósito da reforma partidária era dividir as oposições e que a única saída era a frente democrática. O jornal critica o receio de Brizola em fortalecer o MDB e justifica essa postura dizendo que “sua personalidade política

¹¹ Idem.

difícilmente aceitaria figurar em segundo plano nos partidos já organizados.”¹² E por conta de sua teimosia, acabara sendo golpeado pelo governo. Não teria sido por falta de aviso que Leonel Brizola se enganara. Nas palavras de *Voz da Unidade*,

“os defensores da unidade das oposições não haviam poupado argumentos para tentar convencer os brizolistas a se manterem unidos no MDB. Foram tantos os esforços que Brizola chegou mesmo a se irritar. Na primeira entrevista coletiva após sua volta, concedida no Rio, ele desabafava: ‘Fomos levados para o porão deste navio que é a frente parlamentar de oposição consentida pelo regime. Queremos sair deste porão. E a verdade é que alguns companheiros da oposição estão sentados na portinhola e tentam nos impedir de sair’.”

Mas, com a reforma partidária, o MDB havia sido extinto e o PCB teve que se adaptar à nova medida do governo. Pela nova legislação eleitoral, todos os partidos políticos teriam que começar com a palavra Partido, a fim de descaracterizar o MDB como partido de oposição, já que a sigla começava com “m” de Movimento. O MDB deixou de existir como sigla, mas o partido colocou o P na frente e assumiu o nome de PMDB. Portanto, a Frente Democrática continuou existindo, não mais com a sigla MDB, mas PMDB. Era preciso optar por um caminho dentro das novas regras para se apoiar e participar politicamente dos debates, sobretudo aqueles referentes às eleições para governadores de alguns estados que seriam realizadas em 1982. Antes de divulgar sua escolha, o PCB publicou em *Voz da Unidade* algumas sugestões feitas pelos comunistas para o programa do novo governo que seria implementado do Rio de Janeiro após as eleições, discutindo questões como saúde, educação, segurança, desenvolvimento econômico, cultura e esporte. No trecho abaixo, está claro seu chamamento aos novos partidos para a aliança.

“A realização das eleições de 1982 é um momento importante para ampliar e aprofundar a unidade das forças democráticas em nosso Estado. Para isto será necessário derrotar nas eleições o regime, que possui forças no PDS e dentro do próprio Governo do Estado, onde ocupam posições importantes, dominando inclusive o aparelho de repressão. [...] O fracionamento orgânico das forças interessadas na democracia em cinco partidos pode permitir a vitória eleitoral do PDS. E a divisão entre esses cinco partidos pode também, em que pese uma

¹² *Voz da Unidade*. São Paulo, 15 a 21 de maio de 1980, p. 4.

possível vitória eleitoral da oposição, manter e mesmo ampliar a presença das forças do regime na administração do nosso Estado.”¹³

Ainda sem espaço no campo eleitoral, o PCB, portanto, optou por se engajar na luta pela unificação das oposições. Mas quando o rival a se combater era um só – o regime autoritário – a oposição se unia de certa forma na defesa da democracia. Todavia, à medida que o regime militar foi se enfraquecendo, as diferenças começaram a aparecer e ficava cada vez mais difícil para as oposições unificar seus discursos e práticas. Diante dessa conjuntura, o PCB aos poucos foi mostrando nas páginas de *Voz da Unidade* sua aproximação com o Partido Popular (PP),¹⁴ em geral e com o candidato ao Governo do Rio de Janeiro Miro Teixeira, em particular. Essa aproximação causou um certo mal-estar porque Miro Teixeira era herdeiro do chaguismo, fenômeno político relacionado ao então governador do Estado Chagas Freitas.

Eleito indiretamente em 1970 pelo MDB, Chagas Freitas “construiu uma máquina político-partidária estável e duradoura que, sob seu comando centralizado, se sustentou nas ramificações da política local.”¹⁵ Reforçada pela produção acadêmica, a memória construída sobre o chaguismo no Rio de Janeiro revestiu o fenômeno político de uma faceta clientelística, uma política local, distante da política nacional, baseada na prática do favor. Apesar de se originar na oposição durante o bipartidarismo, vivia em harmonia com o governo federal. Para as eleições de 1982 no estado do Rio de Janeiro, procurou respaldar o seu sucessor escolhido, o deputado Miro Teixeira, membro do Partido Popular (PP), partido formado por dissidentes do MDB e da Arena após a reforma partidária. Devido a todas essas características, soava estranho o PCB optar pelo apoio a um candidato herdeiro do chaguismo. Sendo assim, o PCB usou o *Voz da Unidade* para tentar justificar essa escolha política, argumentando que Miro Teixeira estaria empurrando o chaguismo para a oposição de fato. Segundo o artigo de Mário Patti, Miro Teixeira seria um componente novo do chaguismo, que adotou como bandeira a luta contra o autoritarismo e a favor dos valores democráticos. Portanto, estaria avançando no caminho

¹³ *Voz da Unidade*. São Paulo, 30 de outubro a 6 de novembro de 1981, p. 4.

¹⁴ Com a lei eleitoral, Tancredo Neves decidiu fundar o PP, levando consigo muita gente do MDB. Decidiu criar um partido moderado com objetivo de negociar uma saída política pacífica para a ditadura porque estava insatisfeito com a adesão de ex-exilados, como Miguel Arraes, ao MDB.

¹⁵ MOTTA, Marly Silva da. “Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara”. *História Oral*, São Paulo, nº 3, p.91-108, jun. 2000.

de rompimento com o sistema e, por estar na oposição, não poderia ser excluído da união delas em torno das reivindicações democráticas. Destacando a importância do chaguismo para o contexto de redemocratização, Patti declara que:

“Essa mudança no quadro político do Estado do Rio não pode deixar de ser avaliada com todas as suas consequências pelas demais forças de oposição. Em primeiro lugar, é preciso saber agir para não permitir que interesses estreitos, locais, possam servir de elemento de conflito capaz de perturbar o que é mais importante, a unidade de todas as correntes da sociedade empenhadas na batalha pela instauração de um regime verdadeiramente democrático no país. E entre essas correntes, queiramos ou não, se inserem os chaguistas com toda a sua força. Em decorrência disto, cabe às forças mais conscientes que vêm atuando nesse processo, àquelas que se remetem ao movimento operário e de vanguarda, mostrar que não é excomungando e hostilizando grupos, partidos e pessoas objetivamente empenhados, nesta etapa, na mesma batalha, que se conseguem vitórias e o consenso da maioria.”¹⁶

Publicado ainda em 1980, o artigo já demonstra a simpatia do jornal pela campanha de Miro Teixeira, porém, mesmo assim, *Voz da Unidade* manteve-se coerente com o discurso de defesa por uma candidatura unitária para o estado. Sobre essa demanda, o periódico comunista publicou trechos do discurso pronunciado pelo ex-deputado e dirigente Hércules Corrêa no “Ato pela Unidade das Forças Democráticas”, realizado no dia 24 de março de 1981, no Rio de Janeiro. Referindo-se às eleições de 1982, o comunista declarou:

“Nós, comunistas, não pretendemos discutir o direito de qualquer dos partidos de oposição lançar seus candidatos à governança estadual. Ao contrário, somos a favor do pluralismo, pelo fortalecimento dos partidos políticos. O que nós pensamos é que temos que trabalhar em função do interesse comum de toda a oposição, aquele que atende mais profundamente ao povo do Estado do Rio de Janeiro: derrotar o PDS, o partido que, também em nosso Estado, sustenta o regime atual. Este é o inimigo principal do povo fluminense e é no combate a ele que, em nossa opinião, devem-se estruturar e desenvolver as campanhas dos candidatos da oposição. É por isso que não vemos como positiva a fragmentação da votação oposicionista e lutaremos por uma candidatura unitária ao governo do Estado que encarne este programa mínimo, que faça de sua campanha um instrumento de aproximação dos partidos e forças democráticas, que mobilize e organize as forças populares do Estado do Rio de Janeiro.”¹⁷

¹⁶ *Voz da Unidade*. São Paulo, 22 a 28 de maio de 1980, p. 5.

¹⁷ *Voz da Unidade*. São Paulo, 1 a 7 de maio de 1981, p. 5.

Em novembro de 1981, um ano antes das eleições, o PCB ainda não havia definido o candidato a ser apoiado por ele. Falava-se de Miro Teixeira, mas com muitas ressalvas, muitos receios ao chaguismo que ele carregava. Ora elogiando, ora criticando, a relação do PCB com o PP e com seu candidato ao governo do Rio de Janeiro ainda era ambígua. Para afirmar o caráter popular do PCB, *Voz da Unidade* seguia afirmando que os comunistas não estavam se concentrando em nenhuma das candidaturas e que seu foco era agir junto às organizações de massa. Entretanto, foi se tornando cada vez mais frequente a atenção voltada para Miro Teixeira. Numa reportagem escrita por João José, *Voz da Unidade* abordou a descrição do comício que lançou oficialmente a candidatura de Miro Teixeira e dispensou muitos elogios ao seu discurso.

“Herdeiro político do governador Chagas Freitas, que sempre foi criticado por uma forma de governo distanciada dos interesses populares, Miro surpreendeu os menos avisados com um discurso avançado, onde gritou pela necessidade das forças oposicionistas, ofereceu um programa de governo elaborado a partir das bases e prometeu ‘virar a mesa pelo voto’. O discurso do candidato Miro Teixeira foi extremamente oposicionista, não poupando críticas a ‘um regime político que impôs ao povo 17 anos de sacrifício, 17 anos de tortura, morte e fome’. Várias vezes ele foi interrompido por aplausos e gritos de assistência que praticamente encheu o campo de futebol do Brasil Novo, um clube do populoso bairro suburbano de Madureira. Miro prometeu costurar a unidade oposicionista pelas bases e propôs ‘fazer em todos os bairros do Rio, em todos os municípios do estado, assembléias populares como esta daqui, com ou sem chuva, para ouvir do povo quais são suas prioridades’.”¹⁸

O artigo inicia com a descrição do sucesso do comício e a grande multidão que teria aglutinado. Porém, logo depois, afirma que, embora seu discurso se aproximasse da proposta dos comunistas, os métodos utilizados pelo candidato do PP eram ainda duvidosos, resquícios do chaguismo clientelístico. Prova disso seria a presença no comício de representantes da Secretaria Municipal de Educação coagindo professores e funcionários públicos a se inscreverem no PP e a votar em seu candidato, com a pena de sofrerem algum tipo de retaliação caso não o fizesse. O jornal relata que:

¹⁸ *Voz da Unidade*. São Paulo, 20 a 27 de novembro de 1981, p. 4.

“Praticamente todos os funcionários em cargos nomeados foram chamados pelos superiores para assinar ficha de inscrição no PP, não faltando a insinuação de que ‘o cargo dependia disso’. Além do que foram aconselhados a ajudar na organização dos ônibus que iam a Madureira, conclamando e facilitando a presença de seus subordinados no comício. Muitos não aceitaram e estão temerosos pelo futuro dentro da administração. Também não foram poucos os professores que encontraram convocatórias dentro das pautas de chamada e receberam a ‘sugestão’ de falar aos alunos sobre a candidatura.”

Mesmo após os elogios, houve a preocupação de levantar questionamentos sobre as atitudes do candidato que estão longe dos princípios e práticas dos comunistas que se respaldavam, segundo o autor da reportagem, em respeito ao apartidarismo e à independência política das organizações de populares. No entanto, o *Voz da Unidade* ainda deixaram a porta entreaberta para Miro Teixeira, demonstrando expectativa para uma possível mudança do candidato. No final do artigo, João José declara que, apesar de desaprovar algumas de suas atitudes, “o discurso do candidato foi dos melhores e conteve a promessa de luta pela unidade das oposições e de realização de consulta às bases, ainda pode se esperar – e, principalmente cobrar – melhor definição da prática a ser exercida por Miro Teixeira.”

Em fevereiro de 1982, um fato empurrou mais ainda o PCB para os braços de Miro Teixeira: o PP incorporou-se ao PMDB, que consistia no maior partido de oposição e, com a fusão, se fortaleceu ainda mais. A intenção era tentar neutralizar a estratégia do governo de dividir as oposições, justamente o que os comunistas tanto estavam reivindicando. A única saída de peso do partido foi o senador Saturnino Braga, candidato em potencial ao governo do Rio de Janeiro pelo PMDB, mas que, a partir da fusão, foi obrigado a abdicar da candidatura em favor de Miro.

Os comunistas interpretaram a incorporação como um elemento positivo para a luta das forças democráticas e, por outro lado, lamentaram as críticas de outros grupos de oposição à fusão PP-PMDB.

4.3 – A campanha eleitoral de 1982 no Rio de Janeiro: os comunistas e o “voto útil”

As eleições para o cargo de governador do estado suscitavam muitas expectativas, já que era a primeira depois de 17 anos. Além disso, lideranças políticas de peso estavam atuando no cenário político. Pelo PTB, a candidata Sandra Cavalcante, oriunda do udenismo lacerdista, demonstrou uma grande vantagem sobre os adversários em uma das primeiras pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE, mas, em apenas alguns meses de campanha, deparou-se com uma queda gradativa nas intenções de voto. Lysâneas Maciel, candidato pelo PT, permaneceu com pequena porcentagem nas pesquisas do início ao fim. O PDS, partido de apoio ao governo federal, herdeiro da ARENA, lançou a candidatura de Moreira Franco, que contava com uma poderosa máquina política e o respaldo de um forte político antigo do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto. Pelo PMDB, Miro Teixeira rapidamente despontou como um forte candidato, pois além de contar com a poderosa máquina do chaguismo e com a força da sigla do seu partido, angariava apoio de setores da esquerda, em nome da proposta de união das oposições, com destaque para o PCB.¹⁹

Após a incorporação do PP ao PMDB em janeiro de 1982 e, mais precisamente em maio do mesmo ano, o PCB declarou publicamente, através do *Voz da Unidade*, seu apoio ao candidato peemedebista. A partir daí, passou a reservar páginas inteiras em suas edições na seção “Política” para reportar notícias sobre o PMDB e a candidatura de Miro Teixeira. Em uma delas, anunciou a preparação do partido para a realização de uma convenção visando a compor sua chapa e consolidar o programa do candidato que já vinda sendo discutido e anunciado. Logo depois, reproduziu trechos do discurso de Miro sobre o assunto, em que ele defendeu a ideia do “voto útil”, proclamada também pelo PCB:

“A campanha do voto útil é uma campanha que está passando muito bem na cabeça do eleitorado. O eleitorado está entendendo a necessidade de votar no PMDB. O eleitorado entendeu que esse pluripartidarismo que aí está foi gerado para dividir as forças de oposição e criar as condições para que o Governo mantenha a sua maioria e eleja governadores. Então, o que vem acontecendo é novamente a bipolarização, como no tempo da Arena e do MDB. Muitos setores importantes, significativos da sociedade que estavam engajados no PT e no PDT, que são os dois partidos de

¹⁹ Sobre os candidatos às eleições de 1982 para o governo do Rio de Janeiro e às diversas pesquisas de opinião feitas pelo IBOPE, ver: SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit.

oposição e que merecem todo o meu respeito, começaram a perceber que o voto dado ao PT e ao PDT não era um voto útil. Quer dizer: não era um voto que mudaria coisíssima alguma, porque são partidos que não têm condições de vitória. Nem no Rio, nem em qualquer outro Estado brasileiro. Assim, está havendo uma concentração de forças oposicionistas em cima dos candidatos do PMDB.”²⁰

Nesse discurso, Miro Teixeira deixa claro sua confiança na vitória por ser o maior e mais forte partido de oposição contra a ditadura; expõe a certeza de que o eleitorado já estaria consciente de que o PMDB seria o único capaz de derrotar o partido do governo. Portanto, para ele, votar em outras correntes de esquerda, como o PT e o PDT, significaria desperdiçar voto e fortalecer o PDS. Era exatamente assim que estava pensando os membros do PCB.

Com a proximidade das eleições, os debates e embates foram se acirrando, como mostra um artigo intitulado “Uma campanha trôpega e leviana”, publicada no *Voz da Unidade* em julho. Referindo-se a um documento denominado “O Movimento Democrático e as eleições do Rio de Janeiro”, escrito pelos pedetistas Afonso Celso Nogueira Monteiro e Silas Aires de Matos, o autor do texto mostrou indignação e falou em nome dos comunistas. Segundo ele, esses políticos do PDT queriam confundir a opinião pública, as correntes políticas democráticas e os eleitores fluminenses ao fazer declarações equivocadas sobre o quadro político e eleitoral do estado. No primeiro trecho do documento reproduzido, os pedetistas teriam afirmado que

“a incorporação do PMDB ao PP do Rio de Janeiro descaracterizou o primeiro como legenda de oposição ao regime em nosso Estado, não só por sua composição atual, como por sua presumível composição pós-eleitoral, quando suas bancadas estadual e federal serão constituídas, quase exclusivamente, de parlamentares chaguistas que, sem nenhum compromisso com a democracia, se converterão em suportes parlamentares para as manobras do regime.”²¹

E depois, o documento estaria, segundo *Voz da Unidade*, conclamando as forças democráticas a lutarem pelo isolamento de Miro Teixeira, pois seu maior inimigo seria o governo de Chagas Freitas. O jornal comunista rebateu dizendo que tal opinião só foi formulada pelos pedetistas por falta de informação ou, o que para o PCB seria mais

²⁰ *Voz da Unidade*. São Paulo, 22 a 28 de julho de 1982, p. 8.

²¹ *Voz da Unidade*. São Paulo, 29 de julho de 1982, p. 4.

provável, por má-fé. E, se em outros momentos, o jornal muitas vezes questionou práticas do chaguismo, nesse artigo, atribuiu suas dificuldades ao momento em que esteve vigente.

“No caso do governo Chagas Freitas, a realidade dos fatos é diversa daquela apontada no documento. Ele tem sua origem no período de vigência do extinto AI-5 e foi, na realidade, o único governo de oposição que o Governo Federal foi obrigado a tolerar, graças a decidida postura oposicionista do povo do Rio de Janeiro. Sofre, porém, a falta de autonomia político administrativa do Estado e as restrições econômico-financeiras impostas pelo Governo Federal. A repressão policial-militar, indevidamente atribuída ao governo estadual, é obra do Governo Federal, que nomeia e orienta o secretário de Segurança Pública e o comandante da Polícia Militar.”

Portanto, as ações do Governo Chagas Freitas estariam necessariamente atreladas às condições difíceis durante a ditadura por ser um governo de oposição. Com relação a Miro Teixeira, o jornal afirma com convicção que este candidato possuía compromisso com o povo que iria elegê-lo pelo voto direto e com as forças sociais e políticas democráticas do Estado. Por isso, estaria crescendo dia-a-dia nas pesquisas eleitorais. E quanto aos seus adversários, o artigo deixa clara a opinião do PCB:

“As candidaturas do PT, Lysâneas Maciel, e do PDT, Leonel Brizola, compreensíveis enquanto aspiração e exigência da legislação eleitoral, não possuem estrutura partidária, composição de camadas e classes sociais e nem alianças políticas capazes de torná-las vitoriosas.”

Para o PCB, seus rivais na luta pelo título de porta-voz dos trabalhadores – o PT e o PDT – não possuíam força alguma para ocupar o espaço político que desejavam no governo do Rio de Janeiro. Os comunistas não poderiam admitir que seus concorrentes na briga pela representação da classe operária pudessem vencer as eleições estaduais pelo voto popular. Portanto, era preciso fazer campanha para o fortalecimento do PMDB e na vitória do seu candidato, que defendia a mesma bandeira comunista de frente democrática.

Ao mesmo tempo em que reivindicava para si a vanguarda do proletariado, a abertura política, segundo o PCB, deveria ser negociada. A defesa dessa linha política lhe custou muitas divergências com outras correntes de esquerda, com destaque para o PT, que ocupou o seu lugar como a principal referência de esquerda do país. Ao levantar sua proposta para o processo de transição, o PCB entrava em desacordo com a nova geração do

mundo sindical. O PCB e o “novo sindicalismo” pareciam falar línguas diferentes. Foi na área sindical que o PT ganhou espaço – partido que muitas vezes foi visto como positivo pelo PCB. No entanto, os pecebistas olhavam-no *de cima*, com a certeza de sua superioridade histórica na liderança do operariado. Afinal, eram os comunistas que dominavam o marxismo, compreendido como a “teoria científica do socialismo”.

Não apenas o PT era subestimado, mas também o PDT de Brizola, visto pelos pecebistas como um partido fraco, incapaz de angariar o voto popular. As complicadas relações que o PCB mantinha com o trabalhismo arrastaram-se ao longo dos anos de redemocratização. Leonel Brizola era liderança expressiva entre as esquerdas na primeira metade dos anos de 1960. O seu retorno ao Brasil trouxe muitas dúvidas e incertezas sobre seu desempenho político. Voltaria a ser um grande líder popular? Para o PCB, a personalidade de Brizola não se adaptaria ao contexto de redemocratização.

Diferentemente das esquerdas trotskistas de *Em Tempo* e dos integrantes do PCdoB reunido em *Movimento*, o PCB, através do *Voz da Unidade*, em nenhum momento associou o adjetivo depreciativo “populista” ao trabalhismo ou a Leonel Brizola. As ressalvas feitas a essa corrente política e ao seu líder se davam em torno da sua proposta para o processo de redemocratização: resgatar o trabalhismo, sem se preocupar com a frente democrática. Sobre o passado brizolista, os pecebistas recordavam o radicalismo equivocado e o desprezo à luta democrática, responsáveis pelo isolamento do governo Jango e pelo fortalecimento da conspiração golpista da direita. Mas, mesmo assim, eram críticas muito cautelosas, que não passavam tanto pelo caráter desqualificador, como era feito por outras correntes da esquerda. Era delicado para o PCB atacar um passado do qual, indiscutivelmente, ele fez parte. Até porque, muitas vezes, foi resgatando esse passado que os pecebistas procuravam justificativas para se afirmarem como a “verdadeira vanguarda da classe operária”.

Todavia, o trabalhismo estava ali, presente, disputando com o PCB a representação das classes populares – disputa que ocorrera nas décadas anteriores ao golpe de 1964. E ambos buscavam naquele passado, tão rejeitado pelas outras esquerdas, bases para provar sua histórica liderança no mundo do trabalho. Entre PCB e PDT, as batalhas de memórias conviviam com as disputas políticas. Subestimar a força do “outro” foi estratégia utilizada pelos pecebistas. Segundo *Voz da Unidade*, a sociedade brasileira, em particular o proletariado, escolhera o caminho direcionado pelo PCB, ou seja, o apoio ao PMDB. A

descrição de uma convenção do PMDB, realizada na Cinelândia, procurou divulgar o sucesso do evento através da afirmação de que uma grande multidão popular teria comparecido.

“Milhares de ativistas do partido, dirigentes sindicais, líderes comunitários, estudantes, intelectuais e artistas, uma multidão enorme e mestiça, circulando em torno das barracas dos candidatos, prestigiou cantando e dançando e discutindo a convenção. A presença ativa e consciente dos participantes da convenção, entretanto, ficou evidente durante o discurso de Miro Teixeira: quando o candidato a governador do PMDB expôs a linha política de sua campanha e seu Programa de governo, a multidão, diversas vezes, abafou com aplausos o som dos auto-falantes, principalmente no momento em que foi conclamada por ele a homenagear todos aqueles que foram vítimas das perseguições fascistas.”²²

O trecho acima mostra uma multidão “mestiça”, isto é, diferentes parcelas da sociedade em torno da luta pela campanha do PMDB, pois estaria de acordo com seus reais interesses. Porém, entre esses diversos grupos sociais, havia um de destaque para a reportagem comunista: o operariado do Rio de Janeiro. Como guia dessa classe social, o apoio do PCB ao PMDB foi decisivo para a sua presença em meio a multidão. Até porque, para os pecebistas, sua proposta, adotada pelo PMDB, era a demanda dos trabalhadores, que possuía a plena consciência da necessidade do “voto útil”.

“Aquela multidão que tomou conta da Cinelândia e promoveu a maior manifestação político-partidária dos últimos tempos é expressão do eleitorado mais consciente e mobilizado, representa significativa parcela das forças sociais – entre elas, o proletariado fluminense – que terão de juntar-se, nesta campanha eleitoral, às correntes democráticas mais importantes e unitárias do Rio de Janeiro. Nesta disputa, em pleito direto, pelo Governo do Estado a credibilidade do PMDB se amplia na medida em que seus candidatos colocam na ordem do dia a necessidade de fundir a luta pelas liberdades às reivindicações econômicas e sociais mais imediatas da população. É na exata medida em que este objetivo é perseguido durante a campanha eleitoral que as massas trabalhadoras se farão incorporar à frente democrática, impulsionando a luta pela democracia e, como parte desse mesmo processo, se incorporando à campanha eleitoral de Miro Teixeira e do PMDB.”

²² *Voz da Unidade*. São Paulo, 12 de agosto de 1982, p. 4.

De acordo com o trecho acima, os comunistas acreditavam que era natural os trabalhadores escolherem votar nos candidatos do PMDB, pois seus programas contemplavam suas reais demandas econômicas e sociais, além de defenderem a necessária volta das liberdades democráticas. Portanto, era o partido mais compatível com o momento e, por isso, merecia o apoio dos comunistas. As demais agremiações de esquerda – PT e PDT – foram novamente subestimadas por serem consideradas incapazes de agregar um número suficiente de adeptos para eleger seus candidatos, já que rejeitavam a proposta de frente democrática, defendida pelo PCB e pelo PMDB. Pior ainda seria a consequência dessa opção política: beneficiar e fortalecer cada vez mais os partidários do regime autoritário.

“O comportamento do PT e do PDT, que perseguem a hegemonia abrindo mão da unidade da frente democrática, demonstra claramente que o regime é o grande beneficiário da divisão entre as forças de oposição e que nenhuma corrente política isolada [...] reúne condições para empolgar o eleitorado. As convenções dos dois partidos, se comparadas à realizada pelo PMDB, ilustram em números os resultados concretos desta concepção que aposta na divisão para obter predomínio político ou afirmar sua identidade.”

Na página seguinte, *Voz da Unidade* publicou um trecho do discurso de Miro Teixeira em que ele parecia insinuar que o PT e o PDT estariam mancomunados com o regime militar, com ou sem intenção. Segundo o candidato do PMDB,

“O povo brasileiro sabe votar e vai votar no PMDB, porque o PMDB é o único partido de oposição que não está fazendo o jogo do sistema. Até os outros dois, cujas propostas, cujos programas parecem bem intencionados, no fundo estão fazendo o jogo do poder, o jogo do sistema, porque estão dividindo a oposição, porque estão tentando dividir o povo. Mas o voto útil está na cabeça do trabalhador. O voto útil já está na cabeça da mulher brasileira. O povo já percebeu que para derrotar esse autoritarismo, que para derrotar o arbítrio, precisa votar no PMDB.”²³

Enquanto isso, as emissoras de rádio e televisão divulgavam os debates intensos entre os candidatos e, segundo João Trajano Sento-Sé, “a disputa tendia cada vez mais a

²³ *Voz da Unidade*. São Paulo, 12 de agosto de 1982, p. 5.

polarizar-se entre Moreira Franco e Miro Teixeira”²⁴. Muitos acreditavam ser inevitável a vitória do candidato do PMDB; inclusive era exatamente essa certeza que *Voz da Unidade* publicava. No entanto, o candidato do PDT, Leonel Brizola, que ocupava o quarto lugar em uma das primeiras pesquisas, causou surpresa ao disparar com sucesso na campanha; deixou de lado o comportamento cauteloso e moderado adotado desde sua volta do exílio e assumiu um discurso mais radical na disputa eleitoral, mais próximo do seu velho estilo de fazer política.

Um uma reportagem publicada no jornal *Zero Hora*, Leonel Brizola não hesitou em fazer duras críticas ao PMDB, referindo-se ao apoio dos comunistas gaúchos a Pedro Simon, candidato desse partido ao governo do Rio Grande do Sul. Usou a expressão “balaio de caranguejos” para descrever a composição do PMDB, ao considerá-lo heterogêneo demais e, por isso, sem identidade. Em reação a essa declaração de Brizola, *Voz da Unidade* publicou a resposta de Ary Saldanha, ex-dirigente do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, na qual ele desaprovou o discurso do candidato do PDT e criticou veementemente sua postura diante da disputa eleitoral. A estratégia utilizada por ele foi retomar o passado da liderança de Brizola em alguns episódios, mas não para depreciá-lo. Ao contrário, Ary Saldanha relembra a Campanha da Legalidade e a vitória de Brizola para o cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro nas eleições de 1962 a fim de destacar a positividade desses fatos históricos. E, a partir daí, comparar com a postura de Brizola naquele momento pré-eleições de 1982, considerando-a equivocada. Iniciou o seu texto atentando para uma possível contradição entre o Brizola do passado e o Brizola naquele momento de campanha eleitoral em pleno processo de redemocratização. Constatou que, embora no passado o líder trabalhista tivesse lutado ao lado das forças democráticas e antiimperialistas pelas reformas de base, parecia estar negando essa postura ao qualificar como “balaio de caranguejos” a unidade eleitoral das forças democráticas nacionais e antiimperialistas congregadas sob a legenda do PMDB. Em sua avaliação,

“Leonel Brizola, ao analisar a unidade das oposições que se aglutinam no PMDB – em particular a candidatura de Pedro Simon – parece ter sido possuído de uma

²⁴ SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 222.

profunda amnésia, ou atingido por sintomas que denunciam o final dos tempos. Sua amnésia é tão profunda que o impede de lembrar a verdadeira causa de sua projeção política nacional: a luta pela Legalidade, causa real de sua expressiva vitória eleitoral como deputado federal pela Guanabara. A sua amnésia faz também com que não se lembre daquele dia memorável da Legalidade, quando com a renúncia de Jânio, as massas populares – inspiradas pela palavra de ordem lançada pelos comunistas do Rio Grande do Sul – saíram às ruas de Porto Alegre com seus alto-falantes repetindo Legalidade e Posse a Jango, convergiram para a Praça da Matriz, no Palácio Piratini, onde Brizola interrompeu seu expediente normal para surgir nas sacadas do Palácio. Naquele Balaio de Caranguejo, milhares de braços agitavam-se e confundiam-se. Ali estavam irmanadas todas as forças democráticas e patrióticas por um objetivo comum: a palavra de ordem dos comunistas do Rio Grande do Sul – Legalidade e Posse de Jango.”²⁵

Através de um trabalho de construção da memória, Ary Saldanha recordou o momento da Campanha da Legalidade, em que Brizola liderara a multidão que reivindicava a posse de Jango. Curioso notar que a palavra de ordem fora atribuída aos comunistas, com o intuito, mais uma vez, de tentar consolidar a imagem do PCB como um partido da ordem e da legalidade.

Adiante, num tom irônico, Saldanha enumerou todas as forças democráticas presentes nesse movimento ocorrido em 1961: comunistas, trabalhistas, nacionalistas, democratas e patriotas, ou seja, todos aqueles grupos que teriam sido mencionados por Brizola na composição do que ele chamou de “balaio de caranguejos” do PMDB. Não parou por aí; continuou a demonstrar sua insatisfação, dirigindo-se a Brizola com várias indagações acerca de sua eleição para deputado federal em 1962.

“Você já imaginou, Brizola, por que foi maciçamente eleito na Guanabara? Fez uma exata avaliação? Tem noção de que forças constituíam o imenso Balaio de Caranguejos que o tornou vitorioso? O Balaio de Caranguejos que o levou ao Congresso Nacional estava infestado por aqueles milhares de mãos sobre as quais você hoje tripudia. O povo, Brizola, é honesto e de boa fé, mas Deus o livre de sentir que está sendo confundido ou ludibriado.”

Assim como os participantes da Campanha da Legalidade, Ary Saldanha afirmou que os eleitores de Leonel Brizola em 1962 também constituíam um balaio de caranguejos. Então, concluiu que Leonel Brizola estaria desprezando exatamente aqueles que outrora o elegeram e que, devido a sua postura de ingratidão, não teria chances de enganar o povo e

²⁵ *Voz da Unidade*. São Paulo, 2 de setembro de 1982, p. 6.

se eleger para o governo do Rio de Janeiro. Todavia, o desenrolar dos fatos provaram o contrário: Leonel Brizola conquistou, através do voto direto e popular, o poder executivo de um dos estados mais importantes do país.

4.4 – Voz da Unidade e a vitória de Leonel Brizola

A eleição de Brizola foi inesperada até mesmo para a maioria dos integrantes do PDT. Um dos maiores inimigos da ditadura conseguiu furar o bloqueio da censura, além de derrotar duas máquinas poderosas, representadas por Miro Teixeira, candidato do PMDB e Moreira Franco, candidato PDS. O primeiro perdeu o apoio de Chagas Freitas, que passou a apoiar o candidato do governo. Além disso, Miro aproximou-se de intelectuais de esquerda que apoiavam o PMDB, denominado Luas-Pretas, muitos com passagem pelo PCB. Renunciando às práticas chaguistas, o favorito até então assistiu a sua campanha enfraquecer paulatinamente. Ao mesmo tempo, o candidato Moreira Franco passava a ser considerado o maior rival de Leonel Brizola e o único capaz de derrotá-lo; portanto, recebeu apoios importantes do governo federal e estadual. Embora sem contar com a máquina política federal e estadual, além da má-vontade da imprensa, Brizola teve a vitória atribuída a sua *performance* pessoal, sua oralidade e sua capacidade de se fazer entender, falando o que se queria ouvir. Ademais, contou com o apoio de militantes extremamente engajados e perseverantes.²⁶ Naquele momento, o nome de Brizola representava o maior símbolo de repúdio à ditadura.

O resultado eleitoral demonstrou a grande popularidade que o líder trabalhista ainda era capaz de angariar. Mesmo depois de quinze anos afastado do país, desconhecido pelos jovens dos anos de 1980. Mesmo depois de perder a disputada legenda do PTB e dispor da desconhecida sigla PDT. Mesmo depois das investidas do governo federal em tentar fraudar o pleito eleitoral, o que, segundo João Trajano Sento-Sé, “viria a dar um último toque épico àquela eleição.”²⁷ Tentando impedir a vitória de Brizola, a empresa Proconsult foi contratada pelo regime militar para apurar os votos por meios informatizados. A tentativa de fraude consistiu em transferir os votos nulos e brancos para o candidato do

²⁶ Sobre dados das eleições, ver: SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit.

²⁷ Idem, p. 227.

governo, Moreira Franco. Como o voto era vinculado, ou seja, o candidato era obrigado a votar para governador, deputado federal, deputado estadual, senador, vereador e prefeito em candidatos do mesmo partido, previa-se uma quantidade grande de votos nulos. Os indícios de fraudes foram divulgados pela empresa Sysin Sistemas e Serviços de Informática, contratada pelo PDT para fazer a contagem paralelamente.

Destacando um outro fator importante para a vitória de Leonel Brizola, Marly Silva da Motta aproxima-o da cultura política da cidade do Rio de Janeiro, que por ter sido a capital do país por mais de um século, continuava a ser o centro nervoso da política nacional. Conforme analisa a historiadora, o Rio de Janeiro, ainda hoje, é visto como a unidade e a síntese da nação e, a partir daí, os políticos que lá despontam, identificam-se com esse caráter nacionalizador. Seria o caso de Leonel Brizola, o qual priorizava temas nacionais em detrimento de questões locais. Sua vitória na cidade com 42,24% dos votos também foi associada à rejeição do eleitorado carioca ao chaguismo, corrente política mais coadunada com os trâmites locais.²⁸ Brizola fora o único governador eleito que não era do PDS e nem do PMDB.

Outra interessante reflexão sobre a reviravolta de Brizola na campanha de 1982 é a do historiador Carlos Eduardo Sarmento. Segundo ele, a primeira questão a ser analisada para se entender a vitória de Brizola é a forma como o regime militar estaria conduzindo o processo de abertura política. Objetivava-se a definição da regulamentação do processo político-partidário de forma que não oferecesse riscos de derrotas para as forças aliadas ao governo. Prova disso seria a reforma partidária voltada para a fragmentação e enfraquecimento das oposições. A segunda seria a situação política do Rio de Janeiro, impregnada pela máquina política do então governador Chagas Freitas. O candidato do PMDB, Miro Teixeira, foi negativamente associado ao chaguismo. No entanto, no final de sua campanha resolveu romper com seu mentor político, o que, segundo Sarmento, o prejudicou ainda mais, pois não teria permitido que a máquina chaguista funcionasse a seu favor. Por fim, o terceiro fator consistia na imensa capacidade de Leonel Brizola de conquistar o povo, com seu discurso inflamado e emocionado, pautando sua fala nas discussões de problemas nacionais em detrimento de questões locais. Para Sarmento, a eleição de Brizola simbolizava a reversão das condições sociais excludentes, o acerto de

²⁸ MOTTA, Marly Silva da. *Entre o individual e o coletivo: carisma, memória e cultura política*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2001.

contas com as estruturas repressivas da ditadura e a rejeição da população carioca ao chaguismo.²⁹

Diferente das análises acadêmicas citados, *Voz da Unidade* não procurou entender e explicar os fatores que poderiam ter levado Brizola à vitória no pleito. Entretanto, o periódico comunista fez questão de destacar ressalvas ao discurso de Brizola, no qual ele:

“elogiou o comportamento do presidente João Figueiredo neste processo de abertura política, descartou a possibilidade de uma frente dos governadores de oposição, defendeu a colaboração entre o governo estadual e o governo federal e desculpou o Tribunal Regional Eleitoral pelo atraso na divulgação dos resultados oficiais do pleito.”³⁰

E, num tom de reprovação, o jornal continua:

“Suas declarações foram prestadas depois de um fim de semana tenso, em que Leonel Brizola foi duramente atacado pelos ministros da Marinha e da Aeronáutica, Moreira Franco se proclamou provável vencedor do pleito e os fiscais do PDT denunciaram tentativas de fraudes na apuração dos resultados eleitorais.”

A reportagem procura mostrar a incompatibilidade das atitudes do candidato eleito com o processo de desenvolvimento da democracia. Conforme afirma os comunistas, uma vitória isolada do PDT não faria avançar a democratização, já que a única saída seria a frente democrática, liderada pelo PMDB. A partir daí, os comunistas se empenhariam a pressionar o novo governador a cumprir com promessas, embora não deixasse de parabenizá-lo pela vitória. Enviando um telegrama a Brizola, os comunistas demonstraram as duas posturas:

“Apresentamos a V. Excia as congratulações dos comunistas do Estado do Rio de Janeiro pela eleição para o cargo de Governador de nosso Estado. Divergimos da orientação político-eleitoral do PDT, mas esperamos que V. Excia cumpra todos os compromissos assumidos com o povo, principalmente com os trabalhadores. Almejamos, para isso, que V. Excia realize um governo de Ampla Coalizão Democrática do qual participem o PMDB, o PTB, o PT e demais organizações

²⁹ SARMENTO, Carlos Eduardo. “Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

³⁰ *Voz da Unidade*. São Paulo, 25 de novembro de 1982, p. 11.

populares não partidárias. Pensamos que esse é o melhor caminho para uma autônoma relação do governo de V. Excia com o Governo Federal.”³¹

Através dos discursos presentes no *Voz da Unidade*, é perceptível que os comunistas se pouparam de argumentos depreciativos contra o Brizola, já que defendiam a proposta de unir as oposições. Portanto, a todo o momento, mostraram-se incomodados com a postura cautelosa do Brizola em relação ao governo federal de “caminhar para a compreensão mútua, depois de ultrapassada as inibições iniciais.” As críticas ao governador a partir daquele momento giraram em torno dessa questão. Não negavam que o governo de Brizola era de oposição e ainda usavam essa constatação para desaprovar e questionar suas práticas no Executivo do Rio de Janeiro e suas críticas às outras correntes de oposição.

“A constituição do Secretariado com pessoas oriundas exclusivamente do PDT é uma medida que pode dificultar a articulação da frente em torno do novo Governo. Nós comunistas acreditamos que um governo de ampla coalizão democrática, com personalidades representativas e indicadas pelos diversos setores da população – sem distinção partidária – é o tipo de governo que, nas atuais circunstâncias, pode levar a bom termo uma gestão democrática. A excludência – a experiência recente em nosso Estado o comprova – dificulta a articulação da frente democrática, cria sérios obstáculos a uma gestão oposicionista e enfraquece o próprio Governo.”³²

Na reportagem acima, os comunistas insinuaram que a relação amistosa entre o governador e o regime militar poderia ser uma estratégia para encobrir suas responsabilidades pela péssima situação do povo fluminense, atribuindo-a à responsabilidade dos governos estaduais anteriores. Além disso, considerando adeptos da causa dos servidores públicos estaduais, deram destaque ao aumento dado a essa categoria de trabalhadores, declarando que foi a medida de maior impacto no início do governo. De acordo com o jornal comunista, os 70% concedidos estariam muito abaixo do índice inflacionário, frustrando os trabalhadores que esperavam o cumprimento das promessas de Brizola durante a campanha. Sendo assim, consideram-se os legítimos porta-vozes dos trabalhadores, os comunistas declararam-se dispostos a lutar por eles.

³¹ *Voz da Unidade*. São Paulo, 25 de novembro de 1982, p. 11.

³² *Voz da Unidade*. São Paulo, 7 de abril de 1983, p. 4.

“Os trabalhadores não abriram mão de obter um aumento justo e de incorporar aos seus vencimentos o 13º salário, tal como ocorre com a maioria dos trabalhadores brasileiros. Os comunistas lutarão junto com os servidores do Estado por um novo aumento que reponha o poder aquisitivo de seus salários.”

Posteriormente, a reportagem destacou que esse problema teria causado até mesmo um conflito entre o Executivo e o Legislativo estaduais e acusou o governador de usar métodos próprios do governo federal.

“Diante do obstáculo colocado ao projeto do Executivo – um obstáculo político – a reação do Governador foi lançar mão da legislação arbitrária que ele mesmo condena para atacar o Legislativo. Reações deste tipo ferem o respeito que deve haver entre os poderes e devem ser evitadas, pois não servem à luta pela democracia.”

A demissão do secretário dos Transportes do estado do Rio de Janeiro, o deputado José Colagrossi, também foi interpretada, por *Voz da Unidade*, como uma atitude arbitrária e parcial do governador Leonel Brizola, que, segundo o jornal, desconheceria a prática da negociação desde que quando “assumiu, absoluto, o Governo”. Para os comunistas do periódico, Brizola não estaria atendendo às expectativas daqueles que o elegeram e também dos seus companheiros de partido.

“Respaldado nos milhares de votos que obteve e convicto de que não tem maiores satisfações a dar aos que foram “puxados” com ele para o poder, Brizola vem fazendo literalmente o que quer, desde a escolha do primeiro escalão do Estado. Dourando sua própria pílula com o nome de “centralização construtiva”, o governador nomeia, veta, demite, remaneja, obstrui e impõe, sem que haja uma voz disposta a questioná-lo publicamente.”³³

Para os comunistas, Brizola havia adotado uma postura autoritária até mesmo com os integrantes do PDT e a demissão do pedetista Colagrossi seria uma disputa de ego, tendo em vista que Brizola não aceitaria disputar prestígio político com ninguém dentro do partido ou perder o controle sobre seus membros, devido ao seu caráter personalista. Segundo *Voz da Unidade*,

³³ *Voz da Unidade*. São Paulo, 2 de setembro de 1983, p. 5.

“Um dos principais financiadores da campanha eleitoral do PDT e padrinho político de muitos deputados eleitos, José Colagrossi, além de ter obtido uma expressiva votação (200 mil votos), possui trânsito e articulação política na maioria dos diretórios do PDT do Estado. Os primeiros e assumidos passos de sua campanha pelo Governo do Rio em 1986 já foram dados, e, por isto, sua presença numa Secretaria notável como a dos Transportes tornou-se inadmissível para quem, como Brizola, quer ter um controle absoluto sobre o processo sucessório. [...] Colagrossi deixou a Assembleia com um saldo de solidariedade que dá bem uma ideia do que representarão seus passos futuros, esteja ele exercendo o seu mandato na Câmara Federal ou alinhavando, no Rio, os contornos e limites do que pode vir a ser o primeiro grupo pedetista forte e não necessariamente submisso à liderança de Leonel Brizola.”

Essa visão sobre a postura de Brizola com relação aos membros do PDT coincide com a análise de João Trajano Sento-Sé. Conforme afirma, sua “postura centralizadora e frequentemente hostil à emergência de lideranças que pudessem porventura ameaçar sua autoridade”, embora não sendo o único fator, contribuiu para que o PDT não se tornasse um partido realmente competitivo. Maior do que seu partido, Brizola teria negligenciado a estruturação da máquina partidária.³⁴

Ainda tratando da postura do governador, *Voz da Unidade* publicou integralmente um documento chamado “O Governador Leonel Brizola e a Frente Democrática no Estado do Rio de Janeiro”, escrito pelo Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas. Conforme expôs o documento, a imprensa como um todo estaria noticiando um acordo político feito entre o PDT e o PDS para que este pudesse, junto ao governo federal, facilitar a liberalização de recursos para o estado do Rio de Janeiro, além de conseguir dismantelar a máquina do chaguismo e destruir o PMDB. Os comunistas reconheceram as dificuldades do estado para conseguir verbas, mas condenaram o caminho escolhido pelo governador para resolvê-las. Em suas palavras,

“a utilização dos canais pessoais e o tráfico de influência nos corredores do Planalto, como alternativa para a superação das dificuldades enfrentadas pelo Governo do Estado, não ajudam a abertura, reforçam o arbítrio e embutem em tais recursos compromissos que, afinal de contas, não servem aos interesses da maioria da população fluminense. Se fosse para usar esses caminhos, o povo teria escolhido o candidato do PDS e não candidato de um partido de oposição.”³⁵

³⁴ SENTO-SÉ, João Trajano. “A era do líder popular”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

³⁵ *Voz da Unidade*. São Paulo, 23 de junho de 1983, p. 6.

O documento continuou sua reflexão apontando características negativas da administração de Brizola as quais ele vinha demonstrando, na prática, em apenas três meses de governo, como a já citada “excludência” de outros grupos da oposição, agravada por uma concentração exagerada de poder de decisão em suas mãos. Essa postura estaria inibindo “a iniciativa de seus auxiliares diretos, emperrando a reestruturação e a movimentação da máquina de governo” e acarretando “efeitos negativos para a população”, já sentidos “em toda a administração, da merenda escolar ao licenciamento de veículos.” Ademais, os problemas estariam se agravando devido à postura do governador de culpar as falhas e os defeitos administrativos do governo de Chagas Freitas pelas principais dificuldades por quais estaria passando o povo fluminense. Mais uma vez, os comunistas acusam Brizola de estar querendo desviar a atenção da questão principal: “a responsabilidade do regime e seu modelo econômico pela situação do povo, do Estado e dos Municípios.” Para eles, Brizola estaria tomando o governo estadual anterior como seu maior inimigo, o que contribuiria para a divisão das forças democráticas no Rio de Janeiro, ao invés de uni-las.

Numa outra reportagem, *Voz da Unidade* tratou da relação de Brizola com a Assembleia Legislativa e dos conflitos envolvendo sua bancada, às vezes com parlamentares de outros partidos; mas na maioria dos casos seriam desavenças entre os próprios pedetistas, “com socos e pontapés”. Segundo o jornal, “a falta de equilíbrio e lucidez da bancada” estaria desgastando-a junto aos outros parlamentares e desmoralizando-a diante da opinião pública. E a responsabilidade seria, em parte, do governador. Nas palavras do jornal,

“Os conflitos e as mancadas da bancada do PDT na Assembleia Legislativa são fruto, sobretudo, da inexperiência e despreparo político da maioria de seus integrantes, mas boa parte das responsabilidades pelo mau desempenho dos deputados pedetistas cabe ao próprio governador Leonel Brizola, que os condenou ao imobilismo e às discussões vazias ao não encaminhar mais que dois projetos à Assembleia Legislativa.”³⁶

³⁶ *Voz da Unidade*. São Paulo, 15 de setembro de 1983, p. 4.

Na mesma página, os comunistas publicaram uma nota sobre os saques a supermercados, mercearias e padarias que estavam ocorrendo nos subúrbios da capital do Rio de Janeiro. Apesar de desaprovar essa forma de manifestação da população, estabeleceram uma relação direta entre os saques a o governo de Brizola.

“A população dos subúrbios cariocas, predominantemente proletária, sofre o impacto da crise no drama cotidiano de uma grande cidade e vê exacerbada a sua insatisfação social. Além disso, vive a frustração de não se realizarem as expectativas de mudanças prometidas durante o processo eleitoral pelo governador Leonel Brizola.”

Diante da situação do PCB no cenário da política brasileira, os comunistas aprofundaram a campanha pela sua legalização, argumentando ser um partido cuja atuação era uma tradição política brasileira e, por isso, não poderia mais ser ignorado e impedido de exercer seus direitos como uma agremiação no processo de redemocratização. Ao desenvolver sua argumentação, os comunistas destacaram nesse artigo a peculiaridade de sua situação no Rio de Janeiro devido à presença do brizolismo.

“Esse avanço das forças democráticas também condiciona a luta pela legalização do PCB e a ampliação de nossa influência política. No Estado do Rio de Janeiro, a situação da frente democrática mostra questões particulares e muito complexas. Aqui o brizolismo conquistou uma vitória eleitoral com promessas demagógicas e camuflando sua política excludente, dividindo as forças democráticas e, assim, criando embaraços para a ação unitária do proletariado e das camadas médias urbanas. Acreditamos que essa questão será resolvida, abrindo um largo caminho democrático, com a participação mais influente e organizada da classe operária, que é quem pode efetivamente dar mais estabilidade à frente democrática.”³⁷

Diferentemente do *Em Tempo* e do *Movimento*, o *Voz da Unidade* em nenhum momento usou o termo “populismo” para desqualificar o estilo e a atuação política de Leonel Brizola. No entanto, no texto acima, características negativas consideradas próprias desse conceito político foram atribuídas ao governador do Rio de Janeiro. Brizola só teria vencido às eleições porque enganara e confundira o eleitorado “com promessas demagógicas e camuflando sua política excludente”. Portanto, segundo o jornal, Brizola,

³⁷ *Voz da Unidade*. São Paulo, 7 de abril de 1984, p. 8.

com suas práticas “populistas” no governo do Rio de Janeiro estaria atrasando e dificultando a ação da frente democrática e, conseqüentemente, o avanço da democracia.

Mais um setor da esquerda brasileira disputava o lugar de porta-voz dos trabalhadores e populares durante o processo de transição para a democracia. Os comunistas reivindicavam o título que, historicamente, alegavam eles, pertencia ao PCB. Portanto, resgatava aspectos do passado para legitimar suas demandas, mas, ao mesmo tempo, adotava mudanças a fim de se adaptar melhor ao contexto de luta pelos valores democráticos. No campo sindical, o PT crescia, enquanto o PCB perdia espaço. No campo político-eleitoral, os comunistas apostaram num candidato que, para eles, simbolizava a união das forças democráticas, mas que, para grande parte do eleitorado, representava o chaguismo, com suas práticas fisiológicas e de uso da máquina pública para fins políticos. Algo que se queria superar. Por outro lado, mantinha um discurso dirigido ao proletariado e suas demandas. A campanha pró-Miro Teixeira não obteve êxito diante da força política do trabalhista Leonel Brizola, que demonstrou, mais uma vez, ser capaz de recrutar votos populares. Diante desse quadro, o PCB não conseguiu recuperar o fôlego, mesmo depois de alcançar a legalidade em 1985. Diferente do brizolismo, o pecebismo não foi capaz de se reinserir na política brasileira a ponto de resgatar sua popularidade e a atuação que possuía antes de 1964. Do passado das esquerdas tradicionais tão criticado pela chamada “nova esquerda”, somente o trabalhismo de vertente brizolista se levantou e ficou de pé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalhismo foi uma das tradições políticas que mais marcaram a história recente do Brasil. Falar da incorporação dos trabalhadores ao cenário político implica, necessariamente, considerar a trajetória desse estilo de fazer política, suas características e seus representantes, sobretudo durante a República democrática de 1945 a 1964. O sucesso do seu discurso baseou-se na ressignificação de antigas demandas da classe trabalhadora por reconhecimento e leis sociais, consolidando a ideia de equivalência entre cidadania e direitos do trabalho.¹ Mais do que isso, o trabalhismo conquistou gerações ao adotar uma retórica fortemente nacionalista, propondo a harmonização entre os interesses do trabalho e do capital nacional em prol do desenvolvimento do país. Seus grandes líderes, Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, cada qual a seu modo, defenderam e propagaram essas propostas fazendo uso de uma característica que lhes era comum: o carisma. Conquistaram correligionários, suscitaram paixões políticas e, conseqüentemente, arrebanharam significativa quantidade de votos em diversos contextos da política brasileira. No entanto, foram exatamente essas características que custaram ao trabalhismo a alcunha pejorativa de “populismo”.

Como uma categoria conceitual, o adjetivo populista atribuído ao trabalhismo e aos seus membros tinha a finalidade de desqualificá-los politicamente, tanto no senso comum quanto no âmbito acadêmico. Ser populista significaria ser um líder personalista, dotado de grande capacidade de persuadir as “massas ingênuas” e “pouco instruídas” com discursos “demagógicos” e “falsos”, já que seu interesse seria produzir ganhos materiais para as

¹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

elites e garantir seu poder político. Portanto, seriam figuras políticas avessas aos valores e práticas democráticas. Essas acusações repetiram-se ao longo de vários momentos diferentes da política brasileira e por diversos grupos sociais. Das direitas às esquerdas, o trabalhismo tornou-se alvo de ataques.

A tese que defendi páginas atrás reuniu as críticas dirigidas ao trabalhismo, durante o processo de redemocratização, feitas por setores das esquerdas brasileiras. A partir da lei da anistia de 1979, antigos políticos voltaram ao país e muitos deles queriam retomar sua participação na arena da disputa política, como foi o caso de Leonel Brizola. Considerado o maior herdeiro da tradição trabalhista naquele momento, muitos trataram-no com desconfiança. Uma antiga e forte liderança política poderia roubar a cena e correr a frente de seus adversários em potencial. Diante dessa possibilidade, o seu retorno passou a incomodar setores da esquerda, que pretendiam conquistar espaços e adeptos num momento em que a ditadura estava em crise. Portanto, a largada foi dada, iniciando uma corrida pela (re)afirmação de uma identidade que trouxesse legitimidade ao seu projeto político. Através da imprensa alternativa, procurei identificar essa disputa nas páginas de alguns jornais, porta-vozes de determinados grupos, e as estratégias de cada um para desqualificar o projeto trabalhista de Leonel Brizola. *Em Tempo*, *Movimento* e *Voz da Unidade* foram os periódicos escolhidos.

O primeiro era organizado por setores trotskistas e carregava em suas reportagens e artigos discursos bastante radicais, propondo um projeto de total ruptura com o regime militar, rejeitando qualquer aproximação com instituições ou propostas criadas por ele. Para os trotskistas, construir um sistema verdadeiramente democrático significava romper com todo o passado, marcado pela miséria, exploração e manipulação do povo brasileiro. Ao defender esse projeto de luta, os trotskistas tentavam estabelecer ligação com o movimento conhecido como “novo sindicalismo”, simpatia que ficou evidente nas páginas de *Em Tempo*.

O “novo sindicalismo” criou sua identidade em contraposição ao que chamavam de “velho sindicalismo”, liderado por comunistas e trabalhistas do passado, que teria usado, durante anos, mecanismos de controle do operariado e de atrelamento ao Estado, impedindo-o de lutar livremente por suas demandas de classe. Portanto, ao propor a reconstrução do trabalhismo naquele momento, Brizola foi visto com maus olhos por esses setores da esquerda, que o acusaram de atrapalhar o processo de transição democrática e

confundir os trabalhadores. Por um lado, consideravam o trabalhismo superado historicamente, sobretudo porque aquele era o momento de fortalecimento da democracia e da autonomia do movimento operário; portanto, não encontraria terreno fértil para se desenvolver. Por outro lado, mostravam, em algumas de suas falas, um certo temor e receio de que o trabalhismo pudesse ganhar espaço, comprometendo o processo democrático e a luta pela autonomia operária. Na concepção de *Em Tempo*, o trabalhismo não poderia dar certo.

Também para o PCdoB, o projeto brizolista era inviável naquele momento. Abandonando a estratégia da luta armada, sua proposta era aderir a uma frente ampla democrática liderada pelo MDB e lutar por uma Assembleia Nacional Constituinte. Por meio das páginas de *Movimento*, o PCdoB contava seu passado de forma a legitimá-lo como a verdadeira vanguarda das esquerdas. Diferente dos trotskistas, esse partido não negava seu vínculo com o passado, mas se preocupava em distingui-lo da experiência negativa do populismo, associada aos trabalhistas do PTB e comunistas do PCB. Dessa forma, a proposta de Leonel Brizola foi questionada também pelos integrantes de *Movimento*. Por ora, mostravam desconfiança com relação às reais intenções de Brizola, já que ele retornara ao país com um discurso cauteloso diante das propostas de abertura do governo e o acusavam de tentar resgatar a proposta, inerente ao trabalhismo, de negociação entre burguesia e trabalhadores, extremamente prejudicial para esse último. Por conseguinte, assim como *Em Tempo*, *Movimento* defendeu a ideia de que o projeto trabalhista de Brizola não cabia naquela conjuntura de avanço dos valores democráticos. Adotar o trabalhismo seria um atraso para a política brasileira.

Já para o PCB, combater o passado trabalhista simplesmente da mesma forma como fez os grupos de esquerda citados era algo complexo, tendo em vista que esse partido também teria sido protagonista desse passado e, por isso, era alvo de críticas semelhantes. Sendo assim, o PCB escolheu outra estratégia para disputar com Brizola a hegemonia nos movimentos oposicionistas na luta pela democracia. Usando as páginas de *Voz da Unidade*, o PCB divulgou seu projeto de união das oposições na luta contra a ditadura, mas também abriu espaço para o diálogo, caso fosse necessário para desmontar o sistema político arbitrário. Sua preocupação era conseguir se livrar do título de partido subversivo a fim de poder participar livremente das oportunidades políticas que se abriam no processo de transição, sem sofrer retaliações. Para avaliar suas ressalvas a Brizola, as eleições de

1982 para governador no Rio de Janeiro foi um importante episódio, no qual o PCB teve participação ativa nas campanhas. Subestimando a força política de Leonel Brizola, os comunistas decidiram se engajar na campanha de Miro Teixeira, candidato do PMDB, considerado por eles o mais compatível com o clima de abertura política e o mais coerente em seus discursos em prol dos ideais democráticos. Acreditava-se na vitória natural do PMDB, por ser o maior partido legalizado de oposição. Portanto, o PCB viu no apoio ao PMDB uma maneira de participar da disputa eleitoral e tentar ganhar mais espaço na política brasileira, até conseguir a legalidade.

O período de transição deu origem a um ambiente de disputa entre projetos políticos diferentes e concorrentes. Entre as esquerdas, o embate era contra o governo militar, mas também entre elas. O objetivo da pesquisa foi refletir acerca do embate entre diferentes setores da esquerda brasileira que estavam fazendo trabalho de reconstrução da memória no sentido de se (re)afirmar como porta-voz das classe trabalhadores e representante de demandas populares. Para isso, tiveram que lidar com a proposta política de Leonel Brizola de retomar o trabalhismo no Brasil, uma tradição política que tivera grande prestígio no passado anterior a 1964. Portanto, Brizola seria um forte adversário. Cada qual com sua estratégia de discurso rejeitava o projeto brizolista, considerado por elas fraco e sem condições de aflorar naquele momento de transição para a democracia.

Atrasado, fora de seu tempo, ultrapassado, superado historicamente..., enfim, o trabalhismo encarnado no brizolismo teve sua força política subestimada por essas esquerdas. No entanto, mostrou que ainda possuía fôlego para disputar – e vencer – eleições de peso, como aquelas para governador no estado do Rio de Janeiro, ocorridas em 1982.

Essa memória construída perseguiu Brizola até o final da sua vida. Considerado o último herdeiro vivo do trabalhismo, sua morte, portanto, teria sido o desfecho definitivo de uma era. Agora, de fato, o trabalhismo seria coisa do passado. Todavia, João Trajano Sento-Sé levantou o seguinte questionamento: que características do perfil de Leonel Brizola teriam feito dele o último herdeiro de uma tradição que marcou a história da política brasileira? Caberia, a partir daí, refletir se esse tipo de perfil foi realmente sepultado com o corpo de Brizola. Segundo o autor,

“A sentença sobre o fim da era, representada pela morte de Brizola, tem a ver com essas duas características marcantes de sua trajetória. Ela tanto diz respeito ao propalado fim do trabalhismo, que teve nele sua última figura de expressão, quanto ao perfil populista que, em tese, marcava sua performance pública e estaria, com a consolidação das instituições democráticas no Brasil, erradicado de nossa experiência política.”²

As características de que fala o autor consistem no fato de Brizola ter sido a última liderança representante de uma linhagem de lideranças políticas gaúchas vinculadas ao trabalhismo e na sua performance carismática na comunicação com as pessoas simples, o que muitas vezes se reverteu em vitórias eleitorais. Para os seus críticos, impedir a ascensão desse tipo de liderança seria condição necessária para o fortalecimento da democracia do país. Para Sento-Sé, o apelo ao povo era um traço da personalidade de Brizola, custando-lhe a acusação de populista, mas que não foi enterrado com ele. Prova disso, seria a grande popularidade do ex-presidente Lula. Portanto, compartilho com a ideia do autor de que a morte de Brizola não correspondeu ao fim de uma era, como muitos apontaram. E, além disso, o surgimento de lideranças carismáticas e populares não é sinônimo de fragilidade das instituições democráticas.

Creio que a finalização dessa tese irá contribuir para uma maior compreensão sobre a trajetória do trabalhismo no Brasil e de Leonel Brizola como liderança política, destacando a importância que ambos tiveram para a história recente do país.

² SENTO-SÉ, João Trajano. “A era do líder popular”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008, p. 184.

BIBLIOGRAFIA

ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Paulo: EdUFSCar, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart*. As lutas sociais no Brasil (1961- 1964). Brasília: UnB, 2001.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: CEDEC/Brasiliense, 1989.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano*. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Breve história do ‘comunismo democrático’ no Brasil.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO, Daniel. *As esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações sociais. Lisboa: Difel, 1990.

_____. “Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995.

D’ARAÚJO, Maria Celina. “Partidos Trabalhistas no Brasil: Reflexões atuais.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6. 1990.

_____. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, versão em CD-Room.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano*. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004 (História Geral da Civilização Brasileira, 10).

_____. (dir.). *O Brasil Republicano*. Economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004 (História Geral da Civilização Brasileira, 11).

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

_____. (org). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol.24, nº 47, 2004.

_____. *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. “O governo Goulart e golpe civil-militar de 1964.” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____.; GOMES, Angela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas*. Alternativas democráticas à crise política (1961–1964). São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GIESEN, Bernhard. “Sobre héroes, víctimas y perpetradores.” In: *Puentes*, nº 5, octubre de 2001.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- _____. “Brizola e o trabalhismo”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.11, n. 19/20, 2004.
- _____. *Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate*. Estudos Históricos. 2004, vol.2, n.34, p.157-186.
- _____. “Jango e a República de 1945-1964. Da República Populista à Terceira República.” In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Mitos, projetos e práticas políticas*. Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. “O vice de JK.” In: *A trajetória política de João Goulart*. Dossiê publicado no site do CPDOC (www.cpdoc.fgv.br).
- _____. & D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. “Política: história, ciência, cultura, etc.”. In *Estudos Históricos*, n. 17. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda & GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas*. Ensaios de história cultural, história política e ensino da História. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- HIPPOLITO, Lúcia P. *De raposas e reformistas*. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- HUYSEN, Andreas. *Resistência à memória. Os usos e abusos do esquecimento público*. Porto Alegre: Intercom, 2004.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria. Colección Memorias de la represión*. Siglo veintiuno de Argentina editores, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.
- KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Dissertação de mestrado, 1992.
- LEITE FILHO, F.C. *El Caudillo. Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.
- LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MACEDO, Michelle Reis de. *Trabalhadores e cidadania no Brasil: o movimento queremista e a democratização de 1945*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- _____. “Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros, o movimento queremista e a transição democrática de 1945.” In: FERREIRA, Jorge (org). *As Repúblicas no Brasil*. Política, sociedade e cultura. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*. Revolução e Democracia (1964...), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MOTTA, Marly Silva da. “Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara”. *História Oral*, São Paulo, nº 3, p.91-108, jun. 2000.
- NEVES, Berenice Abreu de Castro. *Do Mar ao Museu*. A saga da jangada de São Pedro. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.5, n.10, 1992.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SALES, Jean Rodrigues. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. In: *Revista Brasileira de História*, n. 30. São Paulo, 1995.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Siglo XXI: Buenos Aires, 2005.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. “Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.
- SENTOSÉ, João Trajano. *Brizolismo. Estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. “As várias cores do socialismo moreno”. In *Anos 90*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, vol. 11, n. 19/20. Porto Alegre, janeiro/dezembro de 2004.

_____. “Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PTD.” In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964....* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “A era do líder popular”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

SILVA, Fabrício Pereira da. “Utopia dividida. A crise do PCB (1979-1992)”. In: *Revista de História*, nº 158, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano. O tempo das ditaduras. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael & HAMILTON, Paula. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

TORRES, Andréa Côrtes. *A memória da Voz e a voz da Memória: o jornal Voz da Unidade (1980-1991)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. In: *Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.